



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**AUTORITARISMO, REPRESSÃO E PROPAGANDA: A PARAÍBA NO
GOVERNO ARGEMIRO DE FIGUEIREDO (1937-1940)**

WANIÉRY LOYVIA DE ALMEIDA SILVA

JOÃO PESSOA – PB

Agosto - 2017

**AUTORITARISMO, REPRESSÃO E PROPAGANDA: A PARAÍBA NO GOVERNO
ARGEMIRO DE FIGUEIREDO (1937-1940)**

WANIÉRY LOYVIA DE ALMEIDA SILVA

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes

JOÃO PESSOA – PB

Agosto - 2017

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação.

S586a Silva, Waniéry Loyvia de Almeida.
Autoritarismo, repressão e propaganda: a Paraíba no governo
Argemiro de Figueiredo (1937-1940) / Waniéry Loyvia de Almeida
Silva. - João Pessoa, 2017.
162 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA/PPGH

1. Política. 2. Argemiro de Figueiredo - Governo. 3. Autoritarismo.
4. Clientelismo. I. Título.

UFPB/BC

CDU - 32(043)

**AUTORITARISMO, REPRESSÃO E PROPAGANDA: A PARAÍBA NO GOVERNO
ARGEMIRO DE FIGUEIREDO (1937-1940)**

Dissertação de Mestrado avaliada em: 28/08/2017, com conceito Aprovado

BANCA EXAMINADORA DA QUALIFICAÇÃO

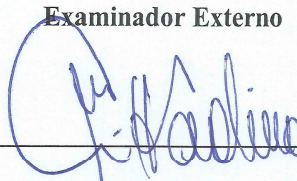


Professor Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes
Programa de Pós-Graduação em História – UFPB
Orientador



Professor Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto
Programa de Pós-Graduação em História – UFPB
Examinador Interno

Professor Dr. José Luciano de Queiroz Aires
Programa de Pós-Graduação em História – UFCG
Examinador Externo



Professora Dra. Monique Guimarães Cittadino
Departamento de História – UFPB
Examinadora Convidada

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado a Walter Silva Pedrosa de Almeida e a todos os Mestres que acreditam na força de seu trabalho, que ainda tem esperança e que lutam constantemente por um mundo melhor, mesmo em épocas de céu tão cinzento.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho, embora pareça ser de apenas uma pessoa, na realidade foi um esforço de muitos indivíduos, que de forma direta ou indireta contribuíram imensamente para a elaboração do mesmo.

Gostaria de agradecer aos familiares (Mãe, tias, tio, noivo, sogros e cachorros) que nos deram um apoio imprescindível, do financeiro ao emocional, sem o qual não teríamos ido muito longe na escrita desta dissertação. Obrigada por serem pacientes, mesmo quando esta lhes faltava. Obrigada por aguentarem o mau-humor e me mostrarem que tudo termina bem!

Gostaria de agradecer aos amigos por partilharem de todos os momentos. Desde os mais desgastantes até os mais felizes pelos quais esta pesquisa nos levou. Sem os debates, discussões, conversas informais e brincadeiras teria sido muito mais difícil todo o processo, pois é sábio o que acredita que “quem tem amigos, tem tudo”.

Gostaria de agradecer também aos professores Paulo Giovanni Antonino Nunes, que me acolheu no meio desta pesquisa, como sua orientanda; Ângelo Emílio da Silva Pessoa com que aprendi a importância de lecionar e o respeito a esta profissão; e a Monique Guimarães Cittadino, a quem devo quase tudo que sei no que se refere a política no Brasil, e quem admiro como excelente profissional que é. Muito obrigada professores!

Meu muito obrigada ao pessoal da Fundação Casa de José Américo, nas pessoas de Chico Lins, Alex Sandro, Daniela Diniz, Carminha Aragão, Luciana Paulino, Ana Lúcia Gomes, Lucineide Sales, a Professora Irene Fernandes, e aos demais funcionários que compõe esta Fundação e que se dispuseram, mesmo em seus períodos de recesso, a abrirem o arquivo para que esta pesquisa não fosse prejudicada. Muito obrigada pela ajuda, pelas risadas e pelos cafés.

Obrigada aos meus alunos (atuais e futuros), por serem uma das motivações para a conclusão desta dissertação.

E por fim, mas não menos importante, jamais poderia deixar de agradecer ao querido Professor João Azevedo Fernandes (*in memoriam*), pois sem aquela breve conversa, ainda em 2012, este trabalho provavelmente não teria nascido. Queria deixar registrada a minha eterna gratidão e a minha profunda admiração e respeito pelo competente e excepcional profissional, com quem tanto aprendi!

A função do historiador é lembrar a sociedade daquilo que ela quer esquecer.

Peter Burke.

RESUMO

Este trabalho visa analisar a administração e as ações do interventor Argemiro de Figueiredo (1937-1940), no que diz respeito ao enquadramento da Paraíba a ideologia imposta pelo Estado Novo, os reflexos de autoritarismo dentro do Estado, a continuidade das práticas de mandonismo e clientelismo típicas do sistema coronelístico e as ações de repressão e combate ao comunismo. É de nosso interesse também, perceber como ao longo dos anos, dotado de uma grande máquina propagandística, o interventor associado aos meios de comunicação, a Igreja Católica e as várias facções oligárquicas, conseguiu “fabricar” no imaginário coletivo uma imagem positiva a seu respeito, despontando como um dos políticos mais respeitados da historiografia paraibana. Nesse processo, a escola e as demais instituições de ensino aparecem como indispensáveis ao projeto político argemirista, pois funcionavam como espaços de doutrinação. Ao longo da dissertação procuramos demonstrar a trajetória política de Argemiro de Figueiredo, para entendermos como foi possível a sua ascensão ao Executivo paraibano a partir de 1935, e a construção do Argemirismo, que permitiu ao interventor apaziguar os conflitos intra-oligarquicos, tornando-se assim uma liderança hegemônica dentro do Estado. Para desenvolver esta pesquisa nos ancoramos nas contribuições fornecidas pela renovação pela qual passou a História Política, nos apropriando assim do conceito de Cultura Política. Com relação as fontes utilizadas, procuramos estabelecer um diálogo com autores que já se reportaram a este tema, e fontes tais como jornais, documentos oficiais e cartas.

PALAVRAS-CHAVE: Argemiro de Figueiredo; Interventorias; Política e Propaganda; Autoritarismo; Repressão.

ABSTRACT

This research aims at analyzing the administration and actions of the intervener *Argemiro de Figueiredo* (1937-1940), regarding the framing of *Paraíba* the ideology imposed by the *Estado Novo*, the reflexes of authoritarianism within the State, the continuity of the practices of *Mandonismo* and *Clientelismo* typical of the *coronelístico* system and the actions of repression and fight against communism. It is also in our interest to notice how over the years, endowed with a great advertising machine, the *interventor* associated with the media, the Catholic Church and the various oligarchical factions, managed to "make" a positive image of the collective imagination, Emerging as one of the most respected politicians of the Paraíba historiography. In this process, the school and other educational institutions appear as indispensable to the *argemirista* political project, since they functioned as spaces of indoctrination. Throughout the dissertation we try to demonstrate the political trajectory of *Argemiro de Figueiredo*, in order to understand how it was possible to ascend to the Executive Power from 1935, and the construction of *Argemirismo*, that allowed the *interventor* to appease the intra-oligarchic conflicts, becoming Thus a hegemonic leadership within the state. To develop this research we anchor ourselves in the contributions provided by the renovation through which Political History passed, thus appropriating the concept of Political Culture. With regard to the sources used, we seek to establish a dialogue with authors who already refer to this topic, and sources such as newspapers, official documents and letters.

KEY-WORDS: Argemiro de Figueiredo; Interventorias; Politics and Advertising; Authoritarianism; Repression.

LISTA DE SIGLAS OU ABREVIATURAS

P.P – Partido Progressista da Paraíba

P.R.L – Partido Republicano Libertador da Paraíba

P.R.P – Partido Republicano da Paraíba

A.I.B – Ação Integralista Brasileira

A.N.L – Aliança Nacional Libertadora

D.I.P – Departamento de Imprensa e Propaganda

D.E.P – Departamento de Estatística e Publicidade

LISTA DE QUADROS

QUADRO I - Vítimas da repressão na Paraíba (1935-1937) -----	p. 62
QUADRO II - Considerados foragidos da polícia paraibana em 1936 -----	p. 67
QUADRO III - Calendário festivo em Argemiro de Figueiredo -----	p. 114
QUADRO IV - Grupos Escolares construídos entre 1936 e 1937 -----	p. 139
QUADRO V - Grupos Escolares ainda em construção no ano de 1938 -----	p. 139

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO -----	p.13
------------------	------

CAPÍTULO I

DO PANORAMA NACIONAL AO INÍCIO DE UMA TRAJETÓRIA POLÍTICA – ARGEMIRO DE FIGUEIREDO (1921-1935) -----	p. 27
--	-------

1.1. Décadas de 20 e 30 e a ascensão de regimes autoritários -----	p. 27
--	-------

1.2. Diante destes acontecimentos eis que surge Argemiro de Figueiredo: “Um produto da Providência” -----	p. 39
---	-------

1.3. Dos primeiros passos na política até a nomeação para o Governo da Paraíba -----	p. 43
--	-------

1.4. A Paraíba de Argemiro de Figueiredo – da pacificação à repressão -----	p. 55
---	-------

CAPÍTULO II

QUANDO O AUTORITARISMO ENCONTRA A REPRESSÃO – A PARAÍBA DE ARGEMIRO DE FIGUEIREDO (1936-1940) -----	p. 66
---	-------

2.1. As consequências do pós-novembro de 1935 e a perseguição aos comunistas paraibanos -----	p. 66
---	-------

2.2. O autoritarismo como forma de governo – a recepção do golpe de 10 de novembro de 1937 na Paraíba e a construção do Argemirismo -----	p. 73
---	-------

2.3. Repressão, autoritarismo e coação – A relação dos trabalhadores com o governo paraibano -----	p. 83
--	-------

2.4. Os trabalhadores paraibanos e a lógica contratual com a interventoria argemirista (1937-1940) -----	p. 95
--	-------

CAPÍTULO III

A PROPAGANDA A SERVIÇO DO ESTADO - A INTERVENTORIA PARAIBANA DENTRO DA LÓGICA PROPAGANDÍSTICA DO ESTADO NOVO (1937-1940) -----	p. 107
--	--------

3.1. A formação da nação e o enquadramento da interventoria paraibana no Estado Novo -----	p. 107
--	--------

3.2. “Um mestre da eloquência” – o discurso e a propaganda através dele -----	p. 116
---	--------

3.3. A Educação enquanto mecanismo da propaganda <i>argemirista</i> – o que se aprendia na escola? -----	p. 128
--	--------

3.4. Do assistencialismo as grandes obras – “o melhor governo de todos os tempos!” -----	p. 137
--	--------

CONSIDERAÇÕES FINAIS	p. 145
REFERÊNCIAS	p. 148
ANEXO	p. 161

INTRODUÇÃO

O autoritarismo¹ no Brasil, remonta pelo menos desde o Império. Tal tradição está enraizada na sociedade, dentro das casas e nas relações interpessoais, de forma que em dado momento acaba sendo externado no campo político. *“A operação do pensamento autoritário está profundamente arraigada em tudo o que fazemos e parece fortalecer-se em certas épocas.”* (TIBURI, 2015, p. 26).

Essas “épocas” correspondem – em nossa visão – aos momentos de crise: social, moral, política ou econômica, como a que ocorreu em 1929, levando consigo as certezas de uma era, provocando o esgotamento da ideologia liberal e o repúdio da política em relação a democracia, abrindo caminho para regimes totalitários como o Nazismo, Fascismo e Stalinismo no plano internacional, bem como imitações e readaptações de alguns conceitos destes para atender projetos nacionais específicos como o caso do Estado Novo, no Brasil.

Esse trabalho surge assim de uma curiosidade particular em entender o pensamento autoritário brasileiro e as suas práticas que se disseminam ainda hoje. Dessa forma, os últimos anos de graduação foram dedicados a leituras referentes a esses tipos de governo acima referidos, a fim de analisar como e por que essas ideologias e práticas autoritárias, mesmo levando a privação dos direitos individuais, conseguem tamanha adesão e se reproduzem facilmente no cotidiano das pessoas.

No curso de graduação em História da Universidade Federal da Paraíba - UFPB², nos interessamos pelo senhor Argemiro de Figueiredo, governador/interventor paraibano entre os anos de (1935-1940) que “possuía certas simpatias eixistas”, uma vez que recebeu de presente ladrilhos com a suástica invertida – símbolo do Terceiro Reich – e implantou-os em um dos corredores do Palácio da Redenção, residência oficial do chefe local à época. A partir de então, uma vez desperta nossa curiosidade sobre esse personagem histórico, traçamos a nossa pesquisa pautada na vida pública desse homem, a fim de compreender através dele, o autoritarismo presente em seu tempo, partilhado e visto por muitos como a única solução para o Brasil, o que

¹Compreendemos Autoritarismo como um modo de exercer poder de forma antidemocrática, um regime de pensamento, uma ideologia. Ver SILVA, Ricardo. **A ideologia do Estado autoritário no Brasil**. – Chapecó: Argos, 2004.

² A indicação para estudar tal personagem político, veio de uma conversa informal com o já falecido, Professor Doutor João Azevedo Fernandes, que nos propôs trabalhar com este tema.

nos permitiu vislumbrar práticas políticas e sistemas que supostamente haviam sido banidas, mas que permaneceram com outra roupagem, a exemplo do próprio Coronelismo³.

Na visão de José Murilo de Carvalho, o Coronelismo seria um “jogo de coerção e cooptação exercido nacionalmente” (2012, p. 12), daí a ideia de um sistema, pois o coronelismo não se restringiu a ser uma característica da *cultura política*, mas sim algo próximo a uma rede nacional de poder, onde os envolvidos se utilizam de práticas políticas, tais como o mandonismo e o clientelismo para permanecerem enquanto classe dominante. E por mais que esses conceitos se relacionem, não são sinônimos, porém por serem polissêmicos existe uma dificuldade em atribuir apenas um sentido.

Entretanto, o que permitiu tanto a permanência do sistema em si quanto das práticas mesmo após o fim da República Velha, foram as desigualdades sociais vistas a olho nu que existem no país, a começar pela concentração de terra na mão da classe dominante, ou os coronéis, os conchavos com a polícia local - o que fazia com que esses homens estivessem acima da lei – e o voto de cabresto que se baseava no medo e na ignorância do trabalhador rural, como afirma Nunes Leal “para os amigos pão, para os inimigos pau” (LEAL, 2012, p.60).

O autoritarismo dessa época enquanto uma prática dentro do sistema coronelista, adotou justamente essa máxima descrita acima. Na Paraíba, por exemplo, Argemiro de Figueiredo se tornou um governante implacável para com os adversários políticos e segmentos organizados da classe trabalhadora, mas um verdadeiro *balsamo* para as várias facções oligárquicas que compunham o Estado.

As esperanças de mudanças proferidas aos quatro cantos pela famosa Aliança Liberal acabaram sepultadas com a “*vitória Revolução de 1930*”. Os impactos provocados por esse movimento por mais que tenha abalado a base de sustentação do poder que emana das elites não foi o suficiente para promover a sua degola (SOUSA NETO, 2016). Ao contrário, possibilitou uma readaptação política, por via centralizadora, onde o papel do governo central, fragmentado e deficitário no período anterior, agora se fazia imprescindível para operar as relativas mudanças que passaram a entrar em vigor, e sob a égide de Argemiro de Figueiredo, essas facções tiveram os seus privilégios mantidos e o jogo de poder mais uma vez foi

³ De forma simplificada, a definição mais clássica apresentada por Victor Nunes Leal é a de que o Coronelismo nada mais é que uma espécie de compromisso que se sustenta através do fortalecimento do poder público, em detrimento da derrocada do poder dos grandes senhores de terra, quando comparados ao poderio que tinham no início da República Velha, por exemplo. De toda forma, esses homens ainda conservam em si prestígio suficiente para lhes garantir boa influência nas relações e no campo político.

assegurado, tanto o cenário político quanto seus agentes continuavam os mesmos, a forma de sua perpetuação no poder é que havia mudado. “A mudança assumiu o caráter de metamorfose e os ‘coronéis’ e as oligarquias mudaram apenas de roupa. Em essência, antes mesmo de morrer, o milagre da ressurreição se operou.” (GURJÃO, 1994, p. 52).

Para o sucesso da almejada centralização que possibilitaria a conceituável diminuição de disputas locais e a redução do poder das oligarquias, papel preponderante teve o sistema de interventorias, desenvolvido exclusivamente para obedecer a esse intuito. Os homens nomeados interventores por Getúlio Vargas faziam a mediação entre os interesses das elites e os planos do Estado Nacional.

Apesar de pouco ou nada interferir nos pilares econômicos que asseguravam em grande parte o poder político das oligarquias estaduais, o sistema de interventorias enfraquecia o poder das elites à medida que os interventores não dependiam delas para permanecer no controle do Estado. Eram nomeados diretamente pelo Governo Federal, o que lhes assegurava independência para tomar medidas que desagradavam certos grupos das facções dominantes. Por outro lado, o fato de estes mesmos interventores estarem muitas vezes ligados às próprias elites, política e ideologicamente, lhes possibilitava promover a convivência pacífica entre as oligarquias e o poder central. (SOUSA NETO, 2016, p. 13 e 14).

Diante das incertezas geradas pelo *movimento revolucionário* e da aparente fraqueza do Presidente de Estado, Álvaro de Carvalho, em manter a ordem, José Américo de Almeida acabou sendo nomeado como o primeiro interventor da Paraíba. Cargo esse de que abre mão dias depois para assumir a pasta de Viação e Obras Públicas⁴.

Na sequência Anthenor Navarro, político ligado aos setores tenentistas que partilhavam a face mais radical da suposta *revolução*, foi indicado para ocupar a vaga deixada pelo Ministro paraibano. Visto como intransigente, Navarro passou a entrar em conflito direto com os privilégios da elite paraibana e os interesses do estado varguista⁵. Morto em um acidente aéreo em 1932, foi substituído por Gratuliano Brito.

Gratuliano da Costa Brito, proeminente de uma família tradicional e tendo como parente José Américo de Almeida, procurou se cercar dos políticos indicados por seu parente e líder local, além de se submeter a autoridade americista ao longo dos dois anos em que esteve à frente

⁴ Ver BARBOSA, Jivago Correia. **Política e assistencialismo na Paraíba**: o governo de José Américo de Almeida (1951-1956). – João Pessoa, 2012 e SILVA, Bárbara Bezerra Siqueira. **O poder político de José Américo de Almeida**: a construção do americismo (1928-1935) - João Pessoa, 2015.

⁵ Ver SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Os domínios do estado**: a interventoria de Anthenor Navarro (1930-1932). – João Pessoa, 2007.

do Estado⁶. Em troca da lealdade hipotecada durante o período de sua interventoria, esperava que nas eleições democráticas de 1935 o seu nome fosse indicado para permanecer à frente do Executivo paraibano. Seus planos foram frustrados quando, ao invés do seu nome viu o do seu Secretário do Interior ser endossado majoritariamente por seus companheiros partidários.

Considerado no pós-30 como um dos herdeiros diretos do próprio João Pessoa – devido à proximidade que tinham –, Argemiro de Figueiredo, logo que assumiu o governo em 1935, pareceu compreender bem o papel que lhe cabia. Diferentemente de seu antecessor, não se submeteu a ficar relegado a um mero executor das ordenanças do então líder da política paraibana, José Américo de Almeida.

Tal posicionamento acarretou no progressivo afastamento e posterior rompimento político de ambos alguns anos mais tarde, uma vez que, Figueiredo mesmo a serviço do Estado Novo, cumpridor fiel de seus deveres e reproduzidor da ideologia dominante fez valer a sua vontade, passando a disputar a liderança local, com aquele que anteriormente o havia conduzido ao poder⁷.

Nosso objeto de estudo consiste em analisar a interventoria paraibana e as ações autoritárias adotadas pelo projeto argemirista, assim como as práticas de repressão aos que eram vistos como oposição ou considerados *subversivos*, como comunistas e trabalhadores mais politizados. Também foi de nosso interesse perceber como a grande máquina propagandística criada pelo interventor Argemiro de Figueiredo conseguiu criar a imagem de uma Paraíba moderna ao passo que fabricava também a imagem positiva do governante, retratando-o como um grande benfeitor dos paraibanos, além de encobrir os mandos e desmandos de sua administração, propagando a falsa ideia de unidade e homogeneidade de pensamento dentro do Estado.

Nosso objeto de estudo já foi abordado anteriormente em trabalhos considerados clássicos para historiografia paraibana, como é o caso de *Morte e vida das oligarquias: Paraíba (1889-1945)*, de Eliete Queiroz Gurjão (1993), que apesar de não trazer o governo de Argemiro de Figueiredo como objetivo central de sua narrativa é de grande importância para entendermos o contexto do período referido. Sua visão é a de que a *Revolução de 1930* não foi mais que um jogo de recomposições com forças da política, anteriormente decaídas. A autora também se

⁶ Ver SOUSA NETO, Bento Correia de. **O governo interventorial e relações de poder na Paraíba pós 1930: a administração de Gratuliano Brito (1932-1934)**. – João Pessoa, 2016.

⁷ O progressivo afastamento entre Argemiro de Figueiredo e José Américo de Almeida será tratado mais a fundo no decorrer da presente dissertação.

debruça sobre a organização do movimento operário na Paraíba e suas relações com o governo, a partir desse novo alinhamento com as forças oligárquicas.

Outro livro bastante utilizado em nossas análises é o do jornalista e escritor Josué Sylvestre (1993) *Da Revolução de 30 à Queda do Estado Novo*, em que apresenta toda a trajetória de Figueiredo, desde suas raízes até sua atuação política após o fim da ditadura varguista. Nesta obra, fica latente o não distanciamento do autor em relação ao objeto, uma vez que Sylvestre além de ser jornalista – pois não tem nenhuma obrigação com a crítica histórica – também era amigo pessoal de Argemiro de Figueiredo. Sendo assim, a narrativa ficou comprometida em certos aspectos, principalmente no que diz respeito as práticas autoritárias adotadas pelo interventor (justificadas pelo momento de apreensão e novos estilos de governo), sobre aqueles que lhe fizesse oposição. Mesmo assim, a obra constitui-se como impar para entender o fascínio e admiração que tal personagem “ilustre” da política paraibana despertava em seus contemporâneos.

Nesse grupo de partidários e admiradores de Argemiro de Figueiredo também estão Naughton Rocha França de Araújo (2003) com *Argemiro de Figueiredo (um esboço de sua vida)*, que aponta o interventor como homem providencial, de princípios e honradez indubitáveis; *Confissões de um líder* de William Tejo (2001), jornalista e amigo pessoal de Figueiredo, que o entrevistou por diversas vezes, sendo esta específica sobre sua trajetória na política; e Joacil de Brito Pereira (1986), *Argemiro de Figueiredo – a oratória de seu tempo*, que enfatiza o poder discursivo do político paraibano.

A respeito da consolidação do Argemirismo e a derrocada do Americismo em meio ao jogo de poder dentro do Estado e a redefinição dos protagonistas da política local temos o trabalho de Martha Maria Falcão de C. Moraes Santana (1999), intitulado *Poder e intervenção estatal: Paraíba 1930 – 1940*, (essa, sim, focada no governo de Argemiro) onde a autora traçando as bases para compreender a ascensão e consolidação da hegemonia *argemirista*⁸, mostra como a máquina estatal, a propaganda e a repressão foram utilizadas na cooptação de oligarquias marginalizadas no pós-30 e da classe trabalhadora nas cidades. A autora utiliza como base de sustentação para sua narrativa os conceitos de *bloco* e *estado ampliado* preconizados pelo italiano Antônio Gramsci.

⁸ Minimizando ao máximo a oposição, Argemiro de Figueiredo conseguiu se efetivar como liderança incontestada dentro do estado. A esse respeito trataremos com maior detalhamento no transcorrer do trabalho.

Nosso trabalho difere do da autora acima citada pelo fato de que além de utilizar o conceito de *bloco*, procuramos utilizar também o conceito de *hegemonia* e *contra-hegemonia*, bem como os conceitos de *grande e pequena política*, para entender melhor como se opera o jogo de poder entre as classes dominantes e os dominados.

Já na historiografia recente citamos *Cenas de um Espetáculo Político: poder, memória e comemorações na Paraíba (1935-1940)*, de José Luciano de Queiroz Aires (2015), que fez um trabalho comparativo entre as interventorias de Argemiro de Figueiredo e Rui Carneiro a partir do conceito de “*Estado Espetáculo*”, teatralizado e representado por ambos os políticos, enquanto estiveram à frente do Executivo paraibano.

Importante contribuição a este trabalho foi *A “Ameça Vermelha: o imaginário anticomunista na Paraíba (1917-1937)*, de Faustino Teatino Cavalcante Neto. O autor procurou demonstrar que o sentimento anticomunista na Paraíba foi muito anterior ao que ele denomina como “*a primeira grande onda anticomunista (1935-1937)*”, uma vez que desde o início do século XX a Igreja Católica já fazia uma grande propaganda negativa, desvirtuando as ideias socialistas.

Enquanto a tese do autor acima citado procurou focar no papel desempenhado pela Igreja no que concerne a doutrinação contra o comunismo, procuramos demonstrar em nosso trabalho a grande importância não só da imprensa oficial, mas do espaço escolar. Entendido por nós como um aparelho ideológico de estado, a escola, assim como a Igreja, funcionou como um lugar de disseminação da ideologia vigente. Procuramos mostrar também a importância dos professores na função de “educar” as crianças paraibanos nos moldes da época.

Citamos também outros trabalhos que assim como os já referidos deram muitas contribuições para a construção desta dissertação como por exemplo *O Governo Interventorial e Relações de Poder na Paraíba pós 1930: a administração de Gratuliano Brito (1932-1934)*⁹, de Bento Correia de Sousa Neto (2016); *Os domínios do Estado: a interventoria de Anthenor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932)*, de Martinho Guedes dos Santos Neto (2007) e *O*

⁹ Dentre vários outros trabalhos defendidos a pouco tempo no Programa de Pós-graduação em História da UFPB (PPGH/UFPB), destacamos ainda as contribuições de Jean Patrício da Silva (2013), com *A construção de uma nova ordem: análise da interventoria de Ruy Carneiro no estado da Paraíba (1940-1945)*; Jivago Correa Barbosa (2012) *Política e Assistencialismo na Paraíba: o governo de José Américo (1951-1956)* e Daviana Granjeiro da Silva (2016), *A construção da pátria amada: educação, patriotismo e nacionalismo na Paraíba durante a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945)*.

poder político de José Américo de Almeida: a construção do Americismo (1928-1935), de Barbara Bezerra Siqueira Silva (2015).

Amparado pelo processo de renovação pelo qual passou a História Política ao longo dos anos, o referido trabalho, se encaixa nesse campo, ao buscar se debruçar sobre documentos oficiais e institucionais na tentativa de traçar uma visão a respeito do período em questão, suas continuidades e rupturas, o processo de legitimação e fragmentação do poder. Entretanto, vale salientar que, por mais que se centre em um personagem político da elite paraibana, para efetuar as demais considerações, esta dissertação não se resume a uma mera narrativa factual e linear dos fatos, pois sobre o vislumbre da nova História Política, nos foi permitido andar por enseadas anteriormente preteridas pela história, mas que agora se mostram como domínios necessários, sendo assim, ao passo que as funções do Estado se abrangiam, setores como saúde pública, assistencialismo, cultura e outros, progressivamente se voltaram para o campo da História Política.

Sob a pressão das circunstâncias que criavam situações insólitas, de guerra total, de crise de uma gravidade sem precedentes, e também para satisfazer às demandas de uma opinião pública que se voltava espontaneamente para os poderes públicos para responsabilizá-los por suas desgraças, ou exigir que as remediassem, sob a influência enfim de teorias que sistematizavam e legitimavam a intervenção do Estado, a política se apoderou de toda espécie de problemas que não lhe dizia respeito inicialmente, e com os quais a história política jamais tivera antes, portanto, de se preocupar. (REMOND, 2003, p. 23 e 24).

A tradicional História Política originada na antiguidade, que alcançou o seu apogeu na época do Romantismo, tida como efêmera e que tinha como objetivos principais a narrativa de grandes feitos de heróis, uma parte da elite política, as instituições, o Estado em si e fatores que se ligavam a estes, viu os seus dias de glória contados, quando acabou sendo colocada em ostracismo pelos historiadores econômicos e sociais. “[...] *Era pois provavelmente inevitável que o desenvolvimento da história econômica ou social se fizesse às custas do declínio da história dos fatos políticos, daí em diante lançada num descredito aparentemente definitivo.*” (REMOND, 2003, p. 14).

Entretanto, a História Política teve o seu retorno triunfante assegurado a partir da década de 1970, graças a crise dos paradigmas e as contestações no campo historiográfico. As verdades globalizantes e os marcos conceituais predominantes da história foram colocados em *xequê* diante do esgotamento desses regimes de veracidade frente as realidades do pós-segunda guerra (PESAVENTO, 2003).

Esse movimento de renovação por qual passa a História Política se iniciou ainda dentro das matrizes de interpretação, que antes subjugavam a política. O próprio Jacques Lee Goff (1975) já apontava para a possibilidade de se voltar a fazer uma história política¹⁰. Com o completo esgotamento das modas intelectuais predominantes entre os anos de 1960 e 1970, a história se viu obrigada a rever seus conceitos e métodos. Percebeu-se o erro em marginalizar a política por tanto tempo, por julgá-la factual e desnecessária a uma narrativa histórica. Todavia, diante da crise dos paradigmas que afetou todas as ciências – mesmo as exatas não escaparam – mas que incidiu com maior força sobre as ditas ciências humanas e sociais, a história teve que se reinventar frente a derrocada das principais matrizes de interpretação: Marxismo e Escola dos Annales, acusadas de não mais corresponderem a realidade (PESAVENTO, 2003, p. 9).

De certa forma, podemos, por um lado, falar de um esgotamento de modelos e de um regime de verdades e de explicações globalizantes, com aspirações à totalidade, ou mesmo de um fim para as certezas normativas de análises da história, até então assentes. Sistemas globais explicativos passaram a ser denunciados, pois a realidade parecia mesmo escapar a enquadramentos redutores. (PESAVENTO, 2003, p. 8 e 9).

Essa crise dos paradigmas deflagrada em todos os campos da história impulsionou uma reinterpretação do conceito de cultura, levando-o a ser mais abrangente e ilimitado, dando origem ao que posteriormente ficou conhecido como *Nova História Cultural*, ou seja, uma nova dimensão da história que busca trabalhar a cultura de forma diferenciada dos modelos anteriores. Foi a partir da emergência do paradigma culturalista e das novas abordagens a respeito da História Cultural que pôde se ter um “retorno da História Política”¹¹.

Dessa forma, para compreender esse conjunto de práxis, sua continuidade – mesmo que de forma repaginada no pós-30 – e seus usos, nos é mister recorrer ao conceito de *cultura política*, o que não significa dizer que este

É, precisamente, não uma chave universal que abre todas as portas, mas um fenômeno de múltiplos parâmetros, que não leva a uma explicação unívoca,

¹⁰ Devido a influência das correntes historiográficas francesas na historiografia brasileira, de certa maneira, se convencionou a acreditar que essas renovações no campo historiográfico, e a nova visão que incide sobre o político se deu preponderantemente na França, o que incorre em um grande equívoco, dado ao fato de que em outros lugares já se antecipava o entrosamento entre a História Social e a História Política, como o caso da Inglaterra, onde o entrosamento desses campos, se deu cerca de dez anos antes da França. Ou o caso da Alemanha, que nunca, de fato, por fenômenos específicos de sua história, abriu mão do político em sua historiografia. Ver BARROS, José d'Assunção. História social e retorno do político. In. Campos da Política – discursos e práticas. SCRURSTER, Karl; SILVA, Giselda Brito; MATOS, Júlia Silveira. (orgs.). São Paulo: LP-Books, 2012.

¹¹ De acordo com Julliard (1976), não existe um retorno do político, simplesmente porque a política nunca deixou de ser feita, o que aconteceu é que suas abordagens durante algum tempo caíram em desuso.

mas permite adaptar-se a complexidade dos comportamentos humanos. (BERSTEIN, 1998, p. 350).

E que pode ser entendida ainda, como um conjunto de tradições, crenças e símbolos, partilhada por um povo/nação, que comunga de um passado e tem projetos para um futuro (MOTTA, 2009), esse campo da história especificamente – em outros tempos abandonada quase por completo – nos fornece os mecanismos necessários para dissertar a respeito de como foi possível legitimar por um período de média duração, um governo autoritário/antidemocrático/repressor como a Era Vargas (1930-1945), e o porquê de sua ideologia, espantosamente, ter sido compartilhada por grande maioria da população.

Diante do desgaste dos fatores socioeconômicos para explicar os acontecimentos e a hegemonia do paradigma culturalista, o “retorno” da história política se fez perceptível ao seio acadêmico a partir do momento em que se encara que: “Só há história contemporânea quando *política*, quer dizer, que coloque problemas de decisão. A ilusão de uma história sem política repousa num material morto e sem interesse”. (JULLIARD, 1976, p. 186). Nesse sentido, toda história é política. Portanto não existiu “retorno”, de acordo com Jacques Julliard, simplesmente porque a política nunca deixou de acontecer.

Na verdade, a renovação em todo o campo historiográfico permitiu que categorias relegadas, amparadas pela noção cultural pegadas de empréstimo da antropologia e sociologia, pudessem voltar a cena, a fim de oferecer maiores possibilidades que permitissem uma compreensão mais rica e dinâmica dos processos históricos, foi esse o caso da renovada história política. Dessa maneira, “a nova proposta, portanto, amplia o que se pode entender por ação política em uma sociedade marcada por relações de poder extremamente desiguais, como a brasileira”. (GOMES, 2005, p. 21).

Por isso não se pode minimizar a importância política dos fatos, quando na verdade, estes demandam dessa motivação. Os eventos já mencionados nesse texto não partiram apenas de um pensamento racional, mas também, movidos por posicionamentos políticos influenciados, muitas das vezes, por meio de amizades e compadrio, paixões e tradições de quem os engendraram.

A cultura política transcende e vai além da ideologia, ao mobilizar sentimentos (paixões, esperanças, medos), valores (moral, honra, solidariedade), representações (mitos, heróis) e ao evocar a fidelidade a tradições (família, nação, líderes). (MOTTA, 2009, p. 28).

Esse conceito pego de empréstimo da Ciência Política norte-americana, nos é extremamente útil para trabalhar o nosso objeto, pois no período em questão podemos perceber que a primeira tentativa de formar uma *cultura política* foi gestada ainda no Estado Novo, por um de seus ideólogos: Oliveira Vianna¹². A ideia então, era a de “construir uma cultura política para uma nação considerada em estágio infantil, incapaz de autogoverno. Desejava-se, talvez, forjar uma cultura política para um povo inculto, cultivá-la”. (MOTTA, 2009, p.16), possuindo uma definição muito próximo aquela defendida pela Ciência política alguns anos depois.

De acordo com a interpretação dos intelectuais da época, o autoritarismo brasileiro, versado aqui desde os primórdios da colonização até aquele momento, constitui-se enquanto um entrave ao desenvolvimento da democracia e uma constante nas práticas do fazer político desde então. Nossa visão se baseia no fato de que, como consequência direta das práticas autoritárias empregadas no país, tivemos um sistema democrático falho, desenvolvido a passos lentos e que quando agoniza reivindica por um regime ditatorial. Tal lógica – se é que existe nesse caso – ao nosso ver não tendo relação com a “suposta incapacidade” do povo, no que se refere a participação política, mas, com a nefasta tradição autoritária da *cultura política brasileira*.

As mudanças a serem incorporadas se dariam pela força, se fosse esse o caso, uma vez que o povo não tinha “capacidade de lutar nem pelos seus próprios direitos”, cabia ao Estado a função de construir uma identidade nacional que comportasse as especificidades do povo em um modelo cultural único e que permitisse o compartilhamento de um passado e as bases de um futuro em comum.

Entretanto, mesmo com todas as mudanças e contribuições do conceito de cultura política, é inegável que a História Política ainda trate de questões elitistas, governos e governantes, pois estes são indissociáveis aos acontecimentos. Porém, a aproximação à outras disciplinas e métodos pegos de empréstimo, levaram-na a ter uma maior abrangência e infinita gama de possibilidades. Dessa forma, procuramos pautar a nossa escrita sob esses termos, levando em consideração as nuances e variáveis de importância, sob nosso ponto de vista, no que se refere a Argemiro de Figueiredo e sua prática autoritária dentro do estado, associando-o ao contexto nacional - em plena efervescência da ideologia do autoritarismo varguista - na

¹² Ver OLIVEIRA, Vianna. **Instituições Políticas Brasileiras**, [1949]. – Brasília: Conselho Editorial do Senado.

tentativa de promover as bases para os questionamentos a respeito de suas ações e a consequência destas na Paraíba, durante o período citado.

Dessa forma, por mais que o objeto de estudo seja a interventoria de Argemiro de Figueiredo e sua ação a frente desta, nossa pesquisa não se restringe apenas a situá-lo e contextualizá-lo, mas buscar as relações que se desenvolveram com a sociedade paraibana, a fim de perceber as mudanças e permanências no fazer político local.

Nosso trabalho não foge ao enquadramento de “história das elites”¹³ – e vale ressaltar que esta também é bastante válida –. Não seria possível entender as reacomodações e a nova dinâmica da política brasileira sem levar em consideração o papel chave desempenhado pelas oligarquias no período do pós-30, visto que

A Revolução de 30 e o conflituoso período político que se seguiu a ela – Governo Provisório (1930-1934), Governo Constitucional (1934-1937), Estado Novo (1937-1945) – marcaram um importante processo de conversão no mundo das elites políticas brasileiras. (CODATO, 2011, p. 60).

Sobre as fontes trabalhadas nessa dissertação podemos citar as impressas como os jornais: *A União*, *A Imprensa*, *A Batalha* e *a Voz da Borborema*, encontrados na Biblioteca Maurílio de Almeida, Biblioteca Atila Almeida, e Fundação Casa de José Américo de Almeida. Dentre os jornais referidos, o que apresentou maior regularidade em suas publicações, sendo por nós o mais utilizado foi *A União*. Embora fosse o porta-voz oficial do governo, tal jornal foi de extrema importância para que conseguíssemos expor a ideologia vigente, os inimigos do regime e as posições adotadas pela interventoria argemirista.

De acordo com Tania Regina Luca (2008), por muito tempo os jornais e periódicos tiveram a sua legitimidade utilização para a escrita da história, questionada. Mas com o advento das inovações e alterações sofridas no campo historiográfico desde o fim século XX, a questão posta para o debate não era mais a sua utilidade e validade dessas fontes, mas sim a falta de crítica a estas, sendo apropriadas de maneira indevida e ao bel prazer de quem as quisesse usar. Desse modo é necessário um cuidado quando nos propomos a analisar esse tipo de fonte. Tal ressalva ainda deve ser maior quando se tratar da imprensa oficial, uma vez que acaba sendo muito difícil identificar as influências ocultas que tais órgãos sofriam (GLENISSON apud LUCA, 2008, p. 116).

¹³ Ver HEINZ, Flávio M. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

As fontes oficiais se dividem entre os livros de leis e decretos dos anos de 1937 e 1938, os quais tivemos acesso, as mensagens dos anos de 1935 e 1936 apresentadas a Assembleia Legislativa da Paraíba, os discursos oficiais de 1936 e 1937 e os álbuns oficiais publicados pelo Departamento de Estatística e Publicidade – DEP, que serviam para promover a imagem positiva de Argemiro de Figueiredo, sendo estes: *Edifícios Escolares do Estado da Paraíba (1936)*, *Realizações do Governo Argemiro de Figueiredo (1938)* e *5 anos de Governo – Reportagens das festas do quinto aniversário do Governo Argemiro de Figueiredo e uma síntese das suas impressionantes realizações sociais e econômicas que renovaram inteiramente a paisagem paraibana – 1940*.

A respeito de fontes manuscritas, trabalhamos unicamente com uma carta escrita por José Américo de Almeida e endereçada ao seu primo, Gratuliano Brito, a respeito da confirmação de Argemiro de Figueiredo como Secretário do Interior e Justiça. Tal carta pode ser encontrada juntamente com outras correspondências na Fundação Casa de José Américo, em duas caixas que contem esses e outros documentos referentes a Gratuliano Brito.

Dadas os primeiros passos à guisa da introdução, passaremos a tratar agora de como se encontra estruturada a presente dissertação. A divisão dos capítulos obedece a ordem dos objetivos almejados a serem contextualizados e apresentados ao público, obedecendo a seguinte ordem: fazendo uma revisão bibliográfica sobre o tema.

O primeiro capítulo procurou retroceder aos acontecimentos políticos e econômicos que levaram não só a crise de 1929, mas ao esgotamento do liberalismo como um todo. A partir de então, procuramos relacionar como a crise do setor econômico se alastrou para as demais áreas da sociedade brasileira, culminando com a Revolução de 1930, e tentativa de construção de uma identidade nacional, ajudada pelos intelectuais cooptados pelo Estado, e baseada em uma centralidade do poder autoritário, onde os representantes da esfera federal e local deveriam agir interferindo em todos os aspectos sociais, a fim de promover o bem da coletividade, mediante ao estabelecimento de um Estado Corporativo. Em seguida, optamos por fazer um breve perfil biográfico de Argemiro de Figueiredo, na tentativa de familiarizar o leitor com o personagem de nossa história, procurando deixar claro as origens, as relações oligárquicas presentes desde cedo em seu cotidiano e a personalidade do então político paraibano. Por fim, o texto se deteve a chegada de Argemiro de Figueiredo ao poder, suas primeiras ações e o seu combate imediato as sublevações que aconteceram em novembro de 1935, culminando com a repressão, violência e prisões arbitrárias de vários trabalhadores, acusados de terem participado

da Intentona Comunista. Por conseguinte, o fechamento do regime com a implantação do Estado Novo, leva a uma maior e legalizada ação de coerção e suspensão dos direitos civis a partir de 1937. Por outro lado, tentamos captar a essência dos movimentos de oposição e resistência – mesmo que de certa forma desorganizados – frente a violência empregada pela interventoria paraibana.

No segundo capítulo procuramos esclarecer como se desenrolou o ano de 1936 na Paraíba, no que diz respeito a malfadada tentativa de golpe comunista, demonstrando através de quadros aqueles paraibanos que identificados como subversivos foram declarados foragidos e outros recolhidos a Cadeia pública ou a Mata do buraquinho. Em seguida, narramos sobre a conjuntura nacional e a forma como foi gestado o Estado Novo. a partir daí passamos a falar como se deu a aceitação do novo regime em solo paraibano e o enquadramento de Argemiro de Figueiredo a ditadura de Getúlio Vargas. Ao fim, auxiliados pelos conceitos *Grascinianos*, aos quais já nos referimos nesta introdução, tentamos analisar as relações do governo/interventoria com a classe trabalhadora, percebendo que mesmo se utilizando da repressão na maior parte das vezes, foi preciso também negociar.

O terceiro e último capítulo trata da importância da propaganda, tanto para a construção de uma ideia de nação, necessária para o projeto homogeneizador que pretendia ser o Estado Novo, como para a legitimação do regime frente a população. Para nós de grande ajuda foi o conceito de nação e nacionalismo trazidos por Benedict Anderson em *Comunidades Imaginadas*, assim como *Mitos e mitologias políticas* de Raoul Girardet. A respeito da propaganda argemirista procuramos mostrar a grande máquina estatal que foi montada que servia para fabricar e inculcar a imagem de um progresso que supostamente não havia anteriormente. Dentro dessa máquina estatal estavam inseridas a Igreja, os sindicatos, os jornais, a rádio e claro, a escola que servia como espaço de reprodução da ideologia vigente. Além disso, percebemos que o próprio discurso do chefe local, Argemiro de Figueiredo, atendia a essa lógica. Definido como um homem elegante, Figueiredo conseguia se impor pelas palavras, mas sem deixar transparecer arrogante ou prepotente. Sua oratória, ao que parece, ao mesmo tempo que demonstrava refinamento e *fleugma*¹⁴ nos momentos mais conturbados, era repleta de palavras fáceis e de fácil entendimento – ao que nosso entender, caracterizava a ideia

¹⁴ A esse respeito o jornal A União trouxe um comentário publicado pelo jornal Diário de Pernambuco em que se dizia: “O senhor Argemiro de Figueiredo nem parece um político do Nordeste. Pela sua fleugma, pelo seu sangue frio, pela imperturbável serenidade com que enxerga as cousas é um temperamento de político a inglesa”. (A UNIÃO, 1935, p. 08).

de utilizar o discurso de forma pedagógica no convencimento do povo. E enfim discorreremos sobre as várias e grandiosas obras que foram erguidas em seu governo/interventoria, e que serviram para reforçar a ideia de modernidade trazida por ele ao Estado da Paraíba, valendo-lhe até hoje o título de “melhor administrador”.

Capítulo 1 - DO PANORAMA NACIONAL AO INÍCIO DE UMA TRAJETÓRIA POLÍTICA – ARGEMIRO DE FIGUEIREDO (1921-1935)

1.1. Décadas de 20 e 30 e a ascensão de regimes autoritários

O século XX, ou também chamado de “o Breve Século”, (HOBSBAWM, 2010), foi palco de acontecimentos que se desenvolveram em sucessão e que não podem ser analisados de forma isolada, pois se ligam como encaixes perfeitos de um quebra-cabeça. Dentre esses eventos podemos destacar a nível internacional: a Primeira Guerra Mundial, seguida do forte crescimento do pensamento conservador e das alas de extrema direita, culminando na ascensão de regimes discricionários no continente europeu e a crise de 1929. A nível nacional destacamos a *Revolução de 30*¹⁵, o autoritarismo como via de salvação para o Brasil e o progressivo retroceder da democracia até o estabelecimento da Ditadura Vargas.

De toda forma, esses acontecimentos repercutiram de maneira diferente entre os Estados brasileiros. Na Paraíba – foco de nosso estudo – por exemplo, houve uma grande adesão ao modelo Vargas, no que diz respeito tanto ao aparelho administrativo e governamental, quanto a ideologia adotada pelo novo regime. Tendo como desdobramentos no contexto local: a cooptação e tutela das várias facções oligárquicas paraibanas por parte do Estado na figura do interventor Argemiro de Figueiredo, a elaboração de uma autoimagem positiva do interventor, que perpassa os dias de hoje o imaginário paraibano e a adoção de práticas autoritárias e repressivas em voga naquele momento, baseadas em modelos discricionários estrangeiros.

Todavia, para adentrar ao nosso objeto de estudo é necessário fazer um recuo temporal estratégico, sem o qual não seria possível entender os fatos e acontecimentos que levaram ao desenrolar da história que nos propomos a contar a partir de agora.

No que concerne aos eventos internacionais dessa época, maior repercussão terá o *crash de 1929*, dada a proporção com a qual a crise atingiu os países capitalistas, podendo, podendo-se dizer, que pegou o mundo de surpresa, visto que a maior potência econômica do mundo, os Estados Unidos, prosperavam como nunca, o que fez com que os especialistas da área revissem as suas previsões.

¹⁵ Hoje existe ainda um debate historiográfico muito forte se realmente os episódios de 1930 podem ser classificados enquanto uma Revolução. Ver FAUSTO, Bóris. A Revolução de 1930. In **Brasil em perspectiva**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988; GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e Vida das Oligarquias-paraibanas: Paraíba (1889-1945)**. João Pessoa: Ed. Universitária. UFPB, 1994.

A Grande Depressão confirmou a crença de intelectuais, ativistas e cidadãos comuns de que havia alguma coisa fundamentalmente errada no mundo em que viviam. Quem sabia o que se podia fazer a respeito? Certamente poucos do que ocupavam cargos de autoridade em seus países e com certeza não aqueles que tentavam traçar um curso com os instrumentos de navegação tradicionais do liberalismo secular ou da fé tradicional, e com cartas dos mares do século XIX, nas quais era claro que não se devia mais confiar. (HOBSBAWM, 2010, p. 106).

Entretanto as adversidades na economia mundial estavam longe de afetar unicamente os setores financeiros da sociedade, pois o liberalismo também passou a ser questionado. Não apenas enquanto doutrina, porque causava desconfianças frente à utilidade das democracias, como também na ideia de representação política e na competência das elites em governar. Parecia que esse sistema havia provocado uma dissociação entre o individual e o coletivo de forma que “*foi essa espécie de ‘crise da figura liberal do indivíduo’ que permitiu à esquerda e à direita a defesa da instalação manu militari de uma ‘ordem nova’.*” (MONTIOIA, 2015 p. 326), ou seja, a ascensão de ditaduras.

Dessa forma se abria mão da liberdade ao mesmo tempo que durante o *breve século XX*, se criavam regimes de extrema direita baseados no que veio a ser chamado de *Fascismo*. De acordo com Robert Paxton (2007), o Fascismo foi um fenômeno que pode ser apontado como uma grande inovação política, mas também como o causador de grande parte das desgraças do século XX.

Movimento baseado no uso da violência para impor um pretensão “bem maior”, o Fascismo foi criado como forma de combater o socialismo através da ideia de superioridade nacional, mas sem ter nenhuma base filosófica e empirista para sustentar suas ações. Contava apenas com apelo às emoções, rituais e cerimônias teatralmente elaborados e uma retórica extremamente aguçada.

O Fascismo não se baseia de forma explícita num sistema filosófico complexo, e sim no sentido popular sobre as raças superiores, a injustiça de suas condições atuais e seu direito a predominar sobre os povos inferiores. Esse regime não recebeu embasamento intelectual de um construtor de sistemas como Marx ou de alguma grande inteligência crítica como Mill, Burke ou Tocqueville. (PAXTON, 2007, p. 38).

Durante as décadas de 1920 e 1930, o mundo se deparou com vários tipos de Fascismo, e viu também a sua face mais mortal na Alemanha, com a ascensão de *Adolf Hitler* e o *Nazismo*. O Nazismo foi um tipo de regime que derivou do Fascismo italiano, mas que se mostrou bem mais eficaz e devastador contra os considerados inimigos ou impuros, fossem esses judeus,

negros, ciganos, homossexuais e todo aquele que fosse considerado uma degeneração da “*raça pura*” ou uma ameaça a pátria alemã. Fundado sob a base ideológica do ódio racial, o Nazismo concentrava toda a sua força em seu líder/salvador, que proferia as palavras a respeito do poder e da superioridade dos alemães diante do mundo, em tom apocalíptico. Por isso que esse fenômeno se tornou difícil de ser analisado do ponto de vista racional (KERSHAW, 1993, p. 3 e 4 apud HOBBSAWM, 2010, p. 113). Todavia, o Fascismo enquanto um “movimento geral” só foi possível graças a ascensão de Adolf Hitler¹⁶.

Uma vez tornado universal, o Fascismo criado para “a era da política das massas”¹⁷, se tornou popular no ocidente, com maior ou menor efeito, em ressonância com as características dos países que o adotaram em sua totalidade, ou apenas um de seus aspectos.

Frente ao avanço de setores antidemocráticos e antiliberais (que se deu durante os períodos mais críticos da Grande Depressão), que se apresentavam como terceira via ao comunismo e ao liberalismo, as estruturas democráticas passaram a não comportar mais os interesses vigentes e a serem difamadas. O liberalismo caiu em desgraça. “*Em resumo, o liberalismo fez uma retirada durante toda a Era da Catástrofe*”¹⁸. (HOBBSAWM, 2010, p. 115).

O colapso econômico no qual o mundo havia mergulhado além de servir para alimentar as teorias mais conservadoras da direita radical, afetou de forma muito mais agressiva aqueles países de economia mais fraca e suscetível às oscilações do mercado externo. A crise deixou os países subdesenvolvidos em uma situação crítica, pois estes dependiam da exportação de matéria-prima e baseavam suas economias no comércio internacional. Esse foi o motivo pelo qual a depressão econômica se tornou global.

No Brasil, a socialização dos prejuízos gerados pelo café prejudicou as camadas mais baixas, deixando em evidência a falta de governabilidade das oligarquias que estavam no poder. “*O Brasil tornou-se um símbolo de desperdício do capitalismo e da seriedade da Depressão, pois seus cafeicultores tentaram em desespero impedir o colapso dos preços queimando café em vez de carvão em suas locomotivas a vapor.*” (HOBBSAWM, 2010, p. 97).

¹⁶ O autor entende que os movimentos fascistas fora da Itália só foram fundados após a ascensão do Führer. A esse respeito ver Erick Hobsbawm, 2010, p. 120.

¹⁷ Ver PAXTON, Robert O. **A anatomia do Fascismo**. Tradução de Patrícia Zimbres e Paula Zimbres – São Paulo: Paz e Terra, 2007.

¹⁸ E. Hobsbawm estabelece como Era da Catástrofe o período compreendido entre os anos de 1914 até 1948.

Todavia, a crise econômica que explodiu em 1929 só foi sentida de maneira mais drástica no Brasil quase dois anos depois, quando afetou todos os setores da economia. Porém, seus estilhaços tiveram um alcance imediato na comercialização do principal produto de exportação. A desaceleração econômica mundial afetou os preços do café de imediato, tornando o Brasil ainda mais dependente do capital externo. “*A forma pela qual se concretizou a relação de dependência entre os grupos financeiros e a burguesia do café tornou-a especialmente vulnerável às crises internacionais.*” (FAUSTO, 1988, p. 230). Tais recursos vindos do exterior desapareceram completamente e uma grande crise que se alastraria para os demais setores despontava no horizonte.

O *crash de 1929* provocou o questionamento do poder da burguesia cafeeira, pois a sua competência em gerir o país passou a ser alvo de críticas e questionamentos. “*Censurava-se lhes a inocuidade política, o vazio ideológico, a corrupção e sobretudo a incapacidade técnica e administrativa que os caracterizava.*” (SEVCENKO, 1983 apud SILVA, 2004, p. 129).

A crise aprofundou os descontentamentos tanto das oligarquias silenciadas pela *política dos governadores*¹⁹, quanto das classes médias que se ressentiam por seu lugar marginalizado, fora dos processos políticos de então. As chamadas “quotas de sacrifício” – como Boris Fausto nomeia a queima do excedente de café, a fim de evitar a queda brusca dos preços e da renda do setor – associadas com a impressão de desordem e caos, que se fazia presente no país, foram a gota d’água para que inimigos de outrora se unissem para derrotar essas elites fracassadas da Primeira República.

A eficácia do acordo realizado por Campos Sales, colocado a prova tanto pela “*Reação Republicana*”²⁰, quanto pelo *movimento tenentista*²¹ no ano de 1922, acabou sendo testado mais uma vez sete anos depois. A indicação de Júlio Prestes para suceder a Washington Luís na

¹⁹ Pacto político idealizado pelo Presidente Francisco de Campos Sales em 1898, que tinha como finalidade estabelecer um acordo entre os Estados e a União, impedindo que os conflitos intra-oligárquicos extrapolassem a esfera regional, alcançando a esfera nacional. Ver Marieta de Moraes Ferreira e Surama Conde Sá Pinto, 2006, p. 390.

²⁰ Foi um movimento chefiado pelas oligarquias dos estados de segunda grandeza: Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Bahia, tentando romper com o modelo oligárquico vigente, tentando criar uma nova alternativa. Ver Marieta de Moraes Ferreira e Surama Conde Sá Pinto, 2006, p. 395.

²¹ Movimento que se originou dentro do Exército, e teve como principais lideranças Tenentes e Capitães, que se propunham a combater as oligarquias. Esse movimento se deu em dois momentos distintos: o primeiro, conhecido como os 18 do Forte de Copacabana, que ocorreu 5 de julho de 1922, não logrou muito êxito. Já o segundo que aconteceu dois anos depois e que ficou conhecido com o 5 de julho, mais bem organizado que o primeiro reivindicava uma série de reformas e a deposição do Presidente Arthur Bernardes. O movimento se estendeu dando origem a chamada Coluna Miguel Costa-Luís Carlos Prestes, que percorreu 13 estados brasileiros tentando promover um levante popular contra as oligarquias que governavam o país. Ver Marieta de Moraes Ferreira e Surama Conde Sá Pinto, 2006, p. 400.

Presidência da República feria o compromisso tácito entre São Paulo e Minas Gerais, sendo a criação da Aliança Liberal o estereótipo da dissidência existente dentro do próprio grupo dominante.

Membros dissidentes dentro da própria elite, dentre estes oligarcas de Minas Gerais, insatisfeitos com a indicação de mais um paulista ao cargo mais alto do Executivo, e gaúchos descontentes com as posições de “segunda grandeza” que ocupavam no plano nacional, lançaram com o apoio da Paraíba, a chapa Getúlio Vargas/ João Pessoa.

Sob o lema “*Representação e Justiça*”, promessas de soberania popular e ideias de *Republicanizar a República*²² (IGLESIAS, 1993), a Aliança se lançou as eleições. No entanto, o controle da máquina estatal por parte da situação impediu a vitória dos aliancistas. E por mais que alguns membros tocassem no “fator revolução” em caso de derrota, essa era uma ideia abominada pela maioria dos integrantes aliancistas. A frase atribuída a João Pessoa seja falsa, ou verdadeira, nos passa essa impressão: “*Nunca contarão comigo para um movimento armado. Prefiro dez Júlios Prestes a uma revolução.*” (SOBRINHO, apud FAUSTO, p. 237, 1988).

Entretanto, um fato inesperado reascendeu a chama revolucionário dos derrotados nas eleições presidências daquele ano. O assassinato de João Pessoa acirrou os ânimos e levou a uma situação peculiar: a aproximação de alas tenentistas à facções burguesas (que não tinham vínculos com o café) e às classes médias (FAUSTO, 1988).

Um acontecimento inesperado deu força à conspiração revolucionária. Em 26 de julho de 1930, o candidato a vice da Aliança Liberal, João Pessoa, foi assassinado em Recife. Embora as razões do crime tenham sido passionais, e não políticas, ele foi transformado em mártir do movimento que se articulava. Nos meses seguintes, a conspiração recrudescceu com a adesão de importantes quadros do Exército. (FERREIRA; PINTO, 2006, p. 406)²³.

A união até então, impensada, entre tenentes que participaram do movimento na década de 1920 e oligarcas dissidentes que tinham combatido esses militares anteriormente, fez com que os acontecimentos daquele período ganhassem um contorno novo, levando à *Revolução de 1930*. “*Era preciso encontrar um novo parceiro político capaz de antepor-se às oligarquias*

²² De acordo com alguns aliancistas e intelectuais da época era necessário tornar a republicanizar o nosso sistema, pois as promessas feitas em 1889 não tinham sido cumpridas, o povo não participava da política, uma vez que essa República beneficiava apenas os interesses da elite.

²³ Sobre o papel da morte de João Pessoa e a construção de seu mito ver AIRES, José Luciano de Queiroz. **A fabricação do mito João Pessoa: batalhas de memórias na Paraíba (1930-1945)**. Campina Grande: EDUEFG, 20013.

dominantes. Os militares eram o segmento ideal. ” (FERREIRA; PINTO, 2006, p. 397). Assim a elite revolucionária tinha o seu braço armado para dar continuidade aos fatos que não tinham se encerrado com a apuração das eleições.

Todavia, não eram todos os tenentes que concordavam com o movimento, pois muitos acreditavam que a revolução era apenas um jogo de poder entre as forças políticas e que por isso as mudanças não seriam profundas. Não enxergavam nenhum comprometimento desses oligarcas dissidentes com as causas defendidas pelos tenentes na década de 20. O próprio Luís Carlos Prestes se negou a dar apoio ao movimento “*por ver nos homens e na causa da Aliança as velhas práticas que ele e seu grupo sempre combateram: ‘Uma composição de oligarquias’, como exprimiui. ” (IGLESIAS, 1993, p. 232).* Mesmo assim, alguns militares acreditavam que essa era a oportunidade de provocar mudanças, como podemos ver na fala de João Alberto Lins de Barros, integrante do movimento tenentista da década de 1920, que apoiou o movimento de 1930, e que mais tarde seria nomeado por Vargas interventor de São Paulo, dando origem a *Revolução Constitucionalista de 1932*.

Evidente, aquela não era a ‘nossa revolução’, mas que fazer? Tínhamos que jogar a cartada e acreditar em políticos como Maurício Cardoso, Osvaldo Aranha, Flores da Cunha, Luzardo, João Neves, para só falar nos do Rio Grande do Sul com quem eu entrava em contato estreito. (BARROS, apud FAUSTO, 1988, p. 243).

Ao fim da vitoriosa *Revolução de 30* haviam vários projetos de Brasil e nenhuma classe que realmente tomasse a frente e se impusesse. As oligarquias do café eram vistas com desconfiança pela ingerência de seus governos, a burguesia industrial era incipiente²⁴ e as classes médias não tinham força para preencher o vácuo de poder. A solução encontrada foi a criação de um *Estado de Compromisso*, ou seja, “*um estado que se abre a todas as pressões sem se subordinar necessariamente a nenhuma delas. ” (FERREIRA; PINTO, 2006, p. 410).* Ao invés de rupturas bruscas - o que se esperava de uma revolução – as mudanças foram superficiais e serviram para acomodar as elites brasileiras em novos lugares representativos em consonância com o novo jogo de poder que se estabelecia. Desse modo, a *Revolução de 30* pode ser tachada de uma revolução autocrático-burguesa (MARTINS, 1980).

Ainda nos primeiros momentos do pós- revolução, as disputas políticas entre os grupos que participaram da Aliança Liberal tornaram-se evidentes. A heterogeneidade dos setores

²⁴ E de acordo com Boris Fausto, devido a essa incipiência, a melhor nomenclatura para essa categoria seria a de setor industrial.

envolvidos no movimento é que tinha levado a essa testilha. O Governo Provisório assumido por Vargas em 3 de novembro de 1930 era uma das principais causas de divergência entre os órfãos da revolução.

Enquanto alguns desejavam a instalação imediata da democracia, outros afirmavam que o retorno a uma ordem democrática só deveria ocorrer após a promoção das reformas sociais. Para os tenentes e seus aliados civis, o processo revolucionário iniciado em 1930 ainda não havia conseguido dismantlar os alicerces do poder oligárquico, profundamente enraizado na sociedade brasileira. Portanto, num curto prazo, qualquer eleição seria permeada pelos mesmos desvios que marcaram o jogo político ao longo da República Velha. (PANDOLFI, 2003, p. 17).

Os debates também desembocaram no tipo de Estado que deveria ser adotado pelo Brasil a partir de então. Entre as décadas de 1920 e 1930 vários intelectuais escreveram e tentaram diagnosticar e propor soluções para o Brasil.

Esses letrados compreendiam haver uma divisão muito simples entre a elite brasileira *intelectuais e governantes* (TORRES, 1982), e diante da ineficiência desses últimos, cabia aos primeiros a tarefa de “*subsidiar a política governamental com seus conhecimentos ‘objetivos’ acerca da estrutura e do funcionamento da sociedade.*” (SILVA, 2004, p. 153). Esses homens acreditavam realmente que tinham um dever moral para com país e com a nação.

Para os intelectuais autoritários brasileiros, seus estudos e análises históricas tinham por objetivo contribuir para explicar os fundamentos da nação brasileira e para projetar o país do futuro. Um pressuposto unânime que impulsionava a realização dessas obras era a crença de que os problemas brasileiros decorriam da alienação de nossas elites dirigentes com relação à realidade e à história. Diante da ignorância delas, os intelectuais nacionalistas propunham uma interpretação realista do passado e do presente. (BEIRED, 1999, p. 250 e 251).

Nessa época, a sociologia despontava como uma ciência de grande destaque. Pensadores como Alberto Torres, Azevedo Amaral e Oliveira Vianna eram muito bem aceitos. Defensores de um governo forte, autoritário e centralizador - pois das várias correntes de pensamento e matrizes de interpretação que despontaram à época, a autoritária foi a que demonstrou ter maior força, se atrelando a ideia de corporativismo e de modernidade, tornando-se uma alternativa viável ao liberalismo e ao socialismo - esses autores formavam a *Santíssima Trindade* do autoritarismo brasileiro, visto como único modelo de governo capaz de fazer o Brasil superar os seus problemas.

Para Oliveira Vianna o Insolidarismo²⁵, seria o maior deles. Tal diagnóstico, baseado na falta de solidariedade inerente ao povo brasileiro²⁶, foi apresentado em *Populações Meridionais do Brasil*. Considerada a obra de estreia deste autor, o livro mostra que os problemas enfrentados pelo país são presentes desde a sua formação. O latifúndio, a monocultura, o escravismo e os seus efeitos na estrutura social são apontados como as causas que levaram sempre (ou na maior parte das vezes), os interesses políticos a se sobreporem aos sociais, ocasionando o isolacionismo das regiões, permitindo regionalismos e a ausência de um sentimento de unidade nacional, criando-se assim um tipo de “*solidariedade mecânica*”²⁷, construída dentro de um espaço privado, que pode ser a família, o latifúndio, o clã, e que sempre está a favor das elites privatistas que governam para si.

Tal situação teria se agravado devido ao emprego e uso do liberalismo, estrangeirismo que não se adequava em nada a realidade brasileira, pois em sua visão existia um descompasso gigante no Brasil e que precisava ser entendido: o de que havia um discurso liberal, enquanto que não existiam sujeitos do liberalismo. O que fazia crer que o sistema democrático era inviável em território brasileiro, sendo possível apenas, a introdução de “elementos democráticos”, por meio da Justiça (lei), responsável por limitar o poder das elites que se reafirmava desde o período colonial, o que só seria possível através da criação de um Estado forte, responsável por criar um sentimento nacional. “*Esse alto sentimento e essa clara e perfeita consciência só serão realizados pela ação lenta e continua do Estado – um Estado soberano, incontestável, centralizado, unitário, capaz de impor-se a todo o país pelo prestígio fascinante de uma grande missão nacional.*” (VIANNA, [1920], 2005, p. 366).

Em *Instituições Políticas Brasileiras*, olhando para a sociedade brasileira, Oliveira Vianna levanta uma questão de difícil resposta: quais forças sociais dentro dessa sociedade insólita, composta de um povo-massa (sem vontade), militares que carregam a malograda fama de serem “golpistas” e elites locais que agem sistematicamente contra o fortalecimento de um governo central, podem conduzir a construção de um *Estado Nacional e Moderno*? Essa

²⁵ Que pode ser entendido também enquanto a discrepância entre o Brasil real x Brasil legal.

²⁶ Oliveira Vianna tem uma visão bastante negativa e pessimista em relação ao povo brasileiro. Em sua visão, no Brasil nunca existiu um “povo” no stricto sensu da palavra, mas sim o que ele chama de “povo massa”, ou seja, um conjunto de sujeitos sem vontade, sem força e sem consciência. Ver OLIVEIRA, Vianna. **Instituições Políticas Brasileiras**, [1949]. – Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999.

²⁷ Também chamada de solidariedade vertical, ou seja, que gira em torno da família, do senhor (patrão/coronel) e das relações de compadrio.

demanda ficaria a cargo dos chamados “Homens de 1.000”²⁸- homens recrutados dentro da própria elite, mas que afloraram dentro de si o verdadeiro espírito público:

Esses seres – criaturas prestadias e altruístas, nutridas do sentimento do bem comum, do interesse coletivo e com a vocação espontânea de servi-lo, cheias disto que os ingleses chamam de “espírito de serviço” verdadeiras índoles rotarianas, como poderíamos dizer hoje, nascidas assim e sendo sempre assim, predestinadas e privilegiadas – formam, na humanidade, a geração admirável e benemérita dos “filhos de Marta”. É uma qualidade de gente, abnegada, generosa, indulgente, e compreensiva, voltada, por inclinação natural, à prática evangélica do amor aos seus semelhantes, índoles cristianizadas de nascença, cuja missão misteriosa parece que é corrigir, na economia da vida social, os excessos, as inquietações, as impaciências que nos traz o egoísmo desta outra geração – instável, individualista, interesseira, imprevidente, alheada – dos “filhos de Maria”. (VIANNA, 1999, p. 341).

Fica evidente o conservadorismo católico ao qual Oliveira Vianna estava atrelado. Entretanto, deixando essa característica de lado, percebemos que há uma intenção no autor em tentar extrair algo de bom e positivo nessa elite brasileira, anteriormente criticada por ele. A ideia de Vianna não era acabar com as propriedades rurais – visto que ele próprio era um agrarista -, muito menos esfacelar essas elites locais, mas fazer com que seus poderes fossem neutralizados, para que assim surgisse um *Estado Moderno*. E tendo em vista a inoperância do povo brasileiro, esse problema recaía sobre as elites, dentre as quais se recrutaria homens públicos de *verdadeira mentalidade nacional*. Dito de outra maneira, a construção do Estado Nacional brasileiro deveria se dar fora do campo privado, através de:

Um ator que teria que ser suficientemente forte para controlar a sociedade, impondo-lhe novas regras de convívio e cooperação, caras ao bem de todos, isto é, ao bem público. E, como esse objetivo só poderia se materializar na direção do Estado, apenas um novo tipo de Estado, forte e autoritário, portanto não liberal, seria capaz de fazê-lo. Cabendo ao Estado “criar” a sociedade, segundo uma lógica claramente hobbesiana, cabia igualmente ele produzir tanto as elites como povo, ambos devido ao “insolidarismo” reinante há séculos no Brasil, inadequados às demandas e desafios da modernidade. (GOMES, 2010, p. 208 e 209).

A proposta defendida por Vianna e por vários outros intelectuais autoritários da mesma época, sobre o modelo de Estado que deveria ser adotado no Brasil era o corporativismo. “Entendido como um sistema de práxis, isto é, como um conjunto de ideias indissociáveis da ação” (GOMES, 2010, p. 208), o corporativismo significava para esse autor, uma nova forma de organização social e política, pela qual se manteria a unidade do poder central, de forma que:

²⁸ Referência bíblica aos homens tementes a Deus e escolhidos por Moisés para governar o povo de Israel, segundo as leis ditadas ao profeta. Ver Êxodo, cap. 18.

O Estado corporativo representaria, portanto, um meio de assegurar o predomínio e a expansão da esfera de influência do poder público em dois sentidos. De um lado, porque possibilitaria a integração das diferentes classes e grupos sociais no sistema político, mediante um mecanismo de participação controlada, sob a direção do Estado, que preservaria, assim, liberdade de ação suficiente para agir como árbitro dos conflitos em nome dos interesses gerais da nação. De outro lado, porque o funcionamento do poder do Estado agiria como poderoso instrumento de subordinação dos interesses restritos, regionais e locais, ao interesse maior da coletividade, representado pelo governo central. (DINIZ, 1991, p. 80 e 81).

Ou seja, a ideia de centralização defendida por essa intelectualidade autoritária residia no fato de que apenas ela garantiria a organização e a integração da nação a um projeto nacional, levando a cabo os interesses coletivos de forma eficaz, como somente um Estado Moderno era capaz de fazer. Partindo desse ponto de vista, seria possível assim se dar a superioridade do *interesse público* sobre o *privado*. A destruição dos regionalismos ficaria por conta de medidas que combatessem a descentralização territorial administrativa – característica da Primeira República – responsável pelo *isolacionismo e individualismo*, “característico da nossa gente”, e da destruição de instituições e remanescências do modelo de democracia liberal, empregada anteriormente e que supostamente tinham nos levado ao “atraso” a que estávamos submetidos. Complementando essas iniciativas teria que ser gerada a solidariedade entre os brasileiros, e isso só seria possível através da criação de sindicatos, idealizados para unir o povo por meio dos interesses partilhados entre as profissões, de maneira que “*Se não tínhamos instâncias – políticas e/ou morais – para ‘organizar a nação’ (para resolver a questão da ação coletiva), certamente tínhamos ou poderíamos produzir instâncias econômico-corporativas.*” (GOMES, 2010, p. 209).

Neste sentido, para Oliveira Vianna e outros intelectuais brasileiros, a adaptação do modelo fascista italiano à realidade brasileira era uma necessidade e não um estrangeirismo tal como o liberalismo da Primeira República. “Os copiadores” eram os liberais e suas instituições decadentes (GOMES, 2010).

O corporativismo fascista foi percebido pelos teóricos do autoritarismo brasileiro como o modelo mais moderno, para a época, de reorganização das relações entre Estado, indivíduo e mercado. Perante a decadência do “artificialismo” da velha república liberal, a via brasileira para o corporativismo autoritário tomou a forma de uma apropriação criativa do repertório e da linguagem fascista em um contexto histórico diferente do italiano da década de 1930. (GENTILE, 2015, p. 175).

Todavia, a influência do Fascismo não chegou apenas para a elite intelectual brasileira, mas é perceptível também entre uma boa camada da classe média urbana. O movimento

integralista, mais conhecido como Ação Integralista Brasileira – AIB, foi uma dessas expressões que surgiu a partir da mesma matriz ideológica (TRINDADE, 1974). Fundada oficialmente em outubro de 1932, a AIB foi o primeiro Partido Político de amplitude nacional no Brasil, chegando a mobilizar entre 500 e 800 mil filiados, sendo a classe média a maior parte de seus componentes:

Os membros da AIB eram funcionários públicos, profissionais liberais, jornalistas, advogados, médicos, professores, padres, pequenos agricultores, funcionários do comércio, militares, setores ainda não representados politicamente pelos partidos oligárquicos. (CYTRYNOWICZ; MAIO, 2003, p. 51).

Não se sentindo representados pela política tradicional, esses setores médios da sociedade eram convocados e respondiam ao discurso integralista, que se dizia ser um movimento moderno e capaz de livrar o país das oligarquias regionais. Defensores de um governo forte, moderno e nacionalista, os integralistas foram de real importância para os rumos da política brasileira no pós-30, para o tipo de regime que se criou e o movimento convergente de centralização do poder nas mãos de Getúlio Vargas.

O Governo Provisório estabelecido em 3 de novembro de 1930 e chefiado por Vargas, rasgou a antiga Constituição e fechou o Congresso Nacional. O país passou a ser regido através de decretos, o que contribuía para o aumento e progressiva concentração de poder nas mãos do governante.

Uma das primeiras iniciativas tomadas pelo chefe de governo foi a destituição dos governadores estaduais e a nomeação de interventores – homens de sua confiança –, sob alegação de que essa era uma medida necessária ao reestabelecimento da ordem no país. A partir de então, o sistema de interventorias procurou limitar o poder das elites locais e evitar que as disputas regionais se sobrepusessem aos interesses nacionais.

Na maior parte das vezes o interventor agia como figura neutra nessas disputas pelo poder local. Nomeado e subordinado diretamente a Vargas, mediava as relações entre as oligarquias e o poder central. Vale salientar que inicialmente, foram os tenentes os primeiros interventores, principalmente em estados onde o Presidente não era bem quisto, a exemplo do

estado de São Paulo²⁹. Contando com o apoio desses militares, foi possível controlar as elites, sem realmente romper definitivamente com elas.

Para um regime que queria combater o exacerbado federalismo da República Velha, a nacionalização das Forças Armadas era uma questão crucial. Para diminuir o poder das oligarquias regionais era necessário diminuir o seu poder de fogo³⁰. (PANDOLFI, 2003, p. 19).

Ao mesmo tempo, a união alçada entre as várias facções oligárquicas dissidentes, e elementos do Exército tinham suas bases fracas e não podiam perdurar, visto que cada seguimento tinha pretensões e interesses diferentes. Dentre os dissidentes, surgiam *novos dissidentes*, e essa situação acarretou uma crise política e anos de instabilidade e incertezas que se arrastaram até 1937.

O momento histórico que antecede a implantação do Estado Novo é marcado por uma crise política, a um tempo crise de hegemonia e crise ideológica, cujas as origens estão na raiz da Revolução de trinta, evoluindo ao longo das duas primeiras fases do governo Vargas. (DINIZ, 1991, p. 83).

Eleito pelo voto indireto em 1934 para mais quatro anos de governo, Vargas promulgou uma nova Constituição – que julgava ser mais liberal do que desejava –, reorganizou o seu ministério, procurando diminuir conceitualmente o poder daqueles que acreditava ter perdido a utilidade: os tenentes, estes não ocuparam nenhuma pasta no novo governo e viram a sua influência escorrer pelo ralo. Durante os anos seguintes, esses militares constituíram-se apenas enquanto uma sombra, dominada e controlada pelo poder central. (PANDOLFI, 2003).

No ano seguinte, a centralização política ganhou ainda mais força devido a malfadada *Intentona Comunista*³¹. O fracasso do movimento levou a prisão e a tortura de vários de seus

²⁹ A nomeação de um interventor militar e a falta de uma Constituição, dentre outros fatores, levaram a uma Guerra Civil, a chamada Revolução Constitucionalista de 1932. Foi a primeira vez desde 1930, que Vargas sentiu-se realmente ameaçado. Ver PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In. **O Brasil Republicano (vol. 2)**. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. FERREIRA, JORGE e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). – 2º ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

³⁰ Através do Código dos Interventores criado em 1931, limitava-se os gastos com a polícia militar e com as polícias estaduais.

³¹ De acordo com o historiador Faustino Teatino Cavalcante Neto (2002), o nome “intentona” designa uma forma pejorativa e uma tentativa do governo da época em omitir o que realmente foi o movimento comunista de 1935. Os levantes militares iniciados nos quarteis de Natal e de Recife, de forma não programada e sem ações orquestradas, reavivaram o sentimento dos comunistas e dos componentes da Aliança Nacional Libertadora, de derrubar Getúlio Vargas do poder e proclamar um estado socialista. O líder da ANL, Luís Carlos Prestes entendeu o levante como um sinal para a tomada de poder. Entretanto, o assalto ao 3º Regimento de Infantaria, no Rio de Janeiro, fracassou demonstrando assim a completa desarticulação do movimento. Seguindo-se ao fracasso do levante, várias prisões e perseguições foram efetuadas, tendo a situação como um todo, contribuído para o endurecimento do regime. Ver VIANNA, Marly de Almeida G. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. **O Brasil Republicano (vol. 2)**. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do

participantes, a declaração do estado de sítio e de guerra e consequentemente a radicalização do regime. Pouco a pouco a Constituição foi minada e os princípios liberais ainda contidos nela, deixados de lado. Dois anos depois, cartas fraudadas por integralistas³² serviram de desculpa para o cancelamento das eleições e o estabelecimento do Estado Novo. O *Plano Cohen* e a suposta ameaça comunista facilitaram o crescimento do poder executivo em detrimento do recuo do Congresso Nacional, que já sem forças não ofereceu nenhuma resistência ao golpe, que pôs fim a um breve período constitucional, uma vez que “*o fortalecimento do executivo aparecia como condição de preservação da ordem e, portanto, de sobrevivência dos grupos dominantes.*” (DINIZ, 1991, p.84).

1.2. Diante destes acontecimentos eis que surge Argemiro de Figueiredo: “Um produto da Providência”

É impossível se propor a compreender a trajetória de um indivíduo, sem antes fazer o esforço de “reconstruir” o contexto ou *superfície social*³³, a qual ele estava inserido, sem que caíamos no que Pierre Bourdieu denominou como *ilusão biográfica*, ou seja, a redução do relato de vida a um modelo oficial, ou tipo ideal baseado apenas em documentos oficiais, biografias oficiais e etc., afastando as relações íntimas e familiares como possibilidades a serem investigadas. Pois,

Segundo uma tradição biográfica estabelecida e a própria retórica da nossa disciplina, contentamo-nos com modelos que associam uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas. (LEVI, 2006, p. 169).

Estado Novo. FERREIRA, JORGE e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). – 2º ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

³² O movimento integralista, ou Ação Integralista Brasileira (AIB) como era mais conhecido, representava o Fascismo brasileiro, se é que podemos assim dizer. Defendia um governo forte, repressivo e centralizador, tal como os europeus.

³³ Pode ser definida enquanto um “conjunto das posições simultaneamente ocupadas num dado momento por uma individualidade biológica socialmente instituída e que age como suporte de um conjunto de atributos e atribuições que lhe permitem intervir como agente eficiente em diferentes campos”. (BOURDIEU, 2006, p. 190).

A necessidade de desviar o foco do nosso objeto de estudo até aqui, reside na importância de compreender justamente a sua construção através do *habitus*³⁴ e as suas ações enquanto sujeito inserido dentro de uma pluralidade de *campos*³⁵. Dessa forma,

Não podemos compreender uma trajetória (isto é, o *envelhecimento social* que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis. (BOURDIEU, 2006, p. 190).

De acordo com Giovanni Levi (2006), em determinada época foi possível abstrair-se dos fatos históricos quando nos condicionávamos a narrar o destino de um homem. Como também – em períodos mais recentes – se pôde escrever sobre os acontecimentos históricos, sem ter que se remeter a um destino individual. O que para o autor hoje é impossível, pois vivenciamos o que ele denomina como *fase intermediária*, visto que “*mais do que nunca a biografia está no centro das preocupações dos historiadores.*” (LEVI, 2006, 167).

Nesse sentido a renovação pela qual passou a historiografia - francesa principalmente e mais especificamente o campo da História Política, como já mencionamos nesse trabalho – permitiu que a biografia – há muito esquecida e relegada, tal como a política fora – pudesse voltar a cena a partir de meados de 1970, reassumindo uma função a meio caminho entre o particular e o coletivo (LEVILLAIN, 2003, p. 165).

A biografia deixou então de ser algo que se preocupava apenas com as trajetórias individuais, propondo-se a deslocar o indivíduo do lugar de “herói”. Se antes ele era entendido como único causador do *processo histórico*, e que tal processo só seria possível através dele, o abandono da velha forma tradicional de levar em consideração apenas o indivíduo sem contextualizar o meio ao qual ele estava inserido, foi progressivamente substituído pela visão de que este, enquanto ser integrante de um tempo histórico, compunha uma coletividade, e por isso deveria ser analisado juntamente com ela. Essa mudança permitiu que a biografia se tornasse mais abrangente, abrindo-se a todo tipo de problemas desde que tivesse fronteiras bem

³⁴Partindo do conceito descrito por Pierre Bourdieu, entendemos *habitus* enquanto o “princípio mediador” entre o individual e o coletivo. Ver *A economia das trocas simbólicas*, 2007, p. XL e XLI.

³⁵Seria um conjunto de “estruturas estruturadas”, que se interligam através do *habitus* e que se organiza através da “*Doxa*” / palavra, onde suas regras são específicas e variam de campo social para campo social. Ver *A economia das trocas simbólicas*, 2007.

delimitadas (LEVI, 2006, p. 168), tornando-se um instrumento valioso na construção de um texto historiográfico.

Dito isso, passemos agora a rápidos traços biográficos do sujeito histórico Argemiro de Figueiredo, a fim de compreender as particularidades de suas ações a frente da interventoria paraibana – objeto de nosso estudo – levando em consideração sua origem familiar, sua formação acadêmica, seus laços de sociabilidade e compadrio e o campo ao qual estava inserido, para que assim possamos perceber quais as influências que estes canais, acima enumerados, exerceram sobre sua personalidade e nas decisões governamentais que levou a cabo entre os anos em que foi o chefe do Executivo.

Argemiro de Figueiredo nasceu no dia 09 de março de 1901, fruto do segundo enlace matrimonial de seu pai, o Coronel Salvino. Salvino Gonçalves Figueiredo, ainda muito jovem, contraiu matrimônio pela primeira vez no ano de 1892, com D. Brígida da Costa Agra, tendo quatro filhos desse primeiro casamento, sendo o mais velho o Dr. Acácio Figueiredo, que engajado também no meio político, foi eleito Deputado Federal em 1930 e fundador do *Jornal A Voz da Borborema*.

Tendo o Coronel Honorato da Costa Agra (líder político em Campina Grande) como seu sogro, Salvino Figueiredo tornou-se conselheiro municipal e recebeu como presente de casamento, a Fazenda Baixa Rica – nos arredores da cidade de Campina Grande. Após a morte do Coronel Honorato, o pai de Argemiro de Figueiredo herdou uma considerável herança e o prestígio político proveniente da família Agra, o que lhe rendeu uma boa posição dentro do Partido Republicano Paraibano – PRP, tornando-se o líder local do partido em Campina Grande.

Foi na fazenda herdada pelo seu pai, que Argemiro de Figueiredo nasceu. Seu nascimento, de acordo com a visão mitificada de Naughton Rocha França de Araújo foi motivo de grande alegria e orgulho, sendo considerado um “produto” da providência. Segundo este autor Figueiredo teria nascido para “brindar a todos com a sua sabedoria e dedicação ao próximo”.

Em Campina Grande, sábado era dia de feira. E foi num dia de feira, que Argemiro veio para essa terra. Dir-se-ia que foi um “produto” trazido pela Providência, não para ser vendido, mas para ser doado a esse povo.

Com o tempo, de presente, ele passou a presenteador, porque, desde o seu curso primário, onde se destacou como o melhor aluno da classe, até o final da sua existência, ele só deu orgulho e satisfação a Campina Grande, à Paraíba e ao Nordeste. (ARAÚJO, 2000, p. 35).

Os laços familiares deram a Argemiro de Figueiredo uma herança política forte, pois se por um lado, o seu pai havia herdado o prestígio da *família Agra* através de seu primeiro casamento; a sua mãe, Dona Luísa Viana, descendia de uma das famílias mais tradicionais da Paraíba, os *Borges da Fonseca*³⁶. Faz-se então perceptível que o personagem político a qual estamos a tratar não era nenhum estranho no campo político. Pelo contrário, Argemiro de Figueiredo conheceu desde cedo as engrenagens e os operadores que faziam a política paraibana funcionar. Inserido desde o nascimento no seio das oligarquias, provavelmente aprendeu com o pai e com seus irmãos mais velhos a prática do fazer político. Práticas que aperfeiçoou com o passar dos anos.

A política corria no sangue do jovem advogado Argemiro de Figueiredo, não só pelo ambiente familiar em que cresceu, mas também pelo aperfeiçoamento do aprendizado colhido do convívio universitário entre professores e estudantes da Faculdade de Direito do Recife. (SILVA, 2002, p.264).

Uma vez concluído o ensino primário em sua cidade, Figueiredo transferiu-se para a capital do Estado onde cursou humanidades no Lyceu Paraibano até 1919. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1924 - uma vez que isso se fazia necessário à época, tanto para aumentar o prestígio e patrimônio familiar, quanto para galgar posições políticas (SOUSA NETO, 2016, p. 30), regressou a sua cidade natal nesse mesmo ano, onde estabeleceu seu escritório dando início a sua vida profissional.

De acordo com a *visão romanesca* de Naughton Rocha França de Araújo, o recém-advogado tinha uma “ânsia” em pôr em prática os ensinamentos e o senso de justiça que lhe moldaram durante os anos em que esteve na referida Faculdade.

Como era bela e moralmente sã a Ciência que estudava e sabia. Mas os “Castelos Feudais” e o “direito” dos seus senhores eram “intransponíveis”. O contato com a realidade lhe dava essa consciência. E, o pior, muitos desses castelos eram de seus familiares e de amigos da sua família. Mudar essa realidade com o seu Direito era impossível, ele era diluído, desvirtuado e mal aplicado pelo sistema. A sua luta, sabia ele, ia ser em duas frentes: nos foros e nos tribunais, defendendo o Direito dos injustiçados e, na estrutura do Poder, modificando as suas leis e tornando mais humana a Justiça. (ARAÚJO, 2000, p. 41 e 42).

O autor parte do princípio de que “[...] *da classe média e até entre os oriundos da burguesia, o desenvolvimento intelectual aguça a sensibilidade e torna irresistível a fascinação pela justiça social.* ” (JOFFILY, 1979 apud CAVALCANTE NETO, 2013, p. 106). Dessa

³⁶ Fonte: Acervo do <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/figueiredo-argemiro-de> acesso em 10/04/2016.

maneira, Figueiredo ajudado pelos ensinamentos que recebeu dos mestres e das sùmulas do Direito, constituiu em sua mente, uma lança e uma armadura para se tornar uma espécie de novo *Don quixote* (ARAÚJO, 2000, p. 41), visão essa da qual não partilhamos.

A ideia de um Argemiro de Figueiredo preocupado com a situação dos mais “desvalidos”, tal como é colocada pelo autor, foi explicada pela formação acadêmica que Figueiredo teve, mas também, pelo seu “intrínseco sentimento humano” em ajudar os outros, e sua “sensibilidade para com os problemas sociais”. Essa visão mítica, originada de uma perceptível admiração pessoal, provou-se falsa devido as ações autoritárias e mandonistas que se tornaram características relevantes do projeto político argemirista.

De nossa parte acreditamos que a descrição feita por Naughton Rocha França de Araújo, corresponde a uma tendência marcante e tradicional da historiografia paraibana, em retratar personagens de destaque da história local (governadores, deputados, políticos no geral), como maiores do que realmente foram (são), incutindo-lhes uma carga dramática e uma aura mítica. Em todo caso, nossa escolha por esse autor deriva da importância de expor em nosso trabalho, como foi se moldando a imagem “fabricada” em torno de Argemiro de Figueiredo, e como essa visão persiste ao longo dos anos, visto que o trabalho de ARAÚJO (2000) é relativamente novo.

1.3. Dos primeiros passos na política até a nomeação para o Governo da Paraíba

A nosso ver, diferente do posicionamento de alguns autores como William Tejo e Josué Sylvestre, o engajamento político de Argemiro de Figueiredo se inicia em 1921, quando, ainda no curso de Direito, adere e participa da *Reação Republicana*, movimento que propunha a candidatura de Nilo Peçanha à Presidência da República, em oposição a Arthur Bernardes³⁷. Ao voltar para sua cidade natal, torna-se um dos primeiros fundadores das sociedades operárias, transformando-se em seu porta-voz.

Entretanto, sua atuação na política pode ser destacada com maior ênfase a partir de 1928, quando juntamente com Otacílio de Albuquerque³⁸ e João da Mata Correia de Lima³⁹,

³⁷ Ver <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/figueiredo-argemiro-de> acesso em 12/02/2017.

³⁸ Político paraibano e primo de Argemiro de Figueiredo.

³⁹ Advogado e Político paraibano.

funda o Partido Democrático⁴⁰, conhecido também como “o Partido dos meninos”⁴¹ (TEJO, 2001, p. 23). Embebido por ideias de mudança e adepto de ideias “mais avançadas”, Figueiredo vinha dando sinais de que não se submeteria as influências políticas de seu pai e de seu irmão mais velho (Acácio Figueiredo), procurando sempre que possível se afastar da intervenção familiar (SILVA, 2002).

Recém-graduado pela faculdade de Direito do Recife, o aluno laureado Argemiro de Figueiredo resolveu abrir o seu próprio caminho, afastando-se da liderança do pai e do irmão mais velho, Acácio de Figueiredo, então Deputado Estadual eleito pela oposição e braço direito do coronel Salvino.

É claro que Argemiro não foi se submeter à chefia de Ernani Lauritzem. Era uma fase de novas ideias e novos partidos políticos, que procuravam fugir do maniqueísmo Governo x Oposição que caracterizava os blocos liderados por Epitácio Pessoa e pelos seguidores de Monsenhor Walfredo Leal. ” (SYLVESTRE, 1993, p. 24).

Em agosto de 1929, o Partido fundado por Argemiro de Figueiredo – por orientação nacional – veio a se posicionar do lado da Aliança Liberal. Desta forma, pai e filho são colocados em lados opostos dentro do tabuleiro da política⁴², sendo esta “*a mais apaixonada campanha política já registrada pela história brasileira entre perrepistas e liberais.*” (TEJO, 2001, p. 24).

A fidelidade demonstrada por Figueiredo à João Pessoa na forma de filiação de seu partido à causa dos aliancistas não tardou em ser retribuída. Nos primeiros meses após a derrota da Aliança Liberal, o Presidente do Estado paraibano acabou indicando o nome de Argemiro de Figueiredo para preencher o lugar de uma das quatro cadeiras na Assembleia Legislativa que haviam vagado nas eleições complementares normalmente de maio de 1930⁴³.

Em telegrama de agradecimento a sua indicação, Figueiredo deixou clara toda a sua admiração, lealdade e alegria por tal confiança demonstrada pelo “nobre e distinto” João Pessoa:

⁴⁰ O Partido Democrático na Paraíba foi fundado por influência da Caravana Democrática liderada por Joaquim Francisco de Assis Brasil e Maurício de Lacerda, fundadores do Partido Democrático Nacional, e que tinha como objetivo arregimentar as oposições a fim de promover uma ação ampla contra o governo.

⁴¹ De acordo com o jornalista William Tejo, chamava-se assim o Partido Democrático pela pouca idade que seus fundadores tinham.

⁴² De acordo com Naughton Rocha Araújo, por mais que se desse o rompimento político, a convivência de Argemiro de Figueiredo com seu pai e seu irmão era pacífica.

⁴³ Ver SILVA, Waldir Porfírio. Argemiro de Figueiredo: um parlamentar, da Revolução de 1930 ao Senado da República. In. **História e debate na Assembleia da Paraíba**. João Pessoa, 2002.

Campina Grande – muito honrado com a comunicação de V. exc., expresso os meus agradecimentos pela indicação do meu nome para figurar na chapa de Deputados estaduais.

Eleito, saberei ser coerente com os princípios do meu partido, ratificado pela Aliança Liberal, e tão bem praticado pelo exemplar governo de V. exc.

Renovo a S. Exc. a minha lealdade solidariedade na defesa da nossa invicta Paraíba, glorificada pela patriótica ação do maior de seus governos.

Saudações atenciosas, Argemiro de Figueiredo. (A *UNIÃO*, 9 de maio de 1930 apud SILVA, 2002, p. 269).

Sob os aplausos orgulhosos de João Pessoa – ciente de sua liderança política -, Figueiredo conseguiu se eleger com grande margem de votos, cerca de 20.710 votos⁴⁴, o que lhe valeu a demonstração de confiança e expectativa em seu mandato pelo chefe político paraibano⁴⁵.

Sua indicação para preencher uma cadeira na Assembleia foi um ato de justiça do meu Partido, premiando a inteligência e os serviços de um moço que, estou certo, em qualquer momento e quaisquer que sejam as asperezas da luta, saberá honrar o mandato do povo paraibano. (João Pessoa apud TEJO, 2001, p. 24).

Todavia, os acontecimentos de 1930 não permitiram que Argemiro de Figueiredo assumisse seu cargo na Assembleia pelo tempo exigido. A Revolta de Princesa, iniciada em janeiro desse mesmo ano e o assassinato de João Pessoa, exaltaram os ânimos levando aos desdobramentos da *Revolução de outubro*, que tumultuou ainda mais as relações políticas e promoveu rupturas moderadas, que não foram suficientes para pôr abaixo os costumes e tradições de uma *cultura política* arraigada no sistema coronelístico e embasada em práticas autoritárias, clientelísticas e mandonistas (GURJÃO, 1994).

Pelo contrário, o movimento não passou de uma ação operada de cima para baixo, e que teve o cuidado de não romper com as estruturas arcaicas existentes, modificando apenas alguns de seus agentes, sendo que aos velhos árbitros do jogo político restou “subsistir nas sombras” (WEFFORT, 1978, p. 63), aguardando silenciosamente a oportunidade de voltarem à cena principal.

⁴⁴ Todos os quatro nomes indicados por João Pessoa conseguiram se eleger. Foram eles: Manuel Velloso Borges, Joaquim Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, João Maurício de Medeiros e Argemiro de Figueiredo. Para saber a porcentagem dos votos correspondente a cada um ver Waldir Porfírio, 2002.

⁴⁵ De acordo com o jornalista William Tejo (2001), João Pessoa nutria uma grande admiração pelo jovem advogado e político paraibano.

Os dias que se seguiram ao assassinato de João Pessoa foram de grande instabilidade e insegurança. Os perrepistas (como eram chamados os membros do Partido Republicano da Paraíba – PRP) foram perseguidos e tiveram suas casas depredadas, tanto na capital quanto no interior.

As cerimônias fúnebres se transformaram em concentrações políticas e o corpo do Presidente João Pessoa peregrinava do Recife para a capital paraibana e daí para o Rio de Janeiro, provocando cenas e reações que em algumas vezes pareciam a contemplativa postura de fanáticos em êxtase perante o seu ídolo de adoração, mas na maioria era o espocar de revolta incontida de sede de vingança. (SYLVESTRE, 1993, p. 122).

O terror e o medo se alastravam pelo país como rastilho de pólvora. E em Campina Grande a situação não era diferente. O Senhor José Agra, tido como um exímio perrepista, acabou sendo preso e sua casa danificada. Argemiro de Figueiredo, seu parente, foi quem interveio em seu socorro, conseguindo libertá-lo. Uma vez resolvida essa demanda, Figueiredo assegurando que os seus familiares estavam em segurança e que nada de mal lhes aconteceria, retornou a capital e descreve assim o que presenciou:

Voltei para a capital para assumir o meu lugar na Assembleia Legislativa, tomando parte ativa nos acontecimentos. A capital era uma fogueira trepidante de entusiasmo. Foi mudado o nome da capital “Paraíba” para “João Pessoa”. Uma nova bandeira apareceu em negro e vermelho com a palavra “Nego”. O Presidente Álvaro de Carvalho, substituto legal de João Pessoa, vetou o projeto da criação da bandeira, alegando que “Nego” não tinha nenhuma significação. Os ânimos se exaltaram e a bandeira terminou sendo aprovada. Aqueles dias foram de grande exaltação, de grandes esperanças e também de alguns desgostos. (FIGUEIREDO apud TEJO, 2001, p. 30).

A morte de João Pessoa havia criado um mártir e sua sacralização impulsionou os aliancistas e demais opositores do governo a uma “mobilização revolucionária”. Entretanto, os órfãos que o Presidente assassinado tinha deixado, se transformaram rapidamente em inimigos políticos, passando a disputar os espólios do morto⁴⁶.

Álvaro de Carvalho, Vice-Presidente e legítimo sucessor de João Pessoa permaneceu no cargo até o dia da Revolução, quando foi substituído por José Américo de Almeida. Considerado um dos tenentes civis do movimento⁴⁷, José Américo “*por setenta dias foi o ‘Vice-*

⁴⁶ Caso do vice-presidente de estado Álvaro de Carvalho (tido como “fraco” por Argemiro de Figueiredo) e José Américo de Almeida, Secretário do Interior e Justiça e homem de confiança de João Pessoa. Ver William Tejo, 2001, p. 30.

⁴⁷ Ver MELLO, José Octávio de Arruda. **A revolução estatizada**: um estudo sobre a formação do centralismo em 30. 2. ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 1992.

Rei' do Nordeste, enfeixando força e poder absolutos. Tudo o que fazia era referendo revolucionário. ” (LUNA, 2000, p. 47). Desse modo se estabeleceu rapidamente como liderança incontestável para aquele momento⁴⁸, sufocando a oposição do epitacismo, permanecendo no cargo até que fosse nomeado para a pasta de viação e obras públicas.

É justamente nesse momento de incertezas que José Américo se fez mais presente do que nunca, consolidando paulatinamente sua liderança à frente dos aliancistas, tornando-se o centro irradiador das “conspirações revolucionárias” na Paraíba. (BARBOSA, 2011, p. 55).

Permanecendo como interventor durante pouco mais de um mês, José Américo agiu no intuito de manter a paz dentro do Estado. Frente a uma população enraivecida e tomada pelo ódio, o interventor prometeu que nenhum daqueles que tivessem participado da morte de João Pessoa, “teriam aproximação com seu governo”⁴⁹. Entretanto, tomou precauções para que os “inimigos de João Pessoa – os perrepistas” não sofressem qualquer tipo de represália (SILVA, 2015, p. 76).

As medidas centralizadoras de José Américo foram desde a assistência aos pequenos agricultores, como forma de diminuir o poder dos coronéis e demonstrar que o novo governo se preocupava com todos os paraibanos, à demissão de funcionários de órgãos federais, a extinção dos Conselhos Municipais e a eliminação da Assembleia Legislativa, para manter maior controle sobre a direção do movimento, o que fez Argemiro de Figueiredo e tantos outros políticos perderem os seus cargos de Deputados Estaduais.

Atuando como Deputado reconhecidamente legítimo pela Assembleia Legislativa paraibana, de agosto a novembro de 1930, Figueiredo, logo após a deflagração do *movimento revolucionário*, se mostrou favorável a este, proferindo um discurso em homenagem à memória do “*inesquecível*” João Pessoa, fazendo questão de lembrar que sua indicação ao cargo só teria sido possível graças ao apoio que recebeu do ex-presidente de estado, confirmando assim a proximidade e admiração mútua entre ambos.

Essa cadeira que venho ocupando com profunda emoção, eu o declaro, não foi uma conquista eleitoral da corporação partidária a qual pertenço. Foi de João Pessoa que partiu a lembrança do meu nome para deputado estadual, resultando disso a minha eleição pelas forças congregadas do Partido Democrático e chefiado por aquele inconfundível republicano. Só isso

⁴⁸ José Américo já havia sido Secretário Geral da Paraíba, e quando do assassinato de João Pessoa, ocupava a pasta da Secretaria de Segurança Pública. Ver BARBOSA, Jivago Correia. **Política e assistencialismo na Paraíba: o governo de José Américo de Almeida (1951-1956).** – João Pessoa, 2012.

⁴⁹ Jornal *A União*, 21 de outubro de 1930.

bastaria para afirmar a posição que a dignidade me impõe – fiel hoje e sempre à memória de João Pessoa. (Argemiro de Figueiredo apud SILVA, 2002, p. 276).

Foi de sua autoria o projeto de lei que previa a data do 26 de julho como feriado estadual, de forma a lembrar o trágico assassinato do “mártir” paraibano, estando também bastante empenhado com a proposta do deputado Generino Maciel, em mudar o nome da capital. Ainda como representante do legislativo, Figueiredo foi um dos que assinou o Projeto de Lei nº 7, referente ao pedido de licença do Presidente de Estado naquele momento, Álvaro de Carvalho (o qual não voltou, sendo substituído por José Américo de Almeida, como já mencionado anteriormente), além de ter feito uma defesa pública da suspensão do mandato de Júlio Lyra⁵⁰ – 2º vice-presidente da Paraíba – que em tese assumiria o cargo quando do afastamento de Álvaro de Carvalho.

De acordo com José Octávio (2000), Figueiredo por conta de sua eloquência, inteligência e sobriedade, acabou tendo uma breve passagem também pelo curto período de interventoria de Antenor Navarro. Tido como um dos mais radicais tenentes civis da *Revolução de 30*, Navarro assumiu a chefia do Executivo paraibano num momento em que os tenentes gozavam de bastante prestígio, sendo agraciados com posições privilegiadas, dentro dos quadros do processo político em vigor. Identificado com as causas militares, o novo interventor intensificou o processo de centralização, fortalecendo assim o Estado, ao passo que mantinha distância dos chefes das oligarquias paraibanas.

Tomando medidas para coibir cada vez mais o poder desses chefes locais, a interventoria nas mãos de Antenor Navarro exonerou diversos prefeitos, nomeando outros que não tivessem vínculos de dependência frente a essas oligarquias, ou que fossem alheios a esse meio. O processo de centralização estatal desenvolvido entre (1930 -1932) pode-se dizer anti-oligárquico, tendo como função principal desarticular os currais coronelísticos, sendo tomadas todas as medidas necessárias a este fim (SOUSA NETO, 2016, p. 70).

Dando continuidade a um estudo encomendado por José Américo de Almeida, Antenor Navarro se cercou e reuniu profissionais técnicos, empresários e liberais a fim de produzir uma espécie de estudo sobre os problemas mais graves do estado. *Os Problemas e Necessidades da*

⁵⁰Por ser integrante do grupo de oposição ao governo paraibano, foi acusado de ser um dos elaboradores do plano de assassinar João Pessoa e por ter sido citado no inquérito que investigava o caso em Pernambuco, teve o seu direito de assumir a chefia local questionado por Irineu Joffily. Ver SILVA, Waldir Porfírio. Argemiro de Figueiredo: um parlamentar, da Revolução de 1930 ao Senado da República. In. **História e debate na Assembleia da Paraíba**. João Pessoa, 2002.

Paraíba acabou sendo publicado pela imprensa oficial em 1931, “*esse misto de livro e relatório desponta como substancial contribuição de, entre outros, João Mauricio de Medeiros, Alpheu Domingues, Leonardo Arcoverde, Ademar Vidal, Diógenes Caldas e... Argemiro de Figueiredo!...*” (MELLO, 2000, p. 10).

Infelizmente, a interventoria daquele que ficou conhecido como *o mais radical dos interventores* chegou ao fim em abril de 1932. Um acidente aéreo no litoral baiano sepultou as ideias de Antenor Navarro, e cedeu espaço para que outro político paraibano assumisse a chefia do estado. Assim, por indicação de José Américo de Almeida, que mesmo longe continuava interferindo na política paraibana⁵¹, seu primo legítimo, Gratuliano da Costa Brito, foi nomeado para liderar a Paraíba pelos próximos dois anos.

Os anos que correspondem a interventoria de Gratuliano Brito na Paraíba (1932-1934), caracterizam um processo de reconciliação e recomposição do Governo Estadual com as oligarquias. Diferentemente de Anthenor Navarro - que procurou “alijar” do poder todos os componentes oligarcas (SOUSA NETO, 2016) – e sob o olhar vigilante de José Américo – condutor da política paraibana desde a morte de João Pessoa – Gratuliano Brito procurou implantar uma ação pacífica em relação a essas elites locais, ao passo que dava continuidade as mudanças centralizadoras que vinham sendo colocadas em práticas desde 1930.

Mesmo aos poucos permitindo uma reaproximação dos chefes locais à política paraibana, as ações nos setores funcionais do Estado continuaram se ampliando. Áreas como instrução, saúde, economia, justiça e segurança pública passaram cada vez mais a receber as atenções de um Estado que agora se pretendia forte, centralizado e racional. (SOUSA NETO, 2016, p. 76).

Pode-se dizer que o período em que Gratuliano Brito esteve à frente do governo paraibano, corresponde a uma época de relativa paz, uma vez que, por mais que as oligarquias não estivessem totalmente dentro do poder, elas mantinham-se sob a tutela do Estado, o que em certo aspecto findava com os mandos e desmandos dos coronéis locais. A política de conciliação aconselhada por José Américo de Almeida e levada a cabo por Brito, foi totalmente na contramão da política anti-oligárquica engendrada por Antenor Navarro. Se antes existia uma animosidade entre o Poder Central e o governo estadual, Gratuliano Brito fez as disposições centrais e estaduais partilharem de um mesmo ponto de vista, sendo subserviente para com o seu primo, e assim para com o Governo Central.

⁵¹ De acordo com Jivago Barbosa (2012), José Américo, permaneceu interferindo na escolha dos interventores paraibanos até a instauração do Estado Novo em 1937.

Prova da total submissão de Gratuliano Brito à José Américo de Almeida era a falta de independência deste primeiro, frente a este último, tanto no que diz respeito as coisas do dia a dia da administração pública quanto a escolha de secretários e componentes do governo. Todos os nomes, antes de empossados, tinham que ser referendados por José Américo. E por conta da influência deste último na interventoria paraibana, coube a Gratuliano Brito endossar o nome de Argemiro de Figueiredo como seu Secretário do Interior e Segurança Pública. A indicação precisa de Argemiro de Figueiredo para o cargo este cargo foi comentada em carta: “[...] *acho que foi acertada a escolha do Argemiro, porque, além de ter valor pessoal, pode consolidar a política de Campina Grande*⁵². ” (ALMEIDA, 1932, p. 1).

Baseados no que vimos acima, entendemos que a escolha de Argemiro de Figueiredo para compor o governo de seu primo, Gratuliano Brito, estava ligada a admiração que nutria por Figueiredo, reconhecendo nele um talento *nato* para a política, e depositando-lhe a mesma confiança que João Pessoa anos antes havia dado, quando o indicou para concorrer a uma vaga de Deputado Estadual. Todavia, mais do que valor pessoal, Argemiro de Figueiredo contava com valor político.

Tendo sempre no horizonte a perspectiva de conciliar os interesses das oligarquias em prol de seu próprio domínio político-oligárquico, José Américo deu instruções precisas para que Gratuliano escolhesse Argemiro de Figueiredo para Secretária do Interior e Segurança Pública e José Marques da Silva Mariz para Secretária do Governo, **ambos provenientes de tradicionais famílias de elite das cidades de Campina Grande e Sousa**. (SOUSA NETO, 2016, p. 184. **Grifos nossos**).

Dessa forma, mais que atender a uma indicação de cunho puramente pessoal, Figueiredo tinha papel chave na política paraibana – especificamente na política em Campina Grande -. O prefeito de Campina, Lafayette Cavalcanti⁵³ vinha se desentendendo já há um bom tempo com a interventoria. A razão para tal se devia ao fato de o prefeito ser um dos mais profícuos seguidores do bloco epitacista, o qual José Américo vinha tentando combater desde que havia assumido a chefia da política paraibana. O seu descontentamento para com o administrador de Campina e o alerta em relação a Eptácio Pessoa fica expresso em carta à Gratuliano Brito:

[...] Como sabe, o Lafayette se diz incondicional de Pessôa Filho que não tem se conduzido bem perante a actual situação, manifestando-se, ao que me dizia,

⁵² Trecho extraído da carta de José Américo de Almeida endereçada a Gratuliano Brito, em 5 de setembro de 1932, p. 1. Nessa mesma carta, José Américo fala sobre a nomeação de Ernesto Geisel para a Secretária de Finanças e Obras Públicas, a Revolução Constitucionalista de São Paulo, o cuidado que se deveria ter com o “velho Eptácio” e outras providências.

⁵³ Esses desentendimentos ao longo do tempo lhe custaram o cargo. Lafayette Cavalcanti foi exonerado do cargo em janeiro de 1933. Sobre os detalhes de sua exoneração ver Bento Correia de Sousa Neto, p. 73.

até favorável a S. Paulo. Guarde reserva para agir, cautelosamente, porque devemos alguma atenção ao velho Epitácio que nesse caso vem agindo com coerência. (ALMEIDA, 1932, p. 1).

Essas desavenças procuravam ser contornadas graças a indicação de Argemiro de Figueiredo. Como já mencionado, proveniente de uma família oligárquica, Figueiredo mantinha uma boa relação com as forças políticas locais, tendo transito livre tanto entre os coronéis que estavam ao lado do governo, quanto entre aquelas da oposição.

Devido ao seu prestígio em alta, Argemiro de Figueiredo foi escolhido para ser o Chefe Estadual do “recém” criado Partido Progressista – P.P, em uma convenção que ocorreu em fevereiro de 1933. Essa legenda criada em 1932 servia para congregar os participantes do bloco Americista⁵⁴. Do outro lado a oposição liderada por Antônio Botto de Menezes e Joaquim Pessoa, originou o Partido Republicano Libertador – P.R.L.

Líder e um dos fundadores do P.P, Argemiro de Figueiredo, gozando de uma posição privilegiada no cenário político paraibano, aos poucos foi se consolidando, enquanto dono de uma trajetória respeitada e eficiente, tornando-se segundo a visão de seu partido, “um dos mais brilhantes expoentes da nova geração.” (SANTANA, 1999, p. 131).

Durante os dois anos em que ocupou a pasta de Secretário, Argemiro de Figueiredo teve a oportunidade de assumir o governo do Estado por diversas vezes, e graças as viagens de Gratuliano Brito, e ao sucesso nas suas relações com as várias facções oligárquicas, aos poucos, conseguiu formar uma grande e forte base de apoio, que lhe apoiaria como governador em 1935.

A política conciliatória adotada por seu Partido contribuía para união com os oligarcas anteriormente preteridos, mas ainda de fundamental importância para dinâmica política na Paraíba. Sendo assim, o P.P se mostrou como um grande cooptador de “velhos inimigos”:

O Partido Progressista não tem fronteiras, diz o sr. José Américo. A Parahyba não é de ninguém, e pertence a todos os parahybanos de boa vontade. Se elementos de qualquer outro matiz querem colaborar na obra do progresso material e cívico do Estado, não há razão para excluí-los, senão por motivos de moralidade pública. (Jornal A União, 17-08-1934 apud SOUSA NETO, 2016, p. 199).

⁵⁴ Denominação empregada para designar a liderança de José Américo de Almeida dentro do Estado paraibano. Ver SILVA, Bárbara Bezerra Siqueira. **O poder político de José Américo de Almeida: a construção do americanismo (1928-1935)** - João Pessoa, 2015.

Embora Figueiredo tenha sido considerado *um homem um tanto matuto* e sem muito traquejo social, (MELO apud AIRES, 2015, p. 56), visão essa a qual não compartilhamos, visto a sua grande habilidade e desenvoltura em público, a influência que teve durante os anos que compreendem a interventoria de Gratuliano Brito se fazia notar pelo fato de ele ser “*o segundo em importância no Governo*” devido ao cargo que ocupava.

E mesmo sendo um homem dos bastidores, mais do que dos holofotes, naquela época, Argemiro de Figueiredo podia ver, graças a posição privilegiada que tinha na *coxia* do teatro político paraibano, os planos traçados pelo chefe da política local, José Américo de Almeida, ganharem forma na ação do interventor paraibano (Gratuliano Brito), ao mesmo tempo ele se tornava cada vez mais, uma peça importante nos novos rumos políticos que eram dados ao estado.

Envolvido na política, nesse período, mais ou menos há uma década – uma vez que situamos sua entrada nesse meio a partir do movimento estudantil em 1921 - Figueiredo conseguiu ao longo desses anos ir aglutinando para si conhecimento e habilidade suficientes para conquistar uma boa base de apoio e admiradores dentro e fora do seu partido. Descrito como um “*orador brilhante*” (SANTANA, 1999, p. 131) e um “*tribuno excepcional*” (SYLVESTRE, 1993, p. 317), acabou sendo apontado como “*um dos valores mais representativos da nova geração de políticos brasileiros*”⁵⁵. Sendo assim, podemos compreender Argemiro de Figueiredo como um desses muitos “novos homens”, que presenciaram dias turbulentos no pós-30, e que trazidos a baile pela Revolução, tinham como função injetar sangue novo na política, mas sem quebrar com as estruturas estruturantes – *habitus social* – recorrentes desde a República Velha.

De outra sorte, outro nome não se ventilava para a chefia do P.P estadual, a não ser Argemiro de Figueiredo. Em fevereiro de 1933, em uma reunião entre os prefeitos municipais, diretores do partido e o interventor paraibano, foi apresentado por unanimidade o nome de Figueiredo para a liderança do Partido Progressista da Paraíba.

Por ocasião das eleições para a Constituinte Nacional e quando se pensou em organizar-se o partido do governo, Argemiro de Figueiredo, com seu tirocínio político e com sua notável oratória, foi o grande mentor da campanha política que se assistiu no Estado. Sua condição de principal Secretário da Interventoria, deu-lhe condições de contactar constantemente com as forças

⁵⁵ Manifesto do Partido Progressista da Paraíba, 1934, p. 2.

políticas paraibanas, atraindo adversários e correligionários para as fileiras do governo. (ALMEIDA, Duarte apud SANTANA, 1999, p. 121)⁵⁶.

No decorrer do pleito eleitoral marcado para o ano de 1933 (Assembleia Constituinte Nacional), a política de pacificação e aproximação com inimigos de outrora, levados a cabo pelo P.P, uma vez que, *“José Américo e o interventor paraibano parecem ter ainda entendido bem que precisariam do apoio dos coronéis locais – ainda com forte poder e influência sobre o eleitorado em seus redutos – para ganhar as eleições.”* (SOUSA NETO, 2016, p. 194), acarretou um acirramento dos ânimos, fazendo com que o partido de oposição – P.R.L proferisse acusações aos situacionistas. Essas trocas de acusação mútua, de traição à memória de João Pessoa alcançou seu momento crítico nas eleições de 1934 (eleições para Deputados, Senadores e Governadores).

O clima de hostilidade e animosidade entre os partidos se refletiu dentro dos quadros do P.P. As desavenças e discordâncias entre os membros, alimentadas pelas críticas da oposição acarretaram na divisão e formação de dois blocos distintos e “irreconciliáveis”: os que defendiam a continuidade de Gratuliano Brito na interventoria, e que tinham como líderes Argemiro de Figueiredo e Odon Bezerra vs. Aqueles que preferiam e se achavam melhor representados por Virgínio Veloso Borges, industrial respeitado e bastante influente entre a oligarquia açucareira.

Embora muitos políticos dessem a candidatura de Gratuliano Brito como algo certo e levando-se em consideração que o nome de Virgínio Veloso Borges foi apenas mencionado, não chegando de fato a se ter uma indicação formal a esse respeito, em carta ao interventor paraibano, Odon Bezerra demonstrava suas desconfianças e já previa a situação complicada do pleito daquele ano, na Paraíba:

Estou prevendo que o caso da sucessão presidencial na Paraíba vae ser de muita encrenca dentro do mesmo partido, porque a “turma” está se preparando para empurrar um candidato ao Ministro e V. precisa desde já tomar providencias e se impor mais do que tem feito. (BEZERRA, Odon, apud SOUSA NETO, 2016, p. 203).

O fato é que no fim das contas, não importou as atitudes de Gratuliano Brito ao tentar se manter no poder. O chefe da política paraibana – José Américo – se viu em uma encruzilhada, pois Brito era seu primo legítimo, e vinha lhe servindo bem desde que fora colocado no lugar de Antenor Navarro. Borges, respeitado político ligado a cana-de-açúcar e importante

⁵⁶ Depoimento de Duarte Almeida, que trabalhou no Serviço de Divulgação e Propaganda na interventoria de Argemiro de Figueiredo à autora Martha Santana, em 1995.

industrial, também figurava como seu parente. Restava então ao ex-Ministro⁵⁷, escolher um terceiro nome que conseguisse administrar as duas facções dentro do partido ou se arriscar na imposição de um de seus familiares (já em disputa) e enfrentar a cisão dentro do partido.

Tendo como característica marcante a tendência conciliadora (SYLVESTRE, 1993), Argemiro de Figueiredo acabou sendo apontado por José Américo para assumir o mais alto cargo do Executivo paraibano. Figueiredo, foi a saída encontrada pelo ex-Ministro, a fim de evitar dissidências intrapartidárias e maiores desgastes entre os blocos de poder existentes dentro do P.P. Dessa forma, o chefe político paraibano, apostava suas fichas em um homem que acreditava ter comprometimento com o projeto que vinha sendo desenvolvido desde 1930, e que há anos vinha dando provas de sua lealdade. Além disso, sendo Argemiro de Figueiredo um “nome neutro”, José Américo se resguardava assim de indisposições com os membros de seu partido, seus familiares ou pessoas de sua esfera de dominação.

Argemiro de Figueiredo, conhecedor dos meandros da corriqueira política paraibana, mas que vinha se mantendo nos bastidores da festa, foi convidado a ocupar o papel principal no teatro do poder, embora que, inicialmente, contra sua vontade:

Certo dia, em que fui de Campina Grande para a Capital, encontrando-me com o ministro José Américo, este me pediu para acompanhá-lo e ouvi-lo no entendimento que ia ter com Gratuliano de Brito. Antes que ele se defrontasse com Gratuliano, disse-me.

- O Gratuliano não pode ser o candidato. Seria um golpe em Virgínio. E o candidato é o senhor Dr. Argemiro.

Imediatamente repliquei, sob alegação de que era secretário do governo Gratuliano, e esse necessariamente não poderia receber bem tal indicação. Repugnava-me derrotá-lo sabendo que ele desejava continuar na chefia do Executivo, mas o ministro respondeu incisivamente:

- Coloco a questão no terreno da disciplina partidária. O candidato é o senhor.

Daí conferenciou com Gratuliano. Soube depois que o mesmo dissera não ter nenhum motivo para impugnar meu nome. Pouco depois, na presença do próprio Ministro José Américo, Gratuliano adiantou-me: “não aproveite Borja Peregrino no seu governo. ” Foi esse o seu único pedido. (FIGUEIREDO, Argemiro apud TEJO, 2001, p. 32).

Os motivos para a indicação de Argemiro de Figueiredo à governo do estado ainda não tem bases explicativas fortes, visto que os autores que já mencionaram tal fato divergem de opiniões quanto as causas para tal. Para GURJÃO (1993), a escolha de Figueiredo teria sido uma imposição da oligarquia algodoeira, que despontava com grande liderança no interior,

⁵⁷ Em 1934 José Américo foi exonerado do cargo, sendo algum tempo depois nomeado embaixador no Vaticano. Ver <http://fcja.pb.gov.br/cronologia> acesso em 09/03/2017.

chegando por vezes a contar com maior prestígio que a oligarquia açucareira do litoral. SANTANA (1999) discorda completamente dessa hipótese, pois afirma que nesse momento havia uma fragilidade econômica dessas oligarquias paraibanas, o que fazia com que estas dependessem das benesses concedidas pelo estado, ou seja, essas oligarquias ainda não tinham força suficiente para impor sua vontade.

Já para SOUSA NETO (2016), fato decisivo que levou José Américo a optar por Argemiro de Figueiredo, em detrimento de seus próprios parentes, foi a habilidade de conciliação e de arregimentação demonstrada por Figueiredo ao longo dos anos, visto que ele seria o único capaz de manter a unidade do P.P, ameaçada pelas possíveis candidaturas de Virgílio Veloso Borges e Gratuliano Brito. Entretanto, de acordo com SYLVESTRE (1993), possivelmente o ex-Ministro acreditava que o seu indicado seria facilmente manipulado, assim como Gratuliano Brito tinha sido. O que se provou ser um pensamento equivocado, quando *“José Américo ficou com a convicção do grau de independência do homem que ele acabara de indicar para governar a Paraíba.”* (SYLVESTRE, 1993, p. 193).

De nossa parte, acreditamos que não um, mas vários elementos interligados levaram a tal indicação. A conjuntura era favorável a nomeação de Argemiro de Figueiredo, pois este detinha uma herança familiar muito forte e por isso boa relação com as várias facções oligárquicas – principalmente as de Campina Grande, reduto ainda de alguns epitacistas, os quais José Américo queria eliminar – além do que era dotado de posicionamentos fortes sempre que colocado a prova um exemplo foi o seu fortuito rompimento com seu pai no final dos anos 20, por divergências ideológicas. Somando-se a isso, reconhecidamente por outros nomes da política paraibana da época, tornou-se um dos herdeiros políticos de João Pessoa, reclamando para si a obrigação de dar continuidade a obra do *mártir paraibano*. Por fim, possuía uma capacidade de liderança muito forte – o que ainda será exposto neste trabalho –, tendo a qualidade de ser um grande orador.

1.4. A Paraíba de Argemiro de Figueiredo – da pacificação à repressão

Argemiro de Figueiredo teve plena consciência do papel que lhe cabia na política da Paraíba a partir do momento de sua indicação para ocupar o lugar que antes pertencerá a Gratuliano Brito. A partir do seu discurso de posse, o qual tivemos acesso na íntegra⁵⁸, podemos

⁵⁸ Ver Josué Sylvestre, 1993, p. 172-186.

afirmar que o político paraibano sabia dos ônus e das intempéries que sua nova função demandava e das responsabilidades que lhe eram agora atribuídas.

Empossando-me nas funções de chefe do executivo parahybano, venho com a sensação de quem é chamado a ocupar um posto de maior importância e o assume conscio da extensão e vulto das suas responsabilidades. (FIGUEIREDO, 1935 apud SYLVESTRE, 1993, p. 173).

Uma vez ocorrida a eleição – de forma indireta – Figueiredo obteve 26 dos 30 votos possíveis. Os deputados de oposição (Ernani Satíro, Fernando Pessoa e Severino Lucena), optaram por votarem em branco. Já o Deputado Seráfico Nobrega, se encontrava ausente da votação por questões de saúde. Dessa forma, cumpriu-se o que já era esperado tanto pela situação quanto pela oposição, Argemiro de Figueiredo *“interiorano por excelência, livrou-se das fruticas palacianas e foi, então, facilmente absorvido pelas facções em que se dividia o partido do governo”* (SYLVESTRE, 1993, P. 169), de forma a provar que a posição de José Américo ao lhe indicar como forma de manter o P.P coeso, tinha sido mais que acertada.

No dia 25 de janeiro de 1935, o governador eleito tomava posse na Assembleia Legislativa da capital. Seu discurso de posse para os que ali encontravam-se presentes e partilhavam de sua euforia era carregado de gratidão aos seus pares, ao povo paraibano e ainda mais ao chefe da política na Paraíba e seu agora, “padrinho político”:

Este lugar a que me conduzem a vontade do nosso partido e a do povo parahybano, inspirados inicialmente por José Américo de Almeida, legítimo conductor dos destinos políticos da Parahyba, dá-me a impressão de um sector nas luctas que iremos ferir sem tréguas e incessantemente. (FIGUEIREDO, 1935 apud SYLVESTRE, 1993, p. 173).

O longuíssimo discurso de posse de Argemiro de Figueiredo demonstra a sua disposição para jogo com as palavras, além de denotar o domínio apurado da oratória (herança do seu curso de Direito). Definindo em linhas gerais e objetivamente o seu posicionamento político, o novo governador falou sobre a tarefa árdua que lhe era imposta pelo cargo que passava a ocupar, visto a situação conflitante entre os interesses dispostos naquele momento: *“coube-me na obra de arregimentação política, o lugar mais exposto aos revezes da sorte dos que combatem”*⁵⁹.

Ao longo do discurso, o governador expôs os problemas econômicos da Paraíba, propondo como solução a dinamização e diversificação da produção agrícola do estado, os

⁵⁹ Trecho extraído do discurso de posse de Argemiro de Figueiredo, janeiro de 1935. Ver Josué Sylvestre, 1993, p. 174.

investimentos em outras áreas como a pecuária e o apoio que seria destinado ao homem do campo, tanto na forma de auxílio, quanto na questão da educação e preparação dessa população rural. De fato, ao longo do discurso, Figueiredo vai reafirmando a sua preocupação com as necessidades básicas da população: saúde, transporte e principalmente educação⁶⁰, mas havia ainda um problema mais grave a ser reparado pelo governo: a falta de união e as rixas intra-oligarquicas, que ameaçavam o interesse em comum (unidade nacional) em detrimento de privilégios individuais (interesses partidários), os quais Argemiro de Figueiredo se propunha a sanar, como forma de fazer a Paraíba vencer e alcançar o seu progresso tão desejado, através de uma *justiça sem imperfeições*. “*Vencer esquecendo os erros e os desvios de outrora, os ódios que dividem, as vinganças que destroem, as luctas que enfraquecem e as divergências que esterilizam.*” (FIGUEIREDO, 1935, *apud* SYLVESTRE, 1993, p. 174).

Membro da elite política e também intelectual, Argemiro de Figueiredo partilhava daquele mesmo pensamento desenvolvido pelos ideólogos estado-novistas de que apenas o poder coercitivo, que restringe e delimita as liberdades e individualidades, é que consegue assegurar a coexistência social (FIGUEIREDO, 1935), sendo assim o progresso coletivo só poderia ser alcançado através de um governo centralizador que agisse enquanto um mediador de interesses entre as várias facções oligárquicas existentes, promovendo a superação das diferenças e se utilizando da violência para “*destruir o mal e impôr o bem.*” (FIGUEIREDO, 1935, *apud* SYLVESTRE, 1993, p. 177)⁶¹.

Dessa forma, o então governador definia o que em sua concepção seriam governos fortes, demonstrando que esse modelo seria o empregado por ele ao longo da sua estadia enquanto líder paraibano:

Fortes são os que exercem o poder coercitivo pelo braço da Justiça, única força mantenedora da ordem e da harmonia das actividades sociaes.

Fortes são os que geram nas consciencia collectiva a convicção firme de que são necessários pelo bem que realizam.

Fortes são os que sabem derruir os obstáculos que separam a collectividade dos seus mais legítimos anseios.

Fortes são os que animam o caracter nacional educando o povo na escola do trabalho efficiente e constructor. (FIGUEIREDO, 1935 *apud* SYLVESTRE, 1993, p. 172 a 186).

⁶⁰ Voltaremos a questão da educação no capítulo três desta dissertação, que diz respeito a propaganda e da escola como espaço de propagação da ideologia vigente.

⁶¹ “O mal” a que Argemiro de Figueiredo se referia em seu discurso de posse logo se provou serem os comunistas e trabalhadores mais politizados que não se submeteram a lógica de autoritarismo e repressão que se instalou no estado.

Nas palavras do governante paraibano é possível identificar o tom autoritário proveniente de uma educação “*eivada dos ensinamentos franco-germânicos, reinantes na ‘Casa de Tobias Barreto’ (ARAUJO, 2000, p. 44)*, de forma que, ao longo dos meses seguintes, pode se afirmar que Argemiro de Figueiredo foi se tornando um “*homem da ordem, mais que da liberdade.*” (MELLO, 2000, p. 12), uma vez que, de acordo com o seu discurso de posse, a *liberdade* deveria ser suprimida pelo Estado com vistas de garantir o bem comum.

Nos primeiros momentos após a posse, Argemiro de Figueiredo enfrentou difíceis desafios como a greve dos trabalhadores urbanos⁶² e a grande mobilização de comunistas, anarquistas, liberais e antifascistas que se multiplicavam pelo país, originando a chamada Aliança Nacional Libertadora – ANL –. O movimento iniciado pelo Partido Comunista Brasileiro - PCB, e que teve como Presidente de Honra, Luís Carlos Prestes (o Cavaleiro da Esperança)⁶³, causou a empolgação de estudantes, médicos, professores, intelectuais e etc, através das publicações em jornais e dos comícios que eram realizados. O Governo Federal prevendo os “estragos”, que uma maior mobilização da ANL poderia ocasionar, cuidou para que seus redutos fossem fechados.

Todos os governadores estaduais receberam um telegrama explicando os motivos para o fechamento dos núcleos da Aliança Nacional Libertadora – considerada uma ameaça à ordem pública e a nação:

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, considerando que na capital da República e nos Estados, constituída sob a forma de sociedade civil, a organização denominada “Aliança Nacional Libertadora” vem desenvolvendo actividade subversiva da ordem política e social. (A *UNIÃO*, 1935, p. 03).

Diante da promulgação do decreto, a sede da ANL paraibana que seria inaugurada dali há alguns dias não pôde se realizar, tendo o governador se certificando pessoalmente disso:

O Governador Argemiro de Figueiredo, pretendendo evitar problemas maiores com o movimento, convidou João Santa Cruz, presidente da agremiação na Paraíba, para ir ao Palácio do Governo e mostrou-lhe o Decreto 229, de 11 de julho de 1935, que recebera do Presidente Getúlio Vargas. (SILVA, 2003, p. 48).

⁶²A primeira greve enfrentada pelo governo Argemiro de Figueiredo foi iniciada pelos trabalhadores de armazéns, cais, trapiches e padarias. Ver Waldir Porfírio Silva, 2003. Voltaremos a abordar este assunto no segundo capítulo deste trabalho.

⁶³ Ver MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). – São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

Daí por diante, Figueiredo se certificou em tomar medidas que visassem refrear toda e qualquer tentativa de subverter a ordem. Para isso, criou na capital a Delegacia de Ordem e Política Social – DOPS – que em funcionamento desde de outubro de 1935 só foi legalizada no mês seguinte. Entretanto, algumas capitais já contavam com essas unidades há um bom tempo. A criação da DOPS paraibana derivou de um encontro entre o Chefe de Polícia da Paraíba, João Medeiros Filho com os demais Chefes de Polícia dos estados do Nordeste, que pretendiam colocar em prática ações que coibissem a “subversão”. Em relatório ao governador paraibano, João Medeiros destacava a criação das Inspetorias de Investigação e de Ordem Política e Social, no Recife⁶⁴.

O ambiente causado pelas ações da ANL e as sucessivas ondas de greves que ocorriam em todo o território nacional, contribuiu para causar a falsa impressão de que uma eventual tentativa de tomada de poder pelos comunistas seria bem-sucedida e aceita pela maioria da população. Isso deu margem para que os conspiradores do Nordeste – região considerada de extrema importância para o movimento, por ser um lugar estratégico e onde se podia enxergar com nitidez os mandos e desmandos dos coronéis – procurassem despertar e disseminar o sentimento de luta entre essas “massas laboriosas”⁶⁵. A partir dessa avaliação feita pelos comunistas, o Nordeste passou a figurar então como ponto crucial para efetivação do plano revolucionário (SILVA, 2003, p. 70 e 71).

Através de uma realidade “fabricada” e idealizada pela direção do PCB, os comunistas nordestinos – principalmente os de Recife, pois era lá onde se concentrava a maior parte de militares, que identificados com os ideais do movimento se colocavam a disposição – passaram a desenvolver e orquestrar o início de uma revolução armada.

No dia 23 de novembro de 1935 era então tomado – por um breve período de tempo – o 21º Batalhão de Cavalaria da cidade de Natal. A ofensiva revolucionária rapidamente se espalhou para o Estado de Pernambuco na madrugada do dia seguinte, onde o 29º Batalhão de Cavalaria (villa militar do Socorro) foi tomado. De acordo com as investigações levantadas pelo delegado paraibano Praxedes Pitanga, o papel da Paraíba nesse quadro de revolução, seria o de sublevar o 22º Batalhão de Cavalaria:

Pelo Plano Insurrecional, a Paraíba entraria no processo revolucionário no dia 26 de novembro de 1935. Os comunistas paraibanos teriam que sublevar o Quartel do 22º Batalhão da Cavalaria, em Cruz das Armas, realizar greves nos

⁶⁴ Jornal *A Imprensa*, 23 de setembro de 1935.

⁶⁵ O Jornal *A Classe Operária* de 1º de maio de 1934, usa esse termo para se referir aos trabalhadores do Nordeste.

principais centros operários do Estado, leia-se João Pessoa e Santa Rita (não se tem notícia de Campina Grande); elaborar um levante camponês em Gramame; tomar alguns colégios; e promover agitações em bairros operários como Jaguaribe e Cruz das Armas. (SILVA, 2003, p. 73).

Entretanto, logo nas primeiras horas desde que tomou conhecimento dos fatos e da situação nos estados fronteiriços, o Governador Argemiro de Figueiredo colocou em prática medidas preventivas, a fim de evitar que movimentos sediciosos como os que ocorriam em estado vizinho viessem a acontecer na Paraíba:

Logo que teve conhecimento das ocorrências de Natal e Recife, o govêrno deste Estado tomou immediatas medidas de precaução, sendo postas de promptidão todas as companhias da Força Pública nesta capital e no interior, mobilizando vários destacamentos locais e postos de sobre-aviso outros elementos de auxílio às autoridades. Nesta capital chegaram na tarde de domingo cêrca de 70 praças vindas de Campina, ao passo que para esta cidade viajavam vários contingentes do sertão. Na capital sem haver mistér de prisões nem alarde, todas as providencias de ordem preventiva foram executadas, tendo a cidade dormido em paz. O governador Argemiro de Figueiredo trocou vários telegrammas com o presidente da República, com o governador de Pernambuco e com o commandante da Região. Dê accôrdo com o chefe da Nação, o govêrno iniciou a remessa de forças policiaes para a estação de Caiçara, a mais próxima da fronteira do Rio Grande do Norte. (*A União*, 26 de novembro de 1935, p. 01).

Por conta das agitações no Nordeste, o Congresso Nacional aprovou com mais de 170 votos o *estado de sítio* – durante 60 dias -, que entrou em vigor logo após ser decretado por Vargas. O sufocamento de imediato a esses dois levantes (Natal e Recife), levanta a hipótese de que o Governo Central já esperava alguma mobilização por parte dos comunistas, embora não soubesse exatamente da onde ela partiria. Ao Estado da Paraíba então, coube papel de destaque na repressão aos movimentos:

Situada entre os Estados sublevados, funcionou como verdadeira barreira à articulação entre ambos e provável expansão do movimento. Além disto, exerceu um papel significativo no combate às rebeliões vizinhas, através do concurso de seus efetivos armados. (GURJÃO, 1994, p.163).

Utilizando a narrativa de quem viveu e escreveu sobre aqueles dias incertos e tumultuados que ameaçaram os privilégios das oligarquias e a manutenção da máquina de poder estacionada em suas mãos, acreditamos ser conveniente transcrever parte do relato do então Chefe de Polícia da Paraíba, João Medeiros Filho, sobre a mobilização que se deu em prol de sufocar o movimento:

No domingo, 24 de novembro, pelas 9 horas da manhã Dinarte⁶⁶ recebia, de Currais Novos, um chamado telefônico de Enoch Garcia, Delegado da Capital que havia conseguido sair de Natal, historiando os acontecimentos.

Enoch sabia que o único ponto capaz de organizar uma resistência era o Caicó, onde se achava Dinarte Mariz, seu companheiro de 30, dispondo de armamento e capacidade de aliciar gente para uma reação.

Tão logo recebeu o aviso transmitido por Enoch, Dinarte comunicou-se com o Governador da Paraíba, Argemiro de Figueiredo, que lhe prometera auxílio, ordenando um batalhão de sua polícia avançar sobre Natal. (MEDEIROS FILHO, 1980, p. 29).

E mais à frente conclui a participação do efetivo militar paraibano afirmando que:

No dia 26, os comunistas voltaram a atacar os sertanejos que numa ação fulminante rechaçaram o inimigo, abrindo caminho para Natal onde chegaram no dia 27, já encontrando a cidade ocupada pelas forças da Polícia paraibana que, conforme prometera o Governador Argemiro de Figueiredo, mandara um batalhão sob o comando do Cel. Elias Fernandes avançar pelo litoral.

A medida que os acontecimentos se precipitavam, Dinarte viajou a Campina Grande e João Pessoa, regressando com o material bélico oferecido por Argemiro de Figueiredo, a tempo de, na “SERRA DO DOUTOR”, na estrada entre Santa Cruz e Currais Novos, tomar parte na peleja de que resultaram dezenas de mortos e a debandada dos insurretos. (MEDEIROS FILHO, 1980, p. 29).

Com os esforços empregados pelo contingente militar e particular da Paraíba, a tentativa de golpe nos estados vizinhos foi refreada. No dia marcado para acontecer a sublevação em território paraibano, os participantes do movimento postados do lado de fora do 22º Batalhão da Cavalaria esperaram o sinal para tomar o quartel até os primeiros raios de sol do dia seguinte. Todavia, “o 22º BC. da Paraíba, ao contrário dos planos estabelecido não se sublevara. ” (CAVALCANTI, 1978, p. 143 e 144).

A reação do governo paraibano frente as denúncias de possíveis sublevações no estado foi a de total repressão. Com a Polícia Militar e o Exército na rua, a casa de vários intelectuais, estudantes, membros da ANL, médicos, advogados e etc foram minunciosamente vasculhadas. “No dia 27, os soldados com metralhadoras nas mãos, piqueteavam as ruas e caminhões

⁶⁶ Dinarte Mariz foi um dos líderes revolucionários de 1930, residente em Caicó, contava com um grande aparato bélico herdado ainda dos tempos da *Revolução de 30*. Ver FILHO MEDEIROS, João. **82 horas de subversão** (Intentona Comunista de 1935 no Rio Grande do Norte). Natal, 1980.

lotados de soldados percorriam os subúrbios de João Pessoa, Santa Rita e Campina Grande”. (OLIVEIRA, Manuel Alves apud SILVA, 2003, p. 81)⁶⁷.

De acordo com o relatório da DOPS paraibana, havia um “plano subversivo” para sublevar também o estado da Paraíba, aliciando militares, operários e camponeses, tanto na capital⁶⁸, quanto em localidades próximas, tais como Cabedelo e Santa Rita era real e como consequência dessas primeiras apurações “*iniciou-se uma série de prisões de trabalhadores e intelectuais, supostamente envolvidos*” (SANTANA, 1999, p. 235). Com base em depoimentos colhidos sob tortura, os presos “confessavam” a sua participação ao passo que delatavam seus companheiros. Tais informações ajudaram o Delegado Praxedes Pitanga a apontar com veemência os autores e responsáveis por tal *infame projeto comunista*. Dentre eles, constava o nome de advogados, médicos, operários, jornalistas e etc.

Quadro I

Vítimas da repressão na Paraíba (1935-1937)

Nomes	Referências
Altair de Albuquerque Maranhão	
Altino Francisco de Macedo	Comerciário – João Pessoa
Anália Maria da Conceição	
Antonio Austerliano de Lima	
Antonio Angelo Custódio	Alfaiate - pres. da Soc. dos Alfaiates
Antonio Domingos da Silva	
Antonio Honorato dos Santos	
Antonio José	
Antonio Lucas	
Antonio Pereira de Araujo	
Antonio da Silva Moreira	
Bibiano Mendes de Souza	
Carlos Andrade de Pacce	Bancário – Campina Grande

⁶⁷ De acordo com Waldir Porfírio Silva (2003), Manuel Alves de Oliveira (José de Lima), foi um grande atuante nas manifestações e movimentos grevistas daquela época, sendo considerado perigoso e um elemento altamente subversivo. p. 73.

⁶⁸ O jornal *A União*, do dia 27 de novembro de 1935, traz uma matéria na capa intitulada “O dia de ontem”, onde relata a ação efetiva da polícia paraibana frente a ameaça e o apoio recebido pelo governador por parte do povo: “*O povo affluir ao Palácio, onde o governador se viu cercado de apoio de todas as classes, pois alli estiveram num vivo movimento de solidariedade, commerciantes, deputados, magistrados, funcionarios, jornalistas, estudantes e operários*”. (p.01).

Chateaubriand Coutinho de Carvalho	Comerciário – João Pessoa
Cicero Brasil	
Clodoveu d'Avila Fernandes	Comerciário – João Pessoa
David Falcão	Ex-operário da Fábrica Tibiri
Edmilson Lima de Noronha	
Eliad Gumes de Araujo	
Francisco Calixto	
Francisco Ferreira de Lima	Ex-praça do Batalhão Policial
Francisco Henrique	
Francisco Jose de Farias	
Francisco Xavier da Silva (Parú)	Operário da ETLF – João Pessoa
Gabriel Alves	
Henrique de Miranda Sá Jr.	Telegrafista – João Pessoa
Henrique Siqueira Arcoverde	Eletricista – João Pessoa
Ignacio Assumpção	
Ignacio Elias	
Ignacio de Loyola	Sapateiro – Santa Rita
João André da Costa	
João Assumpção	
João Batista da Silva (João Gato)	Estivador
João Bellarmino Feitosa	
João José	
João Medeiros Filho	
João Rozendo	
João Santa Cruz de Oliveira	Advogado – João Pessoa
João Vicente	
João Victaliano da Silva	
José Augusto de Amorim	Médico – João Pessoa
José Arthur Filho	
José Balduino da Silveira	Fundidor
José Guilherme dos Santos	
José Fortunato Gomes	
José Francisco da Silva	
José Pedro de Oliveira	
José Rezende	
José Sabino	Ex-praça do Batalhão Policial
José Simplicio de Freitas	
Leonel do Valle Mello	
Luiz Gomes da Silva	
Manuel Alves de Oliveira	
Manuel Antonio Fagundes	

Manuel Bianor de Freitas	Alfaiate – Campina Grande
Manuel Cipriano	
Manuel Gomes de Miranda	
Manuel Henrique de Miranda	Sapateiro – João Pessoa
Manuel Isidoro	
Manuel José	
Manuel Luiz Dias Paredes	Operário – João Pessoa (87 anos)
Manuel Paz dos Santos	
Manuel Valentim Maranhão	Sapateiro – Campina Grande
Marcos Evangelista	
Mariano Rozendo	
Minervino Fiuza Lima	
Neu Pinto	
Nicolau Francisco da Costa	Negociante- Campina Grande
Nilo Tavares de Mello	
Olivio Ramos	
Raimundo Gomes da Silva	Marceneiro – Campina Grande
Sebastião Alves de Oliveira	
Severino Alves Ribeiro	Artista – Campina Grande
Severino de Albuquerque	
Severino Candido da Silva	
Severino Cruz	
Severino Dias do Ramo	
Severino Diogo dos Santos	Marceneiro – Campina Grande
Severino Izidoro da Silva	
Severino Osorio da Silva	
Severino Ramos da Silva	
Silvino José Lucas	
Valeriano Maranhão	

FONTE: *A União* e *A Imprensa* apud Gurjão, 1994, p. 164, 165 e 166.

A repressão continuou através da ação estatal e sob os olhares atentos e os aplausos entusiasmados dos oligarcas paraibanos, chegou a ser apresentada na Assembleia Legislativa uma moção ⁶⁹ de conagração em virtude da postura adotada por Argemiro de Figueiredo no combate ao *credo bolchevista*. Por conta de tal moção, o Deputado classista Anacleto Vitorino ficou detido no DOPS por cerca de 12 horas, a fim de prestar esclarecimentos, uma vez que

⁶⁹ *A União*, 26 de novembro de 1935.

preferiu se ausentar da sessão plenária quando da votação para moção proposta (SILVA, 2003, p. 91).

Justificando a violência para com os fichados no inquérito incumbido de investigar a participação de paraibanos em uma suposta tentativa de desvirtuação na ordem do estado, Argemiro de Figueiredo contou com o apoio incontestado da Igreja Católica – na pessoa do então Arcebispo Dom Moisés Coelho – e a Lei de Segurança Nacional – elaborada por Vargas e em vigor.

Capítulo 2 - QUANDO O AUTORITARISMO ENCONTRA A REPRESSÃO – A PARAÍBA DE ARGEMIRO DE FIGUEIREDO (1936-1940)

2.1. As consequências do pós-novembro de 1935 e a perseguição aos comunistas paraibanos

O ano de 1936 na Paraíba se iniciou ainda sob os reflexos que a tentativa de golpe comunista havia causado. Através do decreto 558⁷⁰, de dezembro de 1935, o Poder Executivo, exonerou vários militares, por entender que estes se encaixavam enquanto “traidores da pátria”, tendo em vista que o movimento do qual eram acusados de participar tinha por finalidade subverter a ordem das instituições políticas e sociais do Brasil.

O inquérito aberto para apurar a tentativa de levante no estado da Paraíba, que vinha sendo conduzido pelo delegado de polícia da capital, havia passado as mãos de Praxedes da Silva Pitanga⁷¹, “*distinto contrerrâneo, advogado de nota de fôro desta capital e político de influência no município de Misericórdia, onde é filiado ao Partido Progressista*” (A UNIÃO, 14 de janeiro, 1936, p. 01), nomeado Delegado Especial da Delegacia de Ordem Política e Social – Dops paraibano – que deu continuidade as investigações que levaram a decretação das prisões já referidas no capítulo anterior.

O chefe da Dops na Paraíba, em relatório apresentado ao Juiz Federal do Estado, Antônio Guedes, afirmava que o inquérito se constituía de duas partes: “*uma referente a existência e actividade de extremistas nesta cidade, e a outra relativa àquelle mal sucedido surto subversivo*” (A UNIÃO, 29 de fevereiro, 1936, p. 01), e dizia, categoricamente, que a influência de comunistas no Estado não se restringia a poucas pessoas, ou constituía-se enquanto um fato isolado, pelo contrário:

Das investigações procedidas, ficou plenamente apurado não ser demais estreito o quadro de adeptos do credo soviético, nesta capital. Os princípios marxistas, ou mais caracteristicamente o communismo, teem aqui um número elevado de proselytos. Quasi todos os antigos partidários da Alliança Nacional Libertadora, com a extinção desta, cerraram fileiras no exercito de Moscow, aceitando, sem restricção, o regimen soviético. Para diffusão do seu credo, esses elementos tinham nesta cidade o seu Comitê Regional, cujo fim primordial era operar simultaneamente, communicando-se com o Comitê Central Communista, com outros Comitês Regionaes e com varias células,

⁷⁰ O Decreto foi publicado pelo Jornal *A União*, 03 de janeiro de 1936.

⁷¹ Segundo o jornal *A União* a escolha de Praxedes Pitanga para ocupar tal cargo era explicada pela sua capacidade intelectual, por ser muito conceituado e estimado pelas oligarquias paraibanas, e também por ser um homem criterioso. *A União*, 14 de janeiro, 1936, p. 01

ou sejam pequenos núcleos operários disseminados por todos os bairros desta capital, irradiando-se até Santa Rita e Campina Grande. (*A UNIÃO*, 29 de fevereiro de 1936, p. 01).

Considerando que muitos dos homens que foram apresentados como subversivos, adeptos do credo bolchevista, traidores da pátria e a serviço de Moscou, encontravam-se foragidos, a situação na Paraíba requeria cada vez mais empenho por parte da polícia no que diz respeito achar e prender os acusados de tais crimes.

Quadro II

Considerados foragidos da polícia paraibana em 1936

Nome	Profissão
Dr. Adherbal Jurema	Comerciante
Capitão Otácilio Lima	Militar
Antonio Perreira (Mary)	Gráfico
Elfas Araújo (Gregório)	Eletricista
Manuel Miranda (Guarany)	
Manuel Antonio Fagundes (Pau d'Arco)	
Gabriel Alves (Alves)	
Antonio Barbeiro (Forte)	
José Pedro (João Grande)	
Severino Fonsêca (Fonsêca)	
Francisco Henrique de Araújo (Araújo)	
João Ricardo (Belizario)	
José da Silva (Patrício)	
João Domingos (Calumbi)	
Manuel do Valle Mello (Camaragibe)	
José de Lima	
Marcos Evangelista	
João Fiuza Lima	
Horácio Mesquita	
Manuel Neves	
Waldemar Trigueiro	
Antonio Oliveira	
João do Nascimento	
Carlos Freitas	
José Aleixo	
Jorge de tal	
Waldomiro de tal	
João André da Costa	
Luiz Rodrigues da Silva	
Albino Meirelles	
Luiz Gomes (Gomes)	Vereador
Francisco Miranda (Arau)	
João Rocha	

José Carlos	
Severino Alves de Albuquerque	
Manuel Paes de Freitas	
Cícero Brasil	
João Severino	
João José	
Antonio José	
Manuel Cypriano	
Severino Cruz	
Sebastião de tal (mão de onça)	
José Rozendo	
Nem Pinto	
Antonio Lucas	

FONTE: *A União*, 29 de fevereiro de 1936, p. 04. Quadro elaborado pela autora.

Ainda de acordo com o relatório enviando pelo delegado Praxedes Pitanga ao Juiz Federal, constava além da lista de foragidos uma outra com o nome dos que continuavam presos⁷², após terem se passado dois meses do ocorrido no final de 1935 e não terem sido encontradas provas suficientes. De acordo com o relatório, esses presos se dividiam em quatro grupos:

Grupo 1- recolhidos à Cadeira Publica e ouvidos pelo Juiz de Sítio

Altino Francisco de Macêdo
Clodoveu Davila Fernandes
David de Sousa Falcão
Manuel Bianor de Freitas

Grupo 2 - recolhidos à Cadeira Publica ainda não apresentados ao Juiz Comissário

João Baptista da Silva
José Balduino da Silveira
Manuel Luiz Dias Paredes

Grupo 3 - recolhidos na Dops e que não foram ouvidos

José Fortunato da Costa
Antonio Domingos da Silva
José Simplicio de Freitas

⁷² Muitos desses presos tiveram as suas sentenças reformadas pelo Tribunal de Segurança Nacional, em outubro de 1938. Enquanto uns tinham suas penas acrescidas, outros tiveram as suas penas reduzidas. *A União*, 19 de outubro de 1938, p. 01.

Grupo 4 - recolhidos na Dops e que foram ouvidos

Henrique Miranda Sá Junior
Henrique de Siqueira Arcoverde
Carlos Andrade de Pacci
Dr. João Santa Cruz de Oliveira

O reconhecido advogado paraibano, Horácio de Almeida, impetrou prontamente um pedido de *habeas corpus* a fim de que o senhor João Santa Cruz, bem como mais 13 dos que se encontravam presos, fossem postos em liberdade. O pedido analisado pelo Juiz Antônio Galdino Guedes teve seu resultado indeferido, pois no entender do representante do Judiciário, os detentos enquadravam-se na categoria de “presos políticos”, o que era referendado pelo próprio advogado destes, no pedido de *habeas corpus*. Somando-se a isso, o país vivia em *estado de sítio*, logo as garantias constitucionais haviam sido suspensas, tornando o Poder Judiciário impossibilitado de deferir tal demanda, como explica o citado Juiz em sua resposta publicada pela *União*:

Em regime de sítio político, como nos encontramos, os agentes do executivo podem prender e desterrar, censurar a correspondência e a imprensa, suspender o direito de reunião, fechar as tribunas, sem que taes medidas e actos discricionários possam ser tachados de ilegais e violentos. (A *UNIÃO*, 04 de março de 1936, p. 01/ sec. 02).

No entender do Meritíssimo Juiz, não cabia ao Judiciário demandar sobre as prisões, de forma que se o fizesse estaria incorrendo no perigo de anular os efeitos do *estado de sítio*, em vigor. Todavia, no ano seguinte, alguns desses homens, entre os meses de julho e setembro, conseguiram um alvará de soltura, graças a um requerimento enviado ao Ministério da Justiça pelo Deputado Federal Antônio Bôtto de Menezes e o Sindicato dos Comerciantes. Tal fato pode ser comprovado por uma propaganda, a respeito do escritório de advocacia de João Santa Cruz, vinculada no jornal *A Imprensa*⁷³ (SILVA, 2003, p. 86).

Com o advento do Estado Novo, a repressão reincidia cada vez de forma mais rigorosa sobre aqueles que eram vistos como “elementos perniciosos”, através da criação da *Comissão Executiva do Estado de Guerra na Paraíba*⁷⁴, que determinava novamente a prisão dos

⁷³ Jornal *A Imprensa*, 03 de outubro de 1937.

⁷⁴ Por decreto federal, oficiais do Exército e da Marinha foram designados a ajudar os governos estaduais nas medidas de repressão e combate ao comunismo. *A União*, 10 de novembro de 1937. Ver Martha Santana, 1999, p. 238.

envolvidos nos acontecimentos de novembro de 1935. Por isso, menos de dois meses depois de terem conseguido a liberdade, muitos dos presos de 1935 tiveram que voltar a prisão, sendo a maioria transferida para uma espécie de *campo de concentração* chamada de *prisão de Buraquinho*.

A famosa *prisão de Buraquinho*, que funcionava até então como detenção para elementos considerados de “alta periculosidade”, passou a receber comunistas, estudantes e sindicalistas envolvidos com a conspiração de 1935, ou acusados de subversão.

Aquele prédio onde outrora havia funcionado o Instituto Sérico, foi adaptado pelo Governo do Estado para receber os presos políticos e transformar-se num campo de concentração sob o título de “Presídio Especial”. Ali se praticava todo tipo de tortura contra os penitenciários do movimento de 35. (SILVA, 2003, p. 91).

As sessões de tortura aconteciam semanalmente e as humilhações a que eram submetidos esses indivíduos ficava “*sob a direção pessoal do Coronel Thomé de Sousa, então comandante do Batalhão de Engenharia, sediado em João Pessoa.*” (BARBOSA, 1985, p. 32). Os suplícios impostos aos presos passavam de físicos à psicológicos, como relata o militante comunista José Pereira dos Santos:

O Dr. João Santa Cruz foi preso com muitos companheiros. Os de Campina, Dr. José Amorim – médico, e o Dr. Leon Francisco Rodrigues Clerot – engenheiro. Este último foi uma das maiores vítimas das masmorras de Buraquinho. Muito doente, na época acometido de uma hérnia que mal deixava caminhar, era obrigado a carregar latas d’água para os soldados se barbaarem. Nesse suplício, recebeu ajuda dos companheiros na prisão, mesmo contra a vontade dos torturadores. Buraquinho era uma prisão cruel, não levava em conta nem o estado de saúde dos prisioneiros. Os presos não tinham direito a banho, só com a permissão do responsável, Cel. Thomé de Sousa. O Café era um caneco de flandres, com pão. O almoço era com uma colher de carne rasgada nos dentes; quem não tivesse uma boa dentadura não comia a carne. Luiz Paredes, o pedreiro de 86 anos, quando provocado pelo Delegado do DOPS, Praxedes Pitanga, que o chamou de “velho”, redarguiu: “velho sim, mas lutando na defesa da ideia mais nova do mundo, o socialismo”. (SANTOS apud SILVA, 2003, p. 92).

A cidade de Campina Grande até então contava com um número muito expressivo de comunistas que, perseguidos no estado vizinho (Rio Grande do Norte), vinham em busca de refúgio e de um modo de sobreviver em lugares onde a repressão fosse “mais amena”, como no caso do interior da Paraíba. Todavia, a perseguição e a repressão aos participantes dos acontecimentos de novembro de 1935 seguiram e não se detiveram apenas a capital, mas

também em todo o Estado⁷⁵, sendo instalado um posto geral de vigilância na cidade de Campina Grande, com o intuito de fiscalizar explosivos, armas e munições naquela localidade.

Muitos desses “refugiados” do estado vizinho acabaram sendo presos pela polícia paraibana, algum tempo depois. Dentre os presos fugidos do Rio Grande do Norte e presos em Campina Grande podem ser citados: José Costa e João Fagundes de Almeida. Enquanto que em João Pessoa acabou sendo preso e condenado a três anos de prisão Manoel Macedo Filho (SILVA, 2003, p. 87 e 88). Todos participantes do movimento em 1935.

Alguns meses depois, ainda no ano de 1936, o órgão oficial do estado trazia em sua segunda seção, um extenso relatório de cinco páginas bem detalhadas contendo os autos do processo que investigava o “motim” e as atitudes extremistas na Paraíba. Além da longa narrativa sobre o “*vasto plano de subversão da ordem*” (*A UNIÃO*, 28 de junho de 1936), o jornal continha ainda fotos e descrições dos presos acusados de subversão e dos supostos lugares que pretendiam ser tomados por aqueles subversivos, mostrando de forma espetacularizada a imagem e a descrição desses indivíduos⁷⁶.

Através da propaganda anticomunista vinculada pela imprensa estatal, foi se criando uma criminalização do comunismo, identificado como algo perverso e abominável, que atentava contra os princípios básicos da família, da religião e da pátria, originando assim o que Faustino Teatino Cavalcante Neto (2013) nomeou como “*A Grande Onda Anticomunista*”⁷⁷, entre os anos de 1935 e 1937, de forma que

As autoridades policiais, respaldadas pelo argumento do plano comunista para sublevar a capital paraibana em novembro de 1935, usavam todo o seu arsenal visando salvaguardar o governo (CAVALCANTE NETO, 2013, p. 233).

Argemiro de Figueiredo, aplaudido pelas várias facções oligárquicas do Estado, fazia com que a Paraíba servisse de “exemplo” aos demais estados da Federação no tocante a

⁷⁵ No Jornal A União de 17 de março de 1936 foi publicada uma notícia sob o título: Preso no Alto Sertão, um perigoso agente de ligação extremista. A notícia dava conta da prisão de Antônio Pereira, foragido desde de novembro do ano anterior e que foi capturado pessoalmente pelo Delegado Praxedes Pitanga, no Açude de Condado no Sertão paraibano.

⁷⁶ Ver CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino. **A ameaça vermelha:** o imaginário anticomunista na Paraíba (1917-1937) /. – Recife: O autor, 2013.

⁷⁷ Período em que graças a mobilização sindical, greves, movimentos paredistas e o fracassado levante comunista de 1935, o governo de Argemiro de Figueiredo, usou da repressão policial, violência, intolerância e suspensão dos direitos constitucionais, sob alegação da “ameaça comunista”. Ver Faustino Teatino Cavalcante Neto, 2013, p. 221.

repressão, perseguição e combate ao comunismo, encarando o problema como uma verdadeira “caça às bruxas”.

Dispondo dos instrumentos jurídicos-políticos necessários, Argemiro providenciou para que o estado se tornasse campeão na campanha nacional de caça e repressão aos comunistas, ganhando destaque nos diversos órgãos da imprensa do país. (SANTANA, 1999, p. 237).

Os jornais paraibanos, principalmente *A Imprensa* e *A União*, reforçavam as ideias deturpadas pelo governo, do que era o comunismo, ajudando a incutir na mentalidade dos paraibanos o medo e o total desprezo pelas ideias vinculadas pelo “credo de Moscou”. Tal credo extremista, responsável pela morte de várias pessoas na Rússia, estava levando “*a destruição da família, jogando os filhos contra os pais e irmãos contra irmãos*” (*A IMPRENSA*, 25 de agosto de 1935, p. 03)⁷⁸.

Notícias como a intitulada “Elvira, a Garota Condenada por um Tribunal Vermelho”⁷⁹, que se referia ao sequestro e assassinato da ex- esposa do Secretário Geral do PCB, Antônio Maciel Bonfim (Miranda), servia para mostrar aos paraibanos que as ideias preconizadas tanto pela Igreja Católica, quanto pelo governador Argemiro de Figueiredo, e propagada pelos meios de comunicação, no sentido de que o comunismo realmente era “algo do demônio”, estavam corretas.

Enquanto a imagem dos comunistas era desgastada e desvirtuada pela imprensa paraibana, a figura de Vargas, enquanto o “salvador” do Brasil, era exaltada, bem como as representações positivas que se faziam a respeito de Argemiro de Figueiredo⁸⁰, visto como um “homem comprometido com seu povo” e empenhado em livrar o Estado da *ameaça vermelha*.

Aos poucos, a democracia brasileira, considerada insuficiente para combater os inimigos da pátria, se diluía em uma espécie de *autocracia*, de forma que a medida que os meses passavam, o autoritarismo fixado desde o início de 1930, com a ascensão de Vargas ao poder, dava indícios de que seria vitorioso, estando a Paraíba, permanentemente fiel e confiante nas atitudes referendadas pelo chefe da nação.

⁷⁸ A notícia publicada pelo jornal da Arquidiocese paraibana se intitulava: “Os Crimes do Comunismo”, e se referia a delação que o filho fez de seu pai, ao comando revolucionário de Moscou, por este não compactuar com o novo regime, sendo fuzilado por isso.

⁷⁹ De acordo com a matéria publicada pelo jornal *A União* de 09 de abril de 1936, p. 01 e 02, a moça em questão teria sido assassinada a mando dos líderes comunistas, dentre eles Luís Carlos Prestes, por ter denunciado à polícia nomes de alguns participantes do movimento em novembro de 1935.

⁸⁰ Sobre a propaganda *Argemirista*, ver o Capítulo 3 dessa dissertação.

A Parahyba pelo seu Govêrno e pelo seu povo, integrada nesse objetivo de defesa das instituições nacionaes manter-se-á sempre solidaria com a conducta praticada dos responsáveis pelos destinos da Nação, nesta hora de apprehensões que atravessa a República. (*A UNIÃO*, 02 de outubro de 1937, p. 01).

2.2. O Autoritarismo como forma de governo – a recepção do golpe de 10 de novembro de 1937 na Paraíba e a construção do Argemirismo

Após um período de indefinições e da relutante postura de Getúlio Vargas em admitir as eleições marcadas para o ano de 1938, podemos dizer que na medida em que o ano de 1936 se esgotava, novos nomes eram cogitados à sucessão presidencial, dentre eles, o de José Américo de Almeida⁸¹, que teve sua candidatura homologada na noite do dia 26 de maio de 1937.

A disposição de Almeida em concorrer ao pleito presidencial marcava o seu “retorno” a cena política, uma vez que havia se afastado por um curto período de tempo, logo após a posse de Argemiro de Figueiredo, renunciando a chefia pessoal do Partido Progressista, pois entendia que a característica “conciliatória” adotada pelo novo governo extrapolava por completo o bom senso, visto que muitos dos ex-inimigos de João Pessoa, cooptados pelo chefe do executivo paraibano, voltaram a desfrutar dos privilégios que tinham antes.

Quando renunciei à chefia do partido, depois de eleito senador, já estava descontente com o governo de Argemiro de Figueiredo, que se tinha aproximado demais dos adversários de ontem. Eu queria que eles tivessem bom tratamento, mas não que tivessem posições-chave, devido à minha responsabilidade perante a família e amigos de João Pessoa. Ele começou a chamar para auxiliares pessoas que se tinham incompatibilizado com a revolução. Não me conformava com isso porque parecia, de certa forma, uma traição à memória de João Pessoa (ALMEIDA apud CAMARGO, 1984, p. 250 e 251).

Argemiro de Figueiredo, logo que tomou conhecimento das intenções de José Américo de se afastar da política paraibana por um tempo, não mediu esforços para tentar dissuadir o ex-Ministro de seus planos⁸², chegando a enviar até mesmo um telegrama para Getúlio Vargas⁸³, pedindo que este tentasse convencer José Américo que sua atitude era extrema, o que não

⁸¹ Nos dias subsequentes, o Jornal *A União*, bem como *A Imprensa* passaram a vincular manchetes de congratulação pela candidatura de José Américo de Almeida ao Executivo.

⁸² Na visão de Jivago Barbosa, Argemiro procurava ocupar de forma “ardilosa” o lugar vago deixado por José Américo de Almeida, embora demonstrasse querer que o ex-ministro permanecesse na liderança dos destinos da Paraíba. Ver *Política e Assistencialismo na Paraíba: O governo de José Américo de Almeida*, 2012, p. 95.

⁸³ Foram vários os apelos feitos a José Américo para que ele reconsiderasse a sua posição, tanto por parte do Governador Argemiro de Figueiredo, como por parte do próprio Partido Progressista. O jornal *A União* de 07 de fevereiro de 1935 traz o telegrama enviado por Figueiredo à Vargas e a resposta desde último, afirmando que “empregarei todos os meus esforços para que o ilustre brasileiro Senador José Américo de Almeida continue a prestar a sua preciosa colaboração a política nacional em prol dos altos interesses do país”. p. 01.

competia com a situação. Todavia, em carta enviada ao Governador da Paraíba, Almeida justificava a partir daquele momento, 23 de janeiro de 1935, a sua ausência:

[...] desde 1930, a Parahyba vive por minha conta. É tempo de repontar outro nome que assuma essa responsabilidade.

Sei que a nossa terra já não precisa mais de mim. Em vez de temer a sombra das competições, preocupei-me em formar uma nova geração idônea para assumir a dianteira dos nossos destinos.

Não seria capaz de abandonar a Parahyba numa situação incerta, mas, sob todos os aspectos, é privilegiada a posição que ella actualmente, desfruta. (ALMEIDA apud SYLVESTRE, 1999, p. 197).

Durante o período de reclusão de José Américo de Almeida, Argemiro de Figueiredo, levando a cabo as orientações que lhe haviam sido passadas pelo ex-chefe da política paraibana, e em consonância com os ideais projetados no panorama nacional, passou a ter o seu poder de influência sumariamente aumentado, visto que agora não dividia mais a liderança no estado. O próprio ex-Ministro atesta o grande poder conciliatório de Figueiredo e como isso foi lhe rendendo uma liderança quase hegemônica.

Quasi todas as famílias de prestígio tradicional no Estado asseguram o seu concurso à política dominante: Rolim, Mattos, Carneiro, Mariz, Pinto, Gomes de Sá, Pires, Queiroga, Maia, Leite, Paula, Peregrino, Brito, Leal, Rocha, Targino, Velloso, Nobrega, Medeiros, Bezerra, Espínola, Miranda, Maroja, Diniz, Florentino, Coutinho e etc. sem contar os blocos irresistíveis de Manmanguape, Monteiro, do valle do Parahyba, de Campina Grande, e de outros pontos da mesma irradiação política. (ALMEIDA apud SYLVESTRE, 1999, p. 197).

Como se pode perceber, a autoridade de Argemiro de Figueiredo era respeitada pela maior parte das várias facções oligárquicas existentes no Estado, restando apenas as cidades de Umbuzeiro e Itabaiana como focos de oposição (SANTANA, 1999), mas que até o final do seu governo seriam também cooptadas, sendo estabelecida assim as bases para uma liderança incontestada e independente de José Américo de Almeida dentro da Paraíba, que passou a ser chamada de *Argemirismo*⁸⁴ e rivalizava com o *Americismo*⁸⁵, predominante até então.

Com pretensões de ser o candidato referendado por Vargas, José Américo de Almeida volta à cena política para disputar as eleições (SILVA, 2015, p. 125). A confirmação de sua

⁸⁴ Termo designado para nomear a liderança exercida por Argemiro de Figueiredo entre os anos de 1935 e 1940. Ver Martha Santana, 1999.

⁸⁵ Correlação de forças sob a liderança de José Américo de Almeida e que vai de 1930 até 1937. Ver SANTANA, Martha M. F. de C. e Moraes. **Poder e Intervenção Estatal: Paraíba (1930- 1940)**. João Pessoa: Ed. Universitária. UFPB, 1999 e BARBOSA, Jivago Correia. **Política e assistencialismo na Paraíba: o governo de José Américo de Almeida (1951-1956)**. – João Pessoa, 2012.

candidatura foi motivo de festejos por todo o estado, e o órgão oficial da imprensa paraibana se apressava em publicar várias notícias a respeito da mobilização popular em prol da sua candidatura. Através de fotos e manchetes chamativas, Argemiro de Figueiredo procurava deixar claro todo o seu apoio político ao “ilustre” conterrâneo. *“Podeis ficar tranquilos, conterrâneos, e tranquila pode ficar a nação inteira – José Américo será a realidade do grande sonho de todos os brasileiros”*. (FIGUEIREDO, A UNIÃO, 20 de junho de 1937, p. 01).

Desde as primeiras horas em que tomou conhecimento da homologação da candidatura, a cidade de Campina Grande hipotecou seu apoio político ao ex-Ministro. O Jornal *A Voz da Borborema*, que pertencia ao irmão mais velho de Argemiro de Figueiredo, trazia constantes manchetes de primeira capa, conclamando não apenas os paraibanos, mas o povo brasileiro como um todo, para votar em José Américo de Almeida:

Brasileiros! Votae em José Américo de Almeida para a renovação presidencial da República! Só um governo “forte, justo e compreendedor”, poderá dar ao Brasil, a hegemonia a que tem direito entre as nações desta parte do continente! Estejamos ao lado dos superiores interesses da nossa Pátria. (A VOZ DA BORBOREMA, 18 de agosto de 1937, p. 01).

Entretanto, devido a mínima falta de vontade por parte de Vargas e seus aliados em abandonar as posições a que estavam habituados desde 1930, e que já tramavam em segredo uma forma de se manter no poder na segunda metade de 1937, associada a instabilidade e o medo ocasionados pela suposta “ameaça comunista”, fortemente explorados pelo governo para forçar sua permanência e os acordos costurados com militares, oligarcas e industriais, se tornava cada vez mais claro o que estava prestes a acontecer.

A menina presidência
Vai rifar seu coração
E já tem três pretendentes,
Todos três chapéu na mão.
E quem será?
O homem quem será?
Será seu Manduca [Armando Sales]?
Ou será seu Vává [Oswaldo Aranha]?
Entre esses dois
Meu coração balança
Porque...
Na hora H quem vai ficar
É seu Gêgê!⁸⁶

⁸⁶ Canção satírica feita pela dupla Antônio Nassara e Cristóvão de Alencar. Ver Lira Neto, 2014. Entretanto, se definiram como os candidatos oficiais para concorrer às eleições marcadas para o ano seguinte, o já referido paraibano José Américo de Almeida, o líder da Ação Integralista Brasileira (AIB), Plínio Salgado e o ex-governador de São Paulo, Armando Sales de Oliveira.

A situação se definiu a partir de outubro de 1937, quando um conjunto de cartas – supostamente escritas por um comunista de pseudônimo *Cohen* – “comprometedoras” e de teor *subversivo*, que davam indícios de uma nova tentativa de golpe comunista, foi descoberto e denunciado ao Comando Geral do Exército. O *Plano Cohen*, acabou sendo a desculpa necessária para a declaração de mais um *estado de guerra* aprovado sem maiores resistências pelo Congresso Nacional e a posterior instauração do Estado Novo. *O regime foi implantado no estilo autoritário, sem grandes mobilizações. O movimento popular e os comunistas tinham sido abatidos e não poderiam reagir; a classe dominante aceitava o golpe como coisa inevitável e até benéfica.* (FAUSTO, 2010, p. 200).

Para Vargas e seus companheiros, o Estado Novo era o desenrolar natural dos acontecimentos de 30, de forma que não se pode considerar que tenha havido uma ruptura brusca entre um período em tese “liberal” e a mudança para um ditatorial, visto que as bases para a centralização autoritária característica do estado-novista vinham sendo fundamentadas mesmo antes do golpe e refreadas minimamente pelos resquícios liberais contidos na Constituição de 1934. Dessa forma, entendemos que os desdobramentos políticos que se seguiram foram resultado de um mesmo processo político iniciado ainda em 1930 (DINIZ, 1991, 86).

Talvez por isso é que na Paraíba o golpe não tenha causado maiores impedimentos, uma vez que “O Governador Argemiro de Figueiredo foi um entre os muitos governadores estaduais que aderiram sem maiores problemas à ideia do golpe.” (SYLVESTRE, 1999, p. 235). Em curso desde o mês anterior, a *Missão Negrão de Lima*⁸⁷ desembarcou na Paraíba às vésperas do golpe. O deputado mineiro enviado aos estados do Norte-Nordeste pelo então governador de Minas Gerais, Benedito Valadares Ribeiro, para “aliciar” os chefes do executivo estadual em compactuar com o golpe, veio pessoalmente a Paraíba

Negrão veio a João Pessoa como um autêntico conspirador. Desembarcou de um hidroavião no Sanhaú inesperadamente. No porto do Capim não havia ninguém a espera-lo. Apanhou um carro de praça (como eram chamados os táxis da época) e sozinho dirigiu-se ao palácio da Redenção. O então jovem empresário e depois deputado estadual durante várias legislaturas José

⁸⁷ A missão corria em segredo até que no mês de novembro, o Jornal Correio da Manhã publicou uma nota se referindo aos objetivos dessa missão. Ver ABREU, Luciano Arrone de. **Um olhar regional sobre o Estado Novo**. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007 – (coleção Nova et Vetera; 12).

Fernandes de Lima, presenciou o desembarque sem saber, naturalmente de quem se tratava.

Sem qualquer testemunha Negrão e Argemiro confidenciaram longamente e depois, num carro oficial o Governador mandou deixar o “pombo correio” do golpe na cidade baixa onde no mesmo aparelho em que veio rumou em direção a outra capital. (SYLVESTRE, 1993, p. 235 e 236).

Alguns dias depois do já vitorioso golpe, o governador da Paraíba foi novamente consultado, mas, dessa vez pelo Ministro da Justiça Francisco Campos. Campos esperava uma postura oficial por parte do governo paraibano frente aos acontecimentos que se sucederam desde o dia 10 de novembro. A posição de Figueiredo, de imediato, foi a de demonstrar a maior simpatia ao regime que se estabelecia no Brasil, e a mais fraterna solidariedade para com a nova Carta Constitucional, outorgada aos brasileiros. Em telegrama dirigido ao Ministro, Argemiro de Figueiredo, respondeu “não ter dúvidas em manifestar em seu nome e em nome do povo paraibano, o total apoio a nova Constituição, e ao senhor Getúlio Vargas⁸⁸”.

Promulgada a nova Constituição pelo eminente Chefe do Govêno da República, entra o Paiz, em um novo regimen que deve ser abraçado por todos os que estão promptos para servir á grande causa nacional.

O magno acontecimento só motivo de jubilo pode causar aos brasileiros que amam com sinceridade a Pátria. É bem conhecido o espirito de patriotismo que orna o presidente Getúlio Vargas.

E pelo facto de estar, neste momento histórico, cercado pela solidariedade de gloriosas forças armadas cujas disciplinas e lealdades são de todos conhecidas, deve o Paiz ficar tranquilo e certo de que o seu destino está entregue a mãos firmes que saberão guial-o a um grande futuro. (FIGUEIREDO, *A VOZ DA BORBOREMA*, 13 de outubro de 1937, p. 01).

Com as eleições suspensas e uma nova forma de governo em vigor, os planos dos candidatos à sucessão presidencial se tornaram frustrados. José Américo de Almeida e muitos de seus correligionários se ressentiram e censuraram o governador da Paraíba pela sua imediata incorporação a nova ordem política, por entender que a posição de Argemiro de Figueiredo era uma “traição”, não só ao ex-Ministro, mas também a memória de João Pessoa e aos fundamentos da *Revolução de 1930*.

Insatisfeito com os rumos que Revolução tomará, José Américo rompeu definitivamente com o Estado Novo e com Argemiro de Figueiredo, passando a alimentar um enorme ressentimento por este último⁸⁹, fazendo questão em expor, anos mais tarde, a sua indignação

⁸⁸ *A Voz da Borborema*, 13 de novembro de 1937, p. 01.

⁸⁹ Ao que parece, o ressentimento não era recíproco. O neto de Argemiro de Figueiredo, Deputado Estadual, Guilherme Almeida, em conversa informal com esta autora (17.08.2016), relatou que certa vez perguntou ao seu

com a postura tomada por todos aqueles governadores que se sujeitaram a Getúlio Vargas, através de palavras acres e meio atravessadas, como era de seu estilo discursivo:

Enriqueci minha experiência do mundo, conhecendo espécimes da mais baixa servilidade e covardia. Ao lado dos exemplos de firmeza e determinação, figurões de um passado liberal aderiram ao autoritarismo. Governadores eram rebaixados a simples interventores de nomeação federal. (ALMEIDA, 1965, p. 41).

De toda forma, o fato é que a partir de então a liderança hegemônica *argemirista* se consolidou. E para entender como se deram as bases de sustentação para essa liderança, procuramos nos sustentar nos conceitos de *Hegemonia* e *Grande política x Pequena política*, fornecidos por Antônio Gramsci.

Nos detendo no primeiro conceito, entendemos que por hegemonia, Gramsci quer exemplificar a ideia de um grupo social/classe, que através da coerção, da ação política, mas principalmente, do consenso, consegue reunir em torno de seu projeto político, um bloco amplo e heterogêneo. Tal bloco, se caracteriza pelo fato de que, mesmo marcado por interesses distintos e geradores de um conflito de classe, consegue superar os contrastes existentes, ultrapassando assim a barreira do interesse econômico-corporativo imediato em prol de concessões a longo prazo, que passam então a serem asseguradas pelo grupo dominante, a fim de evitar a exposição dessas diferenças. (GRAMSCI, 2011).

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica. (GRAMSCI, 2011, p. 48).

Entretanto, é importante perceber que a hegemonia não se exerce sobre toda a sociedade, mas apenas sobre as classes aliadas, de forma que a coerção e o uso da força passam a ser utilizados contra as classes opositoras (PORTELLI apud ALVES, 2010, p. 78)⁹⁰, como a perseguição que se deu aos comunistas na Paraíba, já demonstrada anteriormente. Dessa forma o grupo hegemônico, pode ser visto como portador de duas supremacias: a dirigente e a dominante.

avô a respeito desta antiga rusga. De acordo com Guilherme Almeida, a resposta de Figueiredo foi: “*Jamais poderia me indispor, ou alimentar ódios contra aquele que me deu tudo e me lançou na política*”.

⁹⁰ Ver ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. **O conceito de hegemonia:** de Gramsci a Laclau e Mouffe. – Lua Nova, São Paulo, 80: 71-96, 2010.

A supremacia de um grupo se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter inclusive a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições fundamentais inclusive para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, trona-se dominante, mas deve continuar a ser também [dirigente]. (GRAMSCI, 2002, p. 62 e 63).

A ideia de unir a Paraíba em “uma única família”, posta em prática desde 1935, alcançou o seu desenvolvimento pleno com a imposição do Estado Novo. Para se tornar hegemônico, Argemiro de Figueiredo realizou conchavos políticos onde devolvia aos decaídos em 30 o seu poder; absorveu frações da classe trabalhadora; se aliou a Igreja Católica e cooptou intelectuais afim de que esses fornecessem as bases ideológicas para a sua legitimação. E foi através do plano de cooptação desses intelectuais, que se posicionavam favoráveis ao projeto político do grupo dominante, que se criou um bloco ideológico, que de posse de um monopólio intelectual, permitiu a execução da função dirigente e dominante advinda da supremacia do grupo hegemônico.

A esses homens letrados cabia a tarefa de criar argumentos para “legitimar” o novo regime que se estabelecia no Brasil e suas determinações, tais como: o reconhecimento dos interventores designados para governar os estados, o não questionamento da força coercitiva e repressiva e os benefícios que o regime instituía a partir de então, moldando ideologicamente as massas, a fim de que estas passassem a compartilhar da mesma visão de mundo que os “donos do poder” tinham (PORTELLI apud SANTANA, 1999, p. 158).

Entre os anos de 1935 e 1937 é possível perceber através das publicações no órgão oficial do Estado, o progressivo aumento do número de intelectuais que passam a se alinhar com o projeto político argemirista. Dentre essa elite intelectual cooptada constam médicos, professores (as), advogados, membros da elite política e muitos jornalistas, a exemplo de Orris Barbosa, que mais tarde veio a ser o editor do jornal *A União*, Tancredo de Carvalho e Luiz Pinto (fundadores do *Jornal da Parahyba*); os professores Sizenando Costa e José de Mello (diretor do Ensino Primário na Paraíba), dentre muitos outros nomes⁹¹.

⁹¹ No Jornal *A União*, desde 1935 pode-se notar referências a esses intelectuais que cooptados pelo estado empenharam o seu apoio a favor da legitimação do novo regime. Pode-se perceber ainda outros nomes como o de Durwal de Albuquerque, Raphael Hollanda, Cônego Mathias Freire e etc.

A maior parte dessa intelectualidade, assim como a elite intelectual que dominava o plano nacional, a exemplo de Oliveira Vianna e Azevedo Amaral⁹² buscavam suas influências nos governos discricionários europeus, por entenderem que estes consistiam em uma “forma moderna de governo”.

Acreditavam que a centralização política era a única alternativa de que dispunham para superação do “atraso” e o combate efetivo aos “inimigos da pátria”. Eram raros os intelectuais paraibanos que ainda não tinham sido totalmente identificados com as doutrinas nazifascistas (MELLO, 2003, p. 31).

Dessa maneira, Igreja, escolas, intelectuais, imprensa e os demais meios de comunicação a serviço da máquina estatal serviram então como *aparelhos ideológicos de Estado*⁹³. No que tange a manipulação das informações e da opinião pública, contribuíram na fabricação da imagem de benfeitores, tanto no panorama nacional quanto local e na construção da legitimidade de Getúlio Vargas enquanto “condutor dos destinos da nação” e de Argemiro de Figueiredo como “paladino defensor da Paraíba”.

Foi justamente através dessa construção ideológica, que no decorrer dos dias após o golpe, Argemiro de Figueiredo passou a receber as mais cordiais saudações e declarações de lealdade por parte da *já extinta Assembleia Legislativa Paraibana*⁹⁴, da Polícia Militar do Estado da Paraíba⁹⁵ e dos demais grupos sociais, tais como operários, estudantes, professores e etc.⁹⁶. No dia 27 de novembro de 1937⁹⁷, as várias facções oligárquicas e o povo paraibano se congratulavam com a confirmação de Figueiredo para “suprema direção dos destinos deste Estado” (VOZ DA BORBOREMA, 27 de novembro de 1937, p. 01).

Tiveram um caracter de verdadeira apoteose as festas realizadas no último sábado, 27 de Novembro, na capital do Estado, em virtude da posse do

⁹² Vários comentários de Azevedo Amaral eram publicados pela União e um centro cultural foi aberto na capital, sendo chamado de “amigos de Alberto Torres”. Ver *A União*, 02 de agosto de 1936, p. 03.

⁹³ *Aparelhos Ideológicos de Estado* são instituições que através da ideologia (que é a dominante) que propagam, conseguem assegurar a hegemonia do grupo dominante. De acordo com Louis Althusser (1970), os aparelhos ideológicos do estado seriam: a Igreja, a Imprensa e demais meios de comunicação, a Família, o Sindicato, o Partido, a Escola e o aparato Jurídico.

⁹⁴ A manchete de primeira página, intitulada “A MANIFESTAÇÃO DA JÁ EXTINGTIDA ASSEMBLÉA ESTADUAL AO GOVERNADOR ARGEMIRO DE FIGUEIREDO”, relatava a ida de vários componentes da mesma, ao Palácio da Redenção, para prestar solidariedade e apoio ao chefe do executivo paraibano. ver *A União*, sexta-feira, 12 de novembro de 1937, p. 01.

⁹⁵ *A União*, domingo, 14 de novembro de 1937, p. 01.

⁹⁶ *A União*, sexta-feira, 26 de novembro de 1937, p. 01.

⁹⁷ A nomeação de Argemiro de Figueiredo como interventor federal aconteceu em 24 de novembro de 1937, por decreto de Vargas. A notícia de sua confirmação a frente da Paraíba foi publicada na capa do jornal *A União* no dia 25 de novembro.

illustre interventor dr. Argemiro de Figueirêdo, a quem a Parahyba, representada por elementos realçantes de todos os municípios, deu o testemunho mais alto de sua solidariedade, rendendo, assim, um preito de gratidão muito justa ao seu grande bemfeitor. (A VOZ DA BORBOREMA, 01 de dezembro de 1937, p. 01).

A demora para a confirmação de que Argemiro de Figueiredo seria mantido a frente do Executivo paraibano, agora como interventor federal, foi explicada por telegrama, onde o então Ministro da Justiça, Francisco Campos, justificou que tal atraso tinha obedecido a “um critério de ordem geral”, não querendo o Presidente da República confirmar o mandato de uns, enquanto o de outros poderiam não ser confirmados, visto que alguns dos governadores de estado eram militares, e suas confirmações enquanto interventores federais faria com que estes passassem a reserva, dando margens a possíveis interpretações erradas (A VOZ DA BORBOREMA, 01 de dezembro de 1937, p. 01).

Uma vez confirmado enquanto interventor, Argemiro de Figueiredo, procurando manter os seus laços de amizade e compadrio com as fações oligárquicas, confirmou os prefeitos de todos os municípios paraibanos em seus cargos, assegurando a sua base de apoio para os próximos anos. E em pronunciamento oficial procurou transparecer a sua felicidade em continuar regendo os destinos da Paraíba:

Não escondo Srs., o meu contentamento continuando á frente dos vossos destinos. Sois um povo que honra um govêrno. E um govêrno apoiado por vós tem a segura tranquillidade de que se movimenta á altura dos vossos sentimentos – os mãos govêrnos ineficientes ou degradados, ambiciosos ou tyranos poderiam imperar em outras terras. Na Parahyba, nunca! (A UNIÃO, 30 de novembro de 1937, p. 01).

O processo de redefinição do poder das oligarquias que só se consolidou efetivamente no *Argemirismo*, visto que a partir de então voltou a se ter a emergência dos grupos de parentela que chefiavam as oligarquias, e a consolidação do papel desempenhado por estas, iniciado ainda no *Americismo*, estava ligado ao projeto ideológico desenvolvido pelos intelectuais cooptados pelo Estado e propagado pelos meios de comunicação.

Argemiro de Figueiredo que desde 1934, enquanto chefe do Partido Progressista na Paraíba, soube costurar acordos tanto com as oligarquias do interior (algodão), quanto com as do litoral (cana-de-açúcar), a partir de 1937 passou a gozar do completo apoio desses, uma vez que lhes permitiu retomar o lugar do qual tinham sido alijados em 1930.

Pode-se afirmar assim que, durante a interventoria argemirista, as mesmas práticas políticas que supostamente tinham sido superadas pela *Revolução*, e que nas interventorias

anteriores apareciam timidamente, passam a não mais se esconder⁹⁸. Como exemplo dessas práticas que jamais deixaram de ser utilizadas, mas que voltam a figurar com toda força e com o aval do próprio interventor temos o *clientelismo*, típico do *sistema coronelista* reinante na *cultura política brasileira*, uma vez que:

Nos corredores palacianos, os coronéis andavam de réguas e esporas, tudo como se estivessem em seus currais. Sentiam-se como em casa. E, o Governador a chamar para junto de si, os Ribeiros Coutinhos, os Gaudências, os Nobregas, os Cunha Lima, os Bezerra Cavalcanti, os Nascimento, os Maias, os Gadêlhas, Gonçalves Arantes. Gente de bem na opinião de Argemiro, gente de bens nos cadastros bancários. (COUTINHO, 1988, p. 83 e 84).

Baseando na concessão de favores prescrita pelo conceito de hegemonia gramsciano, e já descrita neste trabalho, conseguimos perceber que as várias facções oligárquicas hipotecaram o seu apoio e prestígio a Argemiro de Figueiredo, a fim de reforçar uma já imposta legitimidade.

Para esmiuçar ainda mais os meandros que tornaram possível o Argemirismo e o fizeram se sustentar no poder até 1940, é necessário buscar suporte teórico no conceito de *Grande política x Pequena política*, definido como:

Grande política (alta política) – pequena política (política do dia-a-dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas). A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela dominância entre as diversas frações de uma mesma classe política. (GRAMSCI, 2013, p. 21).

De acordo com Gramsci, o Estado é lugar onde se dá a luta de classes, onde acontece os embates entre a classe dominante e os dominados, onde existe a dominação e/ou resistência, é o lugar da Grande política. O espaço de poder dentro da Grande política é ocupado e gerido pelo bloco hegemônico, sendo esse espaço o lugar dos que operam a máquina estatal e aonde são tomadas as principais decisões. Seguindo esse preceito, podemos dizer que entre 1937 até meados de 1939⁹⁹, o bloco liderado por Argemiro de Figueiredo, do qual faziam parte as várias

⁹⁸ De acordo com Marcos Odilon Ribeiro Coutinho, na época da interventoria argemirista, as portas do Palácio da Redenção estavam sempre abertas “aos donos de terras e de homens”, o que fazia parecer que a Revolução de 30 não havia chegado a Paraíba. Ver COUTINHO, Marcos Odilon Ribeiro. **Poder, alegria dos homens**. Gráfica “A Imprensa” – João Pessoa – PB, 1988.

⁹⁹ A partir de abril de 1939, Eptácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (filho de João Pessoa), ex-Secretário de Educação de Argemiro de Figueiredo, passou a fazer uma forte oposição a este, proferindo as mais graves acusações que acabaram por desgastar tanto a relação da interventoria paraibana com o Palácio do Catete, quanto

oligarquias paraibanas, intelectuais cooptados pelo Estado e a Igreja Católica, dominavam o palco da Grande política.

Entretanto, o processo de *contra-hegemonia*¹⁰⁰ preconizado por Gramsci, que seria uma luta contra o bloco hegemônico estabelecido no poder, com o intuito de provocar a sua queda – demonstra que dentro da teoria gramsciniana se leva em consideração as possíveis manifestações contrárias ao grupo dominante, ou seja, há espaço para lutas e resistências, diferente da teoria *engessada* estabelecida por Althusser¹⁰¹ – ocorre dentro da Pequena política, sendo esta o espaço de fútricas, intrigas e conspirações que levam ao desgaste o bloco hegemônico e a sua possível substituição por um novo.

Em suma podemos dizer que a Grande política é operada/transformada pela Pequena política, dito de outra forma, sem uma boa Pequena política a Grande política não se mantém por muito tempo. Tal conceito é de fundamental importância para entender como se deram a ascensão e queda dos blocos hegemônicos dentro da Paraíba no referendado período, sendo inicialmente o *Americismo*, substituído pelo *Argemirismo* e mais tarde pelo *Ruysmo*¹⁰².

2.3. Repressão, autoritarismo e coação – a relação dos trabalhadores com o governo paraibano (1935-1937)

Tida como um dos aspectos mais coerentes do período Vargas, a política trabalhista teve várias fases durante os anos de 1930 a 1945. Todavia, os seus objetivos principais – a repressão à classe trabalhadora e sua cooptação – foram colocadas em ação desde um primeiro momento, através da criação dos ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio e o da Educação e Saúde (FAUSTO, 2010, p. 187).

Abriu-se uma janella, arejando o ambiente nacional.

com as facções oligárquicas. Ver SYLVESTRE, Josué. **Da Revolução de 30 à Queda do Estado Novo**. Campina Grande: Editora Senado Federal, 1993.

¹⁰⁰ Trata-se da elaboração de uma nova concepção de mundo, ou criação de um novo senso comum, que origine um projeto contra hegemônico, ou seja, que questione de forma crítica e contundente, e que enfrente a dominação pré-estabelecida pelos grupos dominantes. Ver GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**, volume 3/ edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luís Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. – 4º ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

¹⁰¹ Louis Althusser foi um filósofo argelino filiado a tradição mais ortodoxa do marxismo. Em sua obra *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*, Althusser concebe a ideia de uma sociedade dominada e a mercê de instituições que estão a serviço do Estado, e agem portadores da ideologia dominante, sendo estes, a escola, a igreja, a família e etc., entretanto, essa visão do autor não deixa espaço para se observar os processos de *contra-hegemonia* e resistências preditos por Antônio Gramsci.

¹⁰² Liderança exercida pelo interventor Ruy Carneiro, substituto de Argemiro de Figueiredo a partir de agosto de 1940, e que governou a Paraíba até a queda do Estado Novo em 1945. Ver Jean Pátrício da Silva, 2013.

Procurou-se conciliar os interesses em antagonismo, no sentido de ser evitada a luta de classe.

Collocou-se acima de tudo, o interesse do país.

Dahi as sympathias com que foi recebido o novo Ministério, cuja importância e cujo o alcance só escaparam aos distraídos empedrecidos pelo egoísmo, ou então, aos espíritos rançosos e bolorentos. (*A UNIÃO*, 23 de março de 1935, p. 01)¹⁰³.

O decreto nº 19.770¹⁰⁴, de 19 de março de 1931, que regularizava a sindicalização das classes patronais e operárias, estabelecia o sindicato como uma espécie de órgão consultivo e de colaboração com o Estado, adotando a ideia de *unidade sindical*¹⁰⁵. E embora a sindicalização não fosse obrigatória ainda, já se podia notar os rumos que a política trabalhista iria tomar.

No ano seguinte, sentindo-se pressionado, o Governo Central acabou por aprovar o *Código Eleitoral*, que dentre outras coisas, instituía a representação classista, que figurava como uma das várias bandeiras que tinham sido levantadas pelo *tenentismo*. Na Assembleia Nacional Constituinte, a ser convocada, além dos deputados eleitos pelo voto popular, seriam também escolhidos - de forma indireta - representantes, previamente indicados pelos sindicatos das correspondentes categorias profissionais, para que assim, as minorias sentissem-se representadas.

Seriam ao todo 40 representantes classistas: 17 representando os empregadores, 18 os empregados, três os profissionais liberais e dois os funcionários públicos. A ideia era que a bancada classista funcionasse como uma força auxiliar do governo, neutralizando, em certo sentido, a força dos representantes das oligarquias regionais na futura Assembleia Constituinte. (PANDOLFI, 2003, p. 24)¹⁰⁶.

A reboque da Constituição de 1934 veio também uma nova Lei de Sindicalização, que substituía aquela de 1931. O art.120 da nova Constituição, por mais que estabelecesse a

¹⁰³ Reportagem especial para o jornal *A União*, escrita por Raphael Hollanda, e que tinha por título “*LEGISLAÇÃO SOCIAL – Porque não foi ainda elaborado o código do trabalho*”.

¹⁰⁴ Decreto completo em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19770-19-marco-1931-526722-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 19/03/2017.

¹⁰⁵ A unidade sindical estabelecia um único sindicato por categoria profissional que fosse reconhecido pelo Estado. Ver FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

¹⁰⁶ Na Paraíba, as eleições classistas para o cargo de Vereador em 1935 contaram com um acirrado debate em sessão da Assembleia Legislativa no dia 09-10-1935. O Deputado Classista, representante dos médicos, Joaquim José Sá e Benevides, em extenso discurso referindo-se “à politicalha feita em torno” do pleito, insinuando mais à frente “a uma possível influência do sr. Governador Argemiro de Figueiredo no pleito classista” (*A União*, 10 de outubro de 1935, p. 01). Entre os anos de 1935 e 1938, a Paraíba contou apenas com quatro deputados classistas. Dentre estes, apenas um representava os trabalhadores operários. Era o senhor Anacleto Vitorino, já referido no capítulo I desta dissertação. Ver Eliete Gurjão, 1994, p. 154.

pluralidade e autonomia dos sindicatos, na prática, através do Decreto-lei nº 24.694¹⁰⁷, tornava essa autonomia quase nula, pois deixava claro que só seriam reconhecidos como “empregados”, apenas aqueles que se filiassem aos sindicatos reconhecidos pelo Estado, de forma que “*em fins de 1933, o velho sindicalismo autônomo desaparecera e os sindicatos, bem ou mal, tinham-se enquadrado na legislação.*” (FAUSTO, 2010, p. 188)¹⁰⁸.

A crescente mobilização e as reivindicações operárias no final de 1934 culminaram em uma onda de greves entre os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Norte, e se somaram aos fortes embates entre membros da AIB *versus* ANL. O governo respondeu de pronto ainda nos primeiros dias de 1935, com a criação e a posterior aprovação da Lei de Segurança Nacional¹⁰⁹.

Na Paraíba, o projeto da LSN causou uma série de debates. Muitos paraibanos como o Deputado Odon Bezerra¹¹⁰ eram totalmente contrários a tal projeto, pois não acreditava que este resolveria os problemas da desorganização política e social do Brasil. Já os líderes da oposição ao governo paraibano, os senhores deputados constituintes Ernani Sátiro e Emiliano Nóbrega afirmavam claramente que a LSN “*atentava contra as liberdades e direitos dos brasileiros*” (SANTANA, 1999, p. 219).

Em fevereiro, diversas categorias de trabalhadores realizaram ato de protesto na frente do prédio onde funcionava a Assembleia Legislativa, na Praça João Pessoa, entregando ao presidente do poder legislativo estadual uma moção de repúdio contra a LSN¹¹¹, considerada um atentado a Constituição Brasileira. Nesse mesmo mês, intelectuais, médicos, advogados,

¹⁰⁷ Ver http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D24694.htm. Acesso 19/03/2017. O decreto foi publicado na íntegra pelo órgão oficial do Estado, *A União* em 10 de janeiro de 1935, p. 15.

¹⁰⁸ Após os atos do Governo Federal é possível perceber na Paraíba uma busca por parte dos trabalhadores urbanos em tentar se filiar aos seus respectivos sindicatos e pleitear o devido reconhecimento destes, para que não se tivesse a perda dos “benefícios” prometidos pelas leis vigentes. Em 1935 o Sindicato dos Gráficos, por exemplo, convocou os trabalhadores desse segmento para se filiarem o mais rápido que possível, para que não houvesse a perda de direitos para a classe. *A União*, 23 de março de 1935, p. 03. A *Frente Única Sindical*, fundada alguns anos depois, tinha por finalidade lutar pelo cumprimento das leis sociais e ao mesmo tempo obter o reconhecimento dos vários sindicatos já organizados tanto na capital, como em outros pontos do Estado, valendo salientar que por essa época já haviam sido criados muitos. Entretanto, apenas dois eram devidamente reconhecidos: o Sindicato dos Empregados no Comércio e o Sindicato dos Estivadores de Cabedelo. Ver *A União*, abril de 1935.

¹⁰⁹ Quando perguntado por um jornalista do Diário de Pernambuco sobre sua posição em relação ao projeto da LSN, o recém-eleito governador da Paraíba, Argemiro de Figueiredo, respondeu que considerava “muito necessária uma lei que venha para unificar o pensamento nacional. Que venha contribuir para a formação definitiva do espírito nacional”, visto que “A actual paisagem social do Brasil expõe uma tal heterogeneidade de correntes políticas que força o choque de vários pontos de vista e de diferentes directrizes causas de confusão de nossa vida política e social”. (*A UNIÃO*, 10 de fevereiro de 1935).

¹¹⁰ *A União*, 02 de abril de 1935, p. 08.

¹¹¹ Anais da Assembleia Legislativa, fevereiro de 1935, p. 17.

engenheiros e estudantes publicaram no *jornal Liberdade* um manifesto contrário a Lei de Segurança Nacional, afirmando que esta

Pelo critério elástico de suas prescrições e a pretexto de robustecer o princípio de autoridade, essa lei se destina a oprimir e rechassar o Brasil que trabalha, sofre e pensa, para satisfazer os setores da plutocracia nacional e estrangeira, interessados em negócios secretos, empréstimos e monopólios. E ao mesmo tempo sustentar essa política de truques, confusões, inferioridade industrial e atuação demagógica na vida econômica do país. (TRECHO DO MANIFESTO apud SYLVESTRE, 1993, p. 222).

Entretanto, havia aqueles, como por exemplo Duarte Lima, líder da bancada do governo na Assembleia Legislativa paraibana, que defendiam e apontavam a necessidade de se criar algum mecanismo que refreasse o avanço do comunismo e as ameaças a ordem e a nação, alegando que em países mais avançados, já existiam leis de segurança com o intuito da que era criada no Brasil: “*nenhum governo do mundo se mantém sem leis que garantam a sua existência*” (LIMA apud SANTANA, 1999, p. 219). O próprio Deputado Estadual e membro da situação, Fernando Nóbrega, por mais que fosse favorável a Lei de Segurança Nacional dizia ter uma certa restrição para com a LSN, pois via esta como “vaga e imprecisa”, oferecendo assim o risco de se fazer interpretações perigosas a partir desta, o que acarretaria em uma anulação das conquistas jurídicas no Brasil, sendo necessária à sua reformulação¹¹².

Em 28 de março de 1935 a LSN foi aprovada¹¹³ e juntamente com ela se deu a instalação de um tribunal excepcional: o *Tribunal de Segurança Nacional*, que inicialmente tinha como função, apenas, apurar e julgar crimes de “subversão”, mas que se tornou um órgão permanente depois do golpe do Estado Novo¹¹⁴.

A LSN dava plenos poderes ao governo de intervir nos sindicatos, o que ocasionou uma série de invasões e depredações das sedes, além de prisões (GOMES, 2005, p. 176). Essa situação piorou gravemente com a tentativa – fracassada - de tomada de poder pelos comunistas, em novembro desse mesmo ano.

A lei de segurança nacional e o fracasso da ANL (fechada em julho de 1935), seguidos do episódio da liquidação do levante conhecido como Intentona Comunista (novembro de 1935), tornaram a repressão implacável e a

¹¹² Anais da Assembleia Legislativa, fevereiro de 1935, p. 53.

¹¹³ O órgão oficial do Estado, *A União*, em sua edição de 04 de abril de 1935, publicou na íntegra as diretrizes da nova lei de segurança.

¹¹⁴ Ver FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

manutenção de qualquer tipo de resistência impossível. (GOMES, 2005, p. 177).

A *Intentona Comunista*, como já vimos, serviu, apenas, de pretexto para convencer o Congresso Nacional de que se não fossem colocadas em prática medidas incisivas, como o progressivo fechamento do regime, para refrear a “bolchevização”, o país oferecia grandes riscos de aderir ao *credo extremista de Moscou*. O comunismo visto como um perigo real e ameaça social, tinha que ser combatido de forma prioritária, o que acarretou as decretações de *estados de sítio e de guerra*, ininterruptamente, até 1937.

No intuito de evitar que as classes menos favorecidas se deixassem levar pelas ideias de *subversão* da ordem, o governo brasileiro procurou manter os trabalhadores sob controle. Dessa forma, podemos afirmar que a partir de 1935 se estabeleceu uma nova lógica na relação do Estado com os trabalhadores.

A *questão social*, alçada a categoria de “*problema de segurança nacional*” se tornou prioridade no Governo Vargas, o que levou a neutralização de possíveis focos de oposição, ao passo em que ia se descortinando o *pacto social* estabelecido, onde o Estado concedia benefícios e os trabalhadores, em troca, ofereciam a sua obediência política. Todavia, vale salientar que estes conheciam os atores políticos em cena e tinham consciência do papel que lhes cabia nessa nova conjuntura. “*O trabalhador almejava estes novos direitos e por isso concordou em aderir politicamente ao regime.*” (GOMES, 2005, p. 179).

Na Paraíba, esse ano emblemático (1935), marcou também o início da derrocada de uma ação mais efetiva por parte dos trabalhadores operários da capital, que vinha sendo colocada em prática desde 1930, e que consistia na mobilização de classe. Isso só foi possível porque além da postura repressiva adotada pelo governo paraibano, as condições sociais, políticas e ideológicas tornavam possíveis a aceitação do projeto político em vigor. O conjunto de obras contra as secas, o culto a memória de João Pessoa e as leis trabalhistas, serviam como ferramentas de convencimento, ao mesmo tempo em que transformava o Estado em um órgão “protetor” dos menos favorecidos, assegurando assim, o controle da máquina estatal sobre os trabalhadores paraibanos, que passaram a depositar sua fé no novo chefe do executivo estadual.

O povo da Parahyba, representado pelas suas classes, promoverá hoje grande manifestação de caracter popular ao governador Argemiro de Figueiredo como prova do regosijo publico pela investidura do distinguido conterrâneo na suprema magistratura do Estado.

Tomarão parte nessa homenagem elementos de todos os bairros da cidade, como também de Gramame, Cabedello e Santa Rita...

Nessa homenagem ao novo chefe do governo parahybano, além de muitas outras associações, se farão representar as seguintes, pelas comissões abaixo:

Sociedade Mechanica, Centro Político Operário, Habitantes de Barreiras, Centro de Trabalhadores, Comissão do São Bento. (A *UNIÃO*, janeiro de 1935, p. 3).

Os trabalhadores paraibanos, iludidos com as promessas de campanha e com os instrumentos de persuasão dos quais o Estado era dotado, esperavam uma política de tolerância e amizade por parte do novo governador, o que infelizmente não veio a acontecer, visto que *“Até 1934, a relação entre as representações da classe trabalhadora e a interventoria eram amistosas tornando-se tensas e até mesmo hostis a partir de então.”* (GURJÃO, 1994, p. 150).

As greves e movimentos paredistas que ocorreram entre julho de 1934 e outubro de 1935, não eram vistas como uma verdadeira ameaça à ordem vigente. Embora desagradasse os empregadores, esses movimentos não pareciam ir muito mais além do que uma simples manifestação pela luta de direitos, e que acabaria não levando a nada. No entanto, a partir de novembro de 1935, contando com uma maior organização, os trabalhadores paraibanos despertam grande apreensão não só nos donos das empresas em que trabalhavam, como também no governo.

Até então, os movimentos grevistas eram tratados com certa tranquilidade. A imprensa não manifestava apreensão, nem falava em repressão por parte do Estado. Entretanto, em novembro o tom das notas demonstra que há apreensão e até mesmo temor. O movimento é anunciado como “sério”. (GURJÃO, 1994, p. 157).

As greves que se iniciaram no dia 04 de novembro, com a participação dos operários da empresa Great Western, no estado vizinho, Pernambuco, rapidamente se ramificou na Paraíba, e contou com a participação dos trabalhadores da construção civil, das fábricas de cigarro, dos telefonistas¹¹⁵, dos estivadores e operários da indústria imobiliária¹¹⁶, tendo a polícia sido acionada para evitar que elementos causadores da desordem originassem algum tipo de atrito.

A publicação do dia 06 de novembro do órgão oficial do Estado, A União, trazia uma manchete em primeira página intitulada “O movimento grevista”. Nessa reportagem, o jornal noticiava que no dia anterior, representantes do comércio foram recebidos no Palácio da Redenção pelo governador Argemiro de Figueiredo. Esses homens cobravam uma postura do

¹¹⁵ A *União*, 5 de novembro de 1935.

¹¹⁶ Ver Eliete Gurjão, 1994, p. 158.

governador a fim de restabelecer a “ordem” e pôr fim aos movimentos grevistas que incidiam sobre a capital

O sr. Governador respondeu vivamente, declarando que essas garantias se impunham à autoridade; que acatava o direito dos operários de reclamar e discutir seus interesses, condemnando, porém, as pretensões que tivessem um caracter inoportuno e exagerado;

...e quanto á questão da ordem s. exc. afirmou que o govêrno, por seus agentes competentes, empregaria os meios, mesmo os mais enérgicos, para mantel-a em toda linha. (A *UNIÃO*, 06 de novembro de 1935, p. 01).

A *União*, também noticiava que nesse mesmo dia, um pouco mais tarde, uma comissão de operários também se encontrou com o chefe do executivo paraibano para discutir a sua situação, esperando contar com o apoio e a compreensão do governador. Todavia, Argemiro de Figueiredo, que já havia se comprometido com os empregadores, alegou que “*estrANHou que elementos já beneficiados pelo reconhecimento dos patrões entrassem concorrendo para a perturbação do rythmo do trabalho.*” (p. 01), aconselhando que estes encaminhassem suas reivindicações (dentro dos moldes da lei), aos seus respectivos empregadores, “*procurando o equilíbrio indispensável entre capital e trabalho, isolando-se de elementos perturbadores da ordem que á autoridade cumpria combater.*” (p. 01).

As greves e todos os movimentos dessa natureza eram atribuídos a “ousadia” de elementos subversivos que se encontravam infiltrados entre os trabalhadores paraibanos, instigando as rivalidades e a desordem. Por isso, o anticomunismo existente na Paraíba desde o século XIX (CAVALCANTE NETO, 2013, p. 142), se fez sentir ainda mais forte nesse período. O jornal da Arquidiocese paraibana ajudava, juntamente com o órgão oficial do Estado, a incutir na mente da população uma “ameaça comunista” permanente e que se utilizava da boa-fé do trabalhador, para pôr em prática os seus planos *nefastos* de subversão.

Dessa forma, as publicações do jornal *A Imprensa* se colocavam contrárias ao movimento grevista, aconselhando os trabalhadores a terminarem a greve, que servia apenas aos interesses dos agitadores e causadores da desagregação familiar, e da desordem que se utilizavam da ignorância do povo, para incendiar a fogueira social que a todo tempo queriam ascender¹¹⁷.

Comparando os comunistas a aves de rapina, o jornal arquidiocesano afirmava que graças ao movimento grevista, a tranquilidade da família paraibana estava sob ameaça, e que

¹¹⁷ *A Imprensa*, 08 de novembro de 1935, p. 01 e 05.

sendo o trabalhador paraibano um homem bom e honesto, sem capacidade nem de lutar de forma coerente por seus próprios direitos, acabava servindo como massa de manobra aos *extremistas*, afirmando que: “*A tática dos comunistas foi sempre esta: provocar a intranquilidade em primeiro lugar, depois, de insustentabilidade pelas greves gerais para no momento azado, aparecer o golpe ‘armado’*”. (A IMPRENSA, 09 de novembro de 1935, p. 01).

Em meio a esse clima conturbado, se consolidou a aliança entre Estado, Igreja e oligarquias para desmobilizar por completo as organizações de operários. A Igreja procurava demonstrar a imagem positiva do trabalhador paraibano, enquanto que o governo preferia proferir acusações e ameaças, quanto o possível uso dos elementos de que lhe dotava a Lei de Segurança Nacional. Já às várias facções oligárquicas cabia o papel de aplaudir vigorosamente a repressão e violência desencadeadas pelo governador Argemiro de Figueiredo sobre os trabalhadores paraibanos.

No dia 10 de novembro era anunciada o fim das greves e dos movimentos paredistas. Uma comissão de operários liderada pelo advogado João Santa Cruz¹¹⁸ foi recebida pelo Secretário do Interior e Segurança Pública, dr. José Mariz, onde se estabeleceu o consenso de que mediante as negociações que tinham sido estabelecidas entre patrões e empregados, no que se referia a questão de salários e outras reivindicações, uma vez sanada, os trabalhadores podiam voltar a desenvolver as suas atividades de maneira normal a partir do dia seguinte. Entretanto, é mister observar que aqueles operários que participaram do movimento de forma mais proeminente foram perseguidos e demitidos¹¹⁹, uma vez que:

O governo Argemiro de Figueiredo que não exercera nenhuma intermediação junto aos patrões no sentido do cumprimento da legislação trabalhista em vigor, no entanto, levou a efeito severa fiscalização e violenta repressão sobre os trabalhadores desde os movimentos grevistas de 1935. (GURJÃO, 1994, p. 163).

Com as tentativas de levante comunista em novembro desse mesmo ano, e já referidas anteriormente¹²⁰, pudemos perceber, através da análise do jornal oficial do Estado, uma progressiva aproximação da classe trabalhadora com o governo. Após as prisões dos envolvidos

¹¹⁸ A quem já nos reportamos neste trabalho. A esse respeito ver o tópico 2.1 desta dissertação.

¹¹⁹ Vários operários da Great Western foram sumariamente demitidos após o ocorrido. Ver Eliete Gurjão, 1994, p. 163. O próprio João Santa Cruz foi duramente perseguido por Argemiro de Figueiredo, uma vez que este “não deixava ele trabalhar. Mandava o delegado chamar as partes para obriga-las a desistir do advogado Santa Cruz. Por este motivo, ele decidiu ir advogar de graça em Santa Rita, para poder voltar à advocacia na Capital”. (ENTREVISTA DE ADA LEMOS SANTA CRUZ apud BARBOSA, 1985, p. 182)

¹²⁰ Ver tópico 2.1 deste capítulo.

nos acontecimentos de novembro de 1935, muitos trabalhadores se apressaram em tornar público a sua posição contrária a respeito do movimento.

(...) é a maior das calúnias que só servem para os réptil. (...) Si decerem que eu fi parti da Aliança N. L. é verdadi mais enquanto era um partido legal. (...) Si decerem que eu fiz parti da legenda Trabalhador, Vota em Ti Mesmo é verdade, pois era um partido tão legar como outro qualquer. (*A Imprensa*, 13 fev.1936)¹²¹.

Sendo assim, é possível perceber o estabelecimento de uma relação “amistosa” entre trabalhadores e governo paraibano, que se pautava na negociação, de forma que, a partir de 1936, a classe trabalhadora se vendo amordaçada e impotente diante dos arranjos políticos que se deram a partir de então,

Procurou aproximar-se do governo indo ao palácio prestar-lhe congratulações pela “vitoria da legalidade”, recepcionando-o quando do seu regresso da capital federal, tomando-o como patrono de seu núcleo político, elegendo-o governador de honra de sua instituição e entregando-lhe diploma de sócio benemérito. (CAVALCANTE NETO, 2013, p. 234 e 235).

A *União* explorava a ideia de que havia uma homogeneidade de pensamento e de interesses entre as classes trabalhadoras e governador da Paraíba, uma vez que ambos defendiam e desejavam a mesma coisa: a continuação do regime e os ideais democráticos. Em publicação do dia 08 de janeiro de 1936, sob o título: O GOVÊRNO E O PROLETARIADO PARAHYBANO, o jornal noticiava uma espontânea e grandiosa manifestação dos trabalhadores ao chefe do executivo.

Todos os operarios parahybanos, por seus órgãos mais representativos, que directamente refletem as suas tendencias na sociedade conterranea, expressaram ao sr. Governador Argemiro Figueirêdo a melhor homenagem que podia ser prestada a um homem publico, quando essa homenagem reúne um nobre sentimento de gratidão e uma prova inilludivel de solidariedade. Cercado, assim, do apoio das classes operarias de nossa terra, o Governo continuará no seu programa de interesse colectivo, orientação que só pode ser digna de um governo escolhido e desejado pelo povo. (*A União*, 08 janeiro, 1936, p. 01).

Entretanto, por mais que uma parte considerável dos trabalhadores paraibanos tivesse se deixado cooptar pelo projeto político argemirista, não podemos afirmar que todos os trabalhadores se aliaram ao grupo dominante, visto que, as associações citadas pelo órgão

¹²¹ Carta de Francisco Xavier da Silva, o Parú, que demonstrava indignação ao ver seu nome envolvido no movimento subversivo. Ver Faustino Teatino Cavalcante Neto, 2013, p. 234.

oficial não correspondem a maioria do proletário paraibano (CAVALCANTE NETO, 2013, p. 235).

No campo a situação não era muito mais fácil. Vinculados aos grandes chefes oligarcas, os trabalhadores rurais viviam ainda sob a ameaça mandonista dos coronéis, a quem deviam favores. Não sendo “agraciados” com a legislação trabalhista, esses homens e mulheres estavam sujeitos “...as cóleras brutescas dos chefes, dos coronéis, do feudalismo truculento que não morreu nos sertões. ” (AMÉRICO apud GURJÃO, 1994, p. 145).

A questão da divisão e demarcação de terras, uma das bandeiras levantadas pela *Revolução de 30*, logo foi esquecida e deixada de lado. Em seu lugar permanecia o domínio do latifúndio e dentro dele o poder incontestado dos coronéis. Quando em maio de 1935, a proposta de divisão de terras foi levada pelo deputado oposicionista ao governo, Fernando Pessoa, a apreciação na Assembleia Legislativa, gerou uma série de protestos e discussões por parte dos deputados situacionistas, que acreditavam ser tal emenda um atentado ao direito da propriedade privada (SANTANA, 1999, p.214). Em artigo publicado pelo jornal do Recife, *Diário da Manhã*, Osias Gomes¹²², escreveu “O Intangível Latifúndio”:

Não se deram conta os nobres deputados paraibanos, de que a divisão, em vez de aniquilar o condomínio, o fortalece sob bases mais sólidas, dada a existência da cooperação agrícola...

Quanto à defesa do latifúndio, para que ele se conserve como o intangível fator de pauperismo, estiolando as populações agrárias, entrave maior ao desabrochar das nossas implícitas possibilidades econômicas – o episódio nos faz recuar melancolicamente uns cinquenta anos, pelo menos, ao sombrio passado.

É incrível que esse espantinho da moderna estrutura econômica ainda seja erguido como totem de salvação coletiva, quando fora a própria revolução que se comprometera combatê-lo num dos seus pontos programáticos. (GOMES apud SANTANA, 1994, p.215).

Dessa forma, podemos entender que a assistência prestada aos trabalhadores do campo se dava somente através da implantação das obras contra as secas, que mais beneficiavam os próprios latifundiários do que os homens pobres da zona rural, visto que a maior parte dos açudes construídos se localizavam dentro de propriedades privadas, o que tornava a vida ainda mais difícil. A relação com o coronel era de total dependência pessoal e submissão.

¹²² Bacharel em direito, Osias Gomes foi assessor do ex-presidente da Paraíba, João Pessoa, e integrou a legenda “Trabalhador Vota em Ti mesmo. Durante o período de governo de João Pessoa, Osias Gomes foi o diretor do jornal *A União*. Ver Martha Santana (1999) e Luciano Aires (2015).

Para o homem do campo não há hospitais, nem ambulatorios; não existem legislação social, nem leis de férias e acidentes, nem caixas de pensões e aposentadorias e o Estado quase só o conhece através do fisco e da polícia. (NÓBREGA apud SANTANA, 1999, p. 221).

Diferentemente do que acontecia nas cidades, onde o proletariado era contemplado com as “benesses” do governo, o meio rural permaneceu abandonado por um bom tempo (GURJÃO, 1994, p. 146), sem que o Estado levasse a sério de fato uma regulamentação dos direitos do homem do campo. Isso acarretava um forte desequilíbrio populacional, pois sem condições de sobreviver no meio rural, os trabalhadores do campo migravam para as cidades em busca de melhores condições de vida.

A não aplicação da legislação social ao campo era identificada como uma das causas do êxodo rural, uma vez que o trabalhador do campo via-se ignorado e desamparado, posto à margem das preocupações dos dirigentes do país. Sem educação e saúde, sem transporte e crédito, sem possibilidade de uma atividade rendosa, acabavam ficando no campo apenas aqueles que não conseguiam migrar. (GOMES, 1982, p. 163).

Uma das saídas encontradas pelo Estado Novo foi o esforço em ocupar as terras no interior do Brasil, de forma orientada e segura, com pretensões de fixar os trabalhadores do campo à terra, conscientizando-os de que a agricultura e os trabalhos desenvolvidos nesse espaço eram de fundamental importância para a dinâmica dos centros urbanos brasileiros.

Em 1939 as bases de estudo para uma futura *legislação social* com vistas de beneficiar o homem do campo foram estabelecidas, tais como a lei de sindicalização rural e a extensão do salário mínimo (GOMES, 1982, 163). O governo precisava agir através de um conjunto de medidas que visassem melhorar a condição de vida nessas regiões, investindo nas áreas de transporte, concessão de crédito, saneamento e etc.. Dessa forma, o Estado pretendia acabar com três problemas de forma progressiva. Incentivando e concedendo mecanismos para a fixação do homem à terra, assegurando condições para o trabalhador, acabava resolvendo os problemas de desequilíbrio entre o meio rural e urbano, provocados pelo êxodo rural; ao passo que atraía a mão de obra imigrante¹²³ – considerada um problema nas cidades, pois eram vistos como geradores de desordem política e desagregação social – para o campo, estimulando assim

¹²³ A Constituição de 1934 através do art. 121 já demandava um maior controle sobre a política de imigração (CARNEIRO, 2001, p. 64). No Estado Novo, uma série de leis e decretos ainda mais restritivas foram colocadas em prática, como por exemplo as leis de banimento para estrangeiros considerados “indesejáveis”, originando assim uma espécie de “higienização social”. Ver CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Os arquivos da polícia política brasileira: intolerância, repressão e resistência. In. **Presos políticos e perseguidos estrangeiros na Era Vargas**. VIANNA, Marly de Almeida Gomes; SILVA, Érica Sarmiento da; GONÇALVES, Leandro Pereira (orgs.). – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2014.

a ocupação e colonização de grandes áreas do território, que ainda permaneciam desocupadas, como por exemplo a região Amazônica.

Para resolver o problema do êxodo rural na Paraíba, Argemiro de Figueiredo deu início a construção de Escolas Rurais, que passariam a qualificar o trabalhador do campo, gerando renda para o estado, e promovendo a fixação destes no campo, a fim de atender e enquadrar esses trabalhadores na nova lógica do processo industrial pelo qual passava o país¹²⁴. Todavia, os programas educacionais voltados ao homem do campo, consistiam unicamente em torna-lo capacitado para as atividades exigidas no setor agrícola, passando muito longe do tipo de conhecimento necessário para a formação de uma consciência política que fosse capaz de criar expectativas de mudança sobre a realidade desses indivíduos.

Uma notícia publicada no jornal maçônico *A Ordem* demonstrava a insatisfação de uma professora ao dizer que “*não se pode fazer ensino rural debaixo da feitoria dos latifúndios.*” (GURJÃO, 1994, p.152). De acordo com a fala da professora, podemos inferir que os homens do campo, sob as vistas do coronel, eram ensinados a ser um bom cidadão, a trabalhar e a produzir mais, pois somente assim ele estaria integrado totalmente a sociedade em que vivia.

Dessa forma, o discurso de modernização que já se fazia presente na cidade alcançou o meio rural paraibano através da dinamização e o incentivo da policultura, que além de gerar lucros para a economia do estado, buscava também livrar os paraibanos das épocas instáveis (fosse pelo clima ou pelo mercado), gerando emprego para aqueles trabalhadores que se dispusessem a ser ensinados de acordo com as técnicas modernas que eram implementadas, fazendo com que estes se mantivessem fixos no campo e sob a tutela do dono das terras para quem trabalhavam e se filiando aos núcleos cooperativistas.

Dividida em 12 inspetorias chefiadas por agrônomos, a Paraíba avançou na diversificação da agricultura com “*um plano audacioso de renovação*”¹²⁵, que procurou levar o estado a alcançar um nível de desenvolvimento econômico jamais visto, figurando como destaque dentre as várias obras do governo Argemiro de Figueiredo:

Mas, tudo isso é pouco, ante a significação de uma outra obra em que terei de seguir ininterruptamente, obra que não impressiona à primeira vista porque

¹²⁴ De acordo com Eliete Gurjão “Tratava-se, assim, de uma fase de transição em que os mecanismos de acumulação foram redefinidos, promovendo-se a redistribuição nacional do trabalho e a concentração/centralização do capital no Sudeste sob a égide do Estado nacional. (GURJÃO, 1994, p.120.).

¹²⁵ Álbum 5 anos de Governo – reportagem das festas do quinto aniversário do Governo Argemiro de Figueiredo e uma síntese das suas impressionantes realizações sociais e econômicas que renovaram inteiramente a paisagem paraibana, 1940, p. 57.

não é de fachada, porém que atende aos dictames do mais acendrado patriotismo, porque diz fundamentalmente ao bem, à felicidade do povo, à grandeza da Parahyba e do Brasil. Refiro-me aos trabalhos de soerguimento econômico do Estado em que tanto se vinham empenhando também os govêrnos anteriores, pelo fomento de culturas apropriadas a cada região, pela mechanização da lavoura, pela educação do camponês e sua organização em núcleos cooperativistas; pelo auxilio que o Estado lhes dá, em machinas e technicos, para o preparo da terra e beneficiamento do producto, e pela instituição e disseminação do verdadeiro credito rural¹²⁶. (FIGUEIREDO, 1936, p. 07).

Sob a propaganda governamental, que tinha uma secção especifica e regular no órgão oficial do Estado, jornal *A União*, intitulada *Parahyba Rural*, as atividades agrícolas procuravam mascarar a situação de penúria e humilhação a que viviam submetidos os trabalhadores do campo, procurando através do discurso modernizador inculcar na mentalidade dos paraibanos que existia harmonia e paz do sertão ao litoral, entre as classes trabalhadoras. Não havendo assim discórdias, magoas ou até mesmo desentendimentos de qualquer tipo.

Entretanto, a modernização do campo beneficiava apenas os donos de terra e se resumia as imagens que eram incorporadas aos jornais da época. Na verdade, “*Os camponeses praticamente não colhiam nenhum fruto desse progresso e, quando tiravam algum proveito, era uma fatia ínfima perante os maiores dividendos acumulados pelas oligarquias rurais.*” (AIRES, 2015, p. 101 e 102). Situação essa que permaneceu quase inalterada durante a interventoria argemirista, como veremos no tópico a seguir.

2.4. Os trabalhadores paraibanos e a lógica contratual com a interventoria argemirista (1937 – 1940)

O Estado Autoritário que vinha se montando no Brasil desde 1930 e que desembocou em uma ditadura a partir de 1937, servia para “resguardar” a democracia brasileira, ou pelo menos essa era a visão de seus ideólogos. Ou seja, a medida que essa se tornava cada vez mais “ameaçada”, mais se fortaleciam os elementos antidemocráticos, que caracterizavam o Estado Novo.

Por isso, todas as restrições que passaram a vigorar a partir do novo regime foram encaradas como necessárias e, de acordo com os intelectuais que forneceram as bases

¹²⁶ Trecho da mensagem lida por Argemiro de Figueiredo, por ocasião do primeiro aniversário de seu governo, irradiada pela PRA-8 de Recife, em 26 de janeiro de 1936.

ideológicas para a legitimação do Estado Novo, no Brasil acabava de ser inaugurada uma nova forma de democracia graças a nova Constituição, uma vez que,

Com ella, temos um Estado forte em bases democráticas porque a Democracia não se reduz a um systema representativo precário, a velhas fórmulas de vã demagogia, podendo perfeitamente evoluir para uma concepção mais positiva e efficiente da arte de governar e realizar a grandeza e a prosperidade de uma nação. (A *UNIÃO*, 17 de novembro de 1937, p. 08)¹²⁷.

Essa nova democracia preconizada pelo Estado Novo tinha como preocupação maior, transformar o Brasil em um Estado Moderno e mais *humanizado*, o que exigiria uma maior participação do governo na vida de seu povo. A forma encontrada para isso foi uma “‘*reabilitação*’ do papel e do lugar do trabalhador nacional” (GOMES, 1982, p. 151), pois a *questão social* brasileira, motivo de atraso e impedimento para o desenvolvimento do país, preterida em outros governos, agora seria prioridade.

Assim pode-se afirmar que o novo regime pretendia não apenas atribuir uma nova significação ao conceito de democracia, mas criar também a ideia de um “*homem novo brasileiro*”, que vinculado a essa revalorização do trabalho – visto como atividade central da vida de todo homem – estivesse inserido na sociedade, gerando riqueza e ajudando no progresso do país, bem como realizando-se enquanto cidadão, pois o trabalho havia se tornado a única forma de dignificação.

A *dignificação do trabalho* desnudava o seu conteúdo negativo, fazendo com que o *novo homem brasileiro*, criado pelo Estado Novo, só pudesse estar ligado a sociedade em que vivia, caso tivesse a consciência de que o seu trabalho era de essencial importância para o desenvolvimento do progresso e da civilização, pois o trabalho para Vargas não consistia apenas em um meio de desenvolver a economia brasileira, mas também de “servir a pátria”.

O trabalhador foi se tornando assim o “herói nacional”, que tutelado pelo Estado conseguia através do seu trabalho, edificar a nação, melhorar o padrão de vida e repassar os valores da *democracia social* brasileira para os seus descendentes que continuariam dando orgulho ao país.

Para assegurar o apoio dos trabalhadores ao projeto político vigente, o governo teve que conceder leis que favorecessem os interesses das classes subalternas, criando assim uma lógica

¹²⁷ Matéria do Jornal *A União*, intitulada “Democracia e Estado Forte”.

sindicatos foram se tornando, progressivamente, arenas de disputa entre os comunistas e as forças do governo.

Na Paraíba, Argemiro de Figueiredo aliava cooptação à perseguição daqueles trabalhadores mais politizados, destinando sobre estes a face mais repressiva e violenta da máquina estatal. O sindicalismo na Paraíba, estimulado por Figueiredo procurava atrair e manter os trabalhadores sob o olhar vigilante do Estado, e para isso contava com o empenho da *União dos Trabalhadores Sindicalizados da Paraíba*, que comandada pelo deputado Miguel Bastos, procurava levar os trabalhadores paraibanos para a ótica do Estado (AIRES, 2015, p. 222).

Animados desse proposito o seu presidente, Miguel Bastos, está enviando circulares a todas associações profissionais de empregados da Parahyba, exortando-as ao exercício da proveitosa actividade syndical assegurada pelo Ministério do Trabalho, e convidando-as a trazer á “União Geral” a sua adesão. (A *UNIÃO*, 03 de junho de 1937, p. 05).

Entretanto, os sindicatos criados como órgãos (técnicos/representativos) para servirem como um interlocutor da vontade do povo, cabendo a estes agirem como espaço de *democracia direta*¹³², tornaram-se meros coadjuvantes a serviço do governo, principalmente após a *Intentona Comunista* e a implantação do Estado Novo. Na Paraíba,

O golpe de 1937 aniquilava os atores que buscavam uma atuação sindical autônoma e o discurso governamental procurava incutir que possuía o apoio irrestrito e unívoco do operariado paraibano. Seguindo os passos do Ministério do Trabalho, naquele momento sob o comando de Waldemar Falcão¹³³, Argemiro acentuava o discurso do trabalhismo. (AIRES, 2015, p. 222).

Uma vez tutelados pelo Estado, os sindicatos se tornavam órgãos públicos que dispunham sobre o bem-estar e os interesses dos trabalhadores, se isentando das questões políticas, que ficaram sob o domínio do governo central, visto a “falta de capacidade política” da classe trabalhadora. Entretanto, era através desses espaços que o Estado Novo conseguia imbuir na mentalidade coletiva a legitimação simbólica para o seu projeto político (GOMES, 2005, p. 209), uma vez que somente filiado a estes, é que se era possível ter acesso aos benefícios.

O corporativismo vinculava os *sindicatos* ao Estado para controla-los, e por essa via, os trabalhadores representados por eles, que ao serem enquadrados

¹³² Ideia preconizada por Oliveira Vianna em *O Idealismo da Constituição*, 1939.

¹³³ Waldemar Falcão, advogado e bacharel em direito, foi nomeado Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio após o golpe do Estado Novo, permanecendo nessa pasta até 1941. Ver http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/valdemar_falcao acesso em 22/05/2017.

nas categorias profissionais oficialmente reconhecidas, ganhavam formalmente acesso aos direitos trabalhistas e sociais. (CARDOSO, 2007, p. 116).

Um segundo fator, além do controle sobre os sindicatos, que tornou possível a Ditadura foi o medo do “vírus bolchevista”¹³⁴ que facilitou a dissolução das instituições democráticas e dos partidos políticos que acabaram sendo extintos, passando assim, a não se ter mais “intermediários” entre o Estado e o Povo – ou pelo menos essa foi a ideia preconizada pela Ditadura que vinha sendo gestada desde 1930 -, o que ocasionou um “*intenso controle político, social e cultural e ... cerceamento das liberdades em muitos planos.*” (CAPELATO, 2003, p. 113).

Entretanto, mesmo antes do golpe, na Paraíba, já se tinha toda uma estrutura repressora bem montada pela máquina estatal a fim de controlar em todos os aspectos os trabalhadores. A *Comissão Nacional de Propaganda Contra o Comunismo* montada no Estado, cobrava que todos os sindicatos, centros comerciais e indústrias enviassem informações pertinentes de suas atividades, localidades e endereços, no prazo de cinco dias, para fazer um mapeamento e ter maior domínio sobre qualquer tipo de informação útil que ajudasse a manter as classes mais baixas longe da “ameaça vermelha”¹³⁵.

Sob orientação do Presidente da Comissão, o senhor Matheus de Oliveira, ficavam obrigados, todos esses estabelecimentos a fazerem uma eficaz propaganda contra o comunismo, esclarecendo aos seus trabalhadores o perigo que tal credo extremista representava a unidade nacional:

Em virtude das determinações da Comissão Superintendente do Estado de Guerra ficam obrigados todos os dirigentes de fábricas, oficinas, estabelecimentos industriais de qualquer espécie, organizações patronais, sociedades esportivas, trabalho intelectual ou material colectivo a iniciar hoje, as jornadas diárias com preleções curtas, mas incisivas, contra as ideias comunistas. (A *UNIÃO*, 26 de outubro de 1937, p. 01).

Além do controle ideológico colocado em prática a nível nacional, na Paraíba, a legislação trabalhista também agiu como forma de convencimento dos trabalhadores a se unirem ao projeto político em vigor. A Constituição de 1937 assegurava os direitos ao mesmo tempo em que “homogeneizava” os diferentes interesses da classe trabalhadora: *Os princípios consagrados na Constituição Federal para o direito operário garantem a harmonia das classes*

¹³⁴ A *União*, “NA VIGILÂNCIA DA ORDEM POLÍTICA E SOCIAL”, 26 de outubro de 1937, p. 01.

¹³⁵ A *União*, 22 de outubro de 1937, p. 01.

e a perfeita colaboração do capital com o trabalho para a prosperidade da nação. (A UNIÃO, 19 de janeiro de 1938, p. 01).

Percebe-se uma preocupação muito clara por parte da interventoria em implantar a lógica do Estado Novo na Paraíba. Nesse aspecto, Argemiro de Figueiredo a frente do Estado, articulado com o Ministério do Trabalho, e obedecendo a orientação do Ministro dessa pasta, Agamenon Magalhães¹³⁶, procurava estabelecer uma união geral de trabalhadores, que fossem sindicalizados, afim de dominar todos os espaços possíveis de resistência (AIRES, 2015, p. 212).

De fato, a cimentada união entre Estado e Igreja e o esforço mutuo com o intuito de desvirtuar a ideologia comunista, acarretou em uma desmobilização e falta de coordenação dos trabalhadores paraibanos. Por outro lado, de acordo com José Luciano Aires (2015), isso não significava dizer que a adesão ao projeto argemirista tenha se dado em totalidade, uma vez que, mesmo de formas esparsas, nos foi possível identificar resistências, como por exemplo a desconfiança dos trabalhadores da cidade de Rio Tinto, em relação a Inspetoria do Trabalho:

Rio Tinto, 10 – Do correspondente – Somente hontem é que os operários souberam que o inspetor do M. do Trabalho esteve aqui, fiscalizando. Tinha gente que contava receber as férias e fazer reclamação, mas, ninguém viu o homem que foi guiado pelo espírito do médium dr. Totinha Campello, o rapaz mais sabido de Rio Tinto, depois de Zé Gordo. O pessoal também não deu importância, porque já sabe que o coronel Frederico tem meios de não temer as leis elaboradas para proteger o operário. Toda vez que vem fiscal aqui, tudo “está em ordem” porque se houvesse de facto fiscalização, era serviço para oito dias. Hoje quando se fala em Ministério toma-se como pilhéria insôsa. Quando um operário mette-se a cavalo do cão, o nazista Schurz diz-lhe na cara: - vae a Parahyba e procura teu direito no Ministério do Miranda... Também na Bahia da Traição Chegaram notícias da ineficiência da inspetoria do Ministério, especialmente no que se relaciona a corte de lenha nas mattas dos índios. Tem um bom velho que toma conta do posto dos caboclos, mas este já está de guêla secca de pedir ao inspetor, que por sua vez não leva os factos ao conhecimento das autoridades militares a que estão (...) os serviços dos índios e a garantia de seus bens.

A proposito quando é que a I. Regional vem regularizar a questão dos 1.440 contos que os Ludgrem deve de férias aos seus operários? (A BATALHA, 1937 apud AIRES, 2015, p. 214 e 215).

¹³⁶ Agamenon Sérgio de Godói Magalhães, ocupou a pasta do Ministério do Trabalho, Industria e Comércio de 1934 a novembro de 1937, quando, foi nomeado interventor de Pernambuco, após o golpe do Estado Novo. Ver http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/agamenon_magalhaes acesso em 22/05/2017.

O próprio jornal *A Batalha*¹³⁷, pode-se dizer que se consistiu como um espaço de séria oposição e resistência ao projeto argemirista, durante o período em que esteve em funcionamento. Chamado de “jornal desabusado” pelo jornalista Josué Sylvestre, *A Batalha* demonstrou-se um forte combatente de Argemiro de Figueiredo e seus aliados. Identificado com os postulados e reivindicações das classes mais subalternas e se auto definindo como um “órgão dos trabalhadores e de interesses gerais”¹³⁸, “*não escondia a sua inspiração belicosa*” (SYLVESTRE, 1993, p. 209), sendo, um de seus diretores, o senhor Isidro Ayres, opositor ao chefe do executivo paraibano, alvo de perseguição, figurando entre as vítimas da repressão:

Certa noite, tendo saído muito tarde da redação, ao chegar perto da sua residência (proximidades da Garagem Grande, ponto avançado da então Rua das Areias, hoje Praça Félix Araújo), Isidro foi atacado por uma série de tiros que, felizmente não o atingiram. (SYLVESTRE, 1993, p. 211).

Como consequência do atentado que sofreu, o jornalista publicou uma manchete na qual fazia pesadas e azedas críticas a Argemiro de Figueiredo. Pela gravidade do tom que adotou em suas palavras, Isidro Ayres entendia que a sua permanência na Paraíba era inviável, por isso decidiu fugir para o estado do Ceará. Lá chegou a ser encarcerado por cerca de 48 horas, devido a um mandato de captura solicitado pelo Delegado Praxedes Pitanga, a Polícia cearense. Devido a amizade que tinha com o chefe de polícia do Ceará, conseguiu ser solto e de lá viajou para Minas Gerais¹³⁹. O jornal *A Batalha*, como tantos outros acabou sendo empastelado.

Como se pode perceber, o enfrentamento a interventoria não era mais um caminho que pudesse ser trilhado pelos trabalhadores e opositores de Argemiro de Figueiredo. Diante da nova conjuntura que se descortinava, os operários paraibanos mudaram de posição, procurando estabelecer uma *conciliação consciente*, e um entendimento maior com o interventor. Cientes do jogo político a qual estavam inseridos, esses homens/mulheres, procuraram avaliar a situação de uma maneira mais ampla, a fim de fazer uma leitura das escolhas, que naquele momento lhes parecessem possíveis dentro das possibilidades concretas ofertadas pelo novo regime (AIRES, 2015, p. 218).

¹³⁷ Fundando em Campina Grande, inicialmente por Mauro Luna e Arlindo Correia, passou a ser dirigido posteriormente por este último e Isidro Ayres, (ex-diretor de O Rebate). *A Batalha* era favorável a escolha de Argemiro de Figueiredo para o Governo do Estado. Ver *A Batalha*, 30 de janeiro de 1935. P. 01. Essa posição foi mudando ao longo dos anos devido a postura cada vez mais repressora, adotada pelo governo. Ver Josué Sylvestre, 1993.

¹³⁸ *A Batalha*, 28 de setembro de 1934, p. 01.

¹³⁹ Ver Josué Sylvestre, 1993, p. 211.

Diante da mudança de posicionamento por parte dos trabalhadores paraibanos, a postura do interventor também variou, chegando até mesmo a “um pequeno ensaio da ideologia trabalhista e do assistencialismo social” (AIRES, 2015, p. 218). É possível perceber uma maior aproximação por parte da interventoria ao povo, através das obras que eram edificadas com o intuito de “melhorar” e “beneficiar” os mais necessitados, imbuindo na mentalidade dos paraibanos, a imagem de um Estado protetor, paternalista e preocupado com o seu povo.

Dentre essas obras podemos salientar a construção do abrigo para menores, *Jesus de Nazaré*, que visava moldar a mentalidade dessas crianças de uma forma saudável, consciente e nacionalista¹⁴⁰, a fim de que se tornem cidadãos e a criação da Cozinha Dietética, que tinha por objetivo distribuir alimentos para ajudar na formação física das crianças paraibanas

A cosinha que é dirigida pela sra. Isaura Patrício, é um serviço complementar do Serviço de higiene das crianças, tendo uma importancia capital no combate à mortalidade infantil.

É portanto, um dos beneméritos empreendimentos do Govêrno atual que prova mais uma vez o seu grande interêsse pelos problêmas vitais do Estado. (REPORTAGEM DAS FESTAS AO 5º ANIVERSÁRIO DO GOVÊRNO ARGEMIRO DE FIGUEIREDO, 1940, p. 47).

No intuito de melhorar a condição de transporte público nas áreas mais periféricas da capital, o interventor “Notando a carência no serviço de transporte público, comprou, na Alemanha, bondes novos e modernos e recuperou os que estavam desgastados. (ARAÚJO, 2000, p.62), atendendo assim, demandas antigas dos trabalhadores que moravam nos setores mais distantes na capital.

Em março de 1938, o jornal *A União* trazia uma matéria de primeira página sob o título: “ÍNDICE DE POPULARIDADE E DO PRESTÍGIO DE QUE DESFRUTA, EM SUA TERRA, O INTERVENTOR PARAIBANO”. A matéria tinha sido extraída dos comentários elogiosos publicados por um outro jornal, o *Jornal do Comércio*, de Recife, e alegava que os motivos para a grande estima e admiração nutrida pelos paraibanos a seu interventor, era fruto,

Naturalmente, da maneira como se tem sabido conduzir, o ilustre homem público, à frente do govêrno do prospero e glorioso Estado nordestino.

Na realidade, tem sido assinalada, a administração do sr. Argemiro de Figueiredo, por uma série de iniciativas e realizações do mais vasto alcance e da mais larga significação para o desenvolvimento cultural, social e econômico da Paraíba. (*A UNIÃO*, 12 de março de 1938, p.01).

¹⁴⁰ *Revista Manaíra*, dezembro de 1939 apud AIRES, 2015, p. 218.

Em entrevista a um jornal do Rio de Janeiro, publicada pelo órgão oficial do Estado, quando de sua visita à capital federal, o prefeito de João Pessoa, Fernando Nóbrega, falava da situação de paz e pleno desenvolvimento vivida pelo estado paraibano, graças aos esforços do interventor Argemiro de Figueiredo, em colocar em prática a política Estado-novista e procurando manter asseguradas as garantias da classe trabalhadora: “*Na Paraíba não há pauperismo nem desemprego, que criam e aguçam a questão social. Ao contrário, há trabalho. Trabalho para todos.*” (A UNIÃO, 11 de outubro de 1938, p. 01).

Assim, nesse clima de estabilidade e relativa homogeneização dos interesses, os trabalhadores paraibanos foram conclamados mais uma vez para hipotecar publicamente o seu “apoio irrestrito” ao interventor¹⁴¹ e ao Estado Novo. Na reunião dos sindicatos, na 7ª Inspeção do Trabalho, chefiada por Dustan Miranda, para organizar as comemorações do primeiro aniversário do novo regime, o papel “preponderante” da classe operária foi lembrado, assim como os benefícios que vieram juntamente com a nova Carta Constitucional e era por esses direitos alcançados, que o inspetor regional do trabalho, convocava os trabalhadores, para demonstrar a sua gratidão.

Assim, na noite do dia 10 de novembro, os trabalhadores e empregados, tendo à frente a Bandeira Nacional e pavilhões sindicais, partirão às 19:30 da Praça do Trabalho¹⁴², onde se fará a concentração, e em grandiosa “marche aux flambeaux” virão à praça João Pessoa para, diante do sr. Interventor Federal interino, reafirmar num ato de fé patriótica, a sua plena solidariedade ao grande Chefe presidente Getúlio Vargas. (A UNIÃO, 08 de novembro de 1938, p. 03).

No segundo aniversário do Estado Novo, as festividades na Paraíba foram marcadas mais uma vez pela grande concentração popular que demonstrava a total integração ao projeto político vigente, e que acompanhou a inauguração de campos de basquetebol e voleibol, jogos e várias outras atividades programadas pelo governo, contando com o apoio de muitas autoridades também¹⁴³. Em discurso pronunciado ao microfone da Rádio Tabajara, o

¹⁴¹ Nesse momento, o Secretário de Interior e Justiça, José Mariz havia assumido como Interventor Federal interino, devido a uma viagem de Argemiro de Figueiredo à capital federal, onde esteve em conferência com os chefes de outros estados, autoridades e até mesmo com o próprio Getúlio Vargas. A União, 02 de outubro de 1938, p. 01.

¹⁴² A Praça do Trabalho, mais conhecida como “Praça da Pedra”, está localizada entre as ruas da República, São Miguel e Maciel Pinheiro, no centro da capital. Um enorme bloco de pedra foi colocado na praça, em 1931 em homenagem ao ex-presidente do estado, João Pessoa. O monolítico trazido da cidade de Bananeiras, teria sido o lugar de sombra onde o político paraibano teria descansado após o seu automóvel ter quebrado na estrada. Ver <http://martinhoalves.blogspot.com.br/2011/07/praca-da-pedra-praca-do-trabalho-em.html> acesso em 28 de maio de 2017. Para o historiador José Luciano Aires, a Praça do Trabalho se constituiu entre as décadas de 30 e 40, enquanto um lugar de resistência e “contrateatro dos trabalhadores paraibanos.” (AIRES, 2015, p. 211).

¹⁴³ A União, 11 de novembro de 1939, p. 01.

interventor incentivava os paraibanos a manterem a promessa de lealdade e refutar toda e qualquer “má influência”:

A Paraíba está feliz e quer trabalhar. Trabalhar e engrandecer-se moral e materialmente. Ela honrará sempre o seu passado de lealdade e de sacrifícios. E para honrá-lo, para continuar a se impôr a confiança à confiança da Nação e do seu insigne condutor, o presidente Getúlio Vargas, a Paraíba precisa premunir-se contra os maus elementos. Precisa eliminar dos quadros de sua vida pública os que possam um dia ferir o seu patrimônio de honra, fugindo a palavra empenhada, renegando o catecismo de nossa fé ou traindo a confiança. Isso deve ser para nós um dogma de civismo. A intolerância, filha dêsse dogma, há de honrar sempre e sempre a moral política de um povo. (A *UNIÃO*, 07 de dezembro de 1939, p. 01).

Em junho de 1940 acontecia as festividades ocasionados pelo primeiro aniversário do *Sindicato Centro dos Chauffeurs de João Pessoa*. O órgão oficial do Estado fez questão de publicar matéria intitulada: AS CLASSES TRABALHISTAS E O PODER PULICO. Nela, o jornal afirmava a mudança de vida da população mais pobre, ocasionada pelos “recém” criados direitos trabalhistas, e pela consciência que agora tinham, de seus deveres, o que os levava a prosperar e ser feliz, de forma que:

O que observamos na festa dos volantes paraibanos é o que se póde vêr em outras classes sindicalizadas, que se orientam firmemente dentro da legislação em vigôr, formando núcleos conscientes de colaboração com o Govêrno, cheios de entusiasmo pelo novo regime e plenamente conscientes do quanto vale o espírito de união, fraternidade e fé patriótica entre os homens do trabalho para maior grandeza do Brasil. (A *UNIÃO*, 19 de junho de 1940, p. 01).

Esse clima de estabilidade se estendeu também para o campo. Como vimos, a estrutura de relações paternalistas continuou firme mesmo após 1930. A *Revolução* não foi capaz de fornecer mecanismos para que os laços de clientelismo e mandonismo, principalmente no meio rural fossem rompidos e superados. Em suma, “o latifúndio continuou contrastando com a pequena e média propriedade” (AIRES, 2015, p. 190).

Todavia, pode se dizer, que por mais que essas relações entre latifundiários e trabalhadores do campo fossem assimétricas, existia um certo “equilíbrio de forças”, que se baseava em uma reciprocidade de obrigações e favores, uma vez que, esses indivíduos, assim como os operários das cidades, tinham consciência da posição que ocupavam, em um jogo de poder bastante desigual. Mesmo assim, sabiam fazer negociatas de forma a assegurar a sua

sobrevivência. E quando a negociação não surtia o efeito desejado, esses homens partiam para a resistência:

As populações pobres foram acumulando anos de experiência e impunham um certo temor às elites políticas e econômicas, vigiavam e cobravam suas obrigações paternalistas, e quando não negociavam, partiam para a resistência. (AIRES, 2015, p. 194).

Essas resistências, tais como saques, depredações, paralisações das obras contra as secas e etc. servem para nos mostrar que nem mesmo no meio rural o projeto argemirista se deu em totalidade, pois deixava espaço para a *contra hegemonia* da classe trabalhadora. E por mais que os jornais e imprensa da época, quisessem “apagar”, os vestígios desse antagonismo, procurando demonstrar uma imagem homogeneizada, a própria composição heterogênea dos moradores da área rural, compostos por meeiros, pequenos agricultores, vaqueiros, latifundiários e etc, deixava à mostra a complexidade das relações que se intercalavam entre momentos de conflitos e tensões, com períodos de relativa estabilidade.

De acordo com o que foi demonstrado até aqui, podemos entender que os trabalhadores paraibanos, tanto das cidades quanto do campo não aderiram ao argemirismo por sua “falta de consciência política”, por ignorância ou por serem “massa de manobra”. Pelo contrário, entendemos que, justamente por saberem ler bem o *jogo político das elites*, e por entender que dentre as alternativas apresentadas, a melhor escolha era a de manter negociações e uma relação amistosa para com a interventoria, os operários paraibanos evitaram entrar em choque com as forças do governo - o que poderia ter ocasionado uma repressão ainda mais violenta do que a que já era colocada em prática - , firmando assim, um acordo tácito entre o chefe do executivo paraibano e o povo, onde este primeiro era “forçado” a atender certas demandas, recebendo em troca a lealdade e o compromisso de adesão ao seu projeto político.

As iniciativas preconizadas pelo Estado Novo e desenvolvidas na Paraíba demonstravam o esforço que o governo fazia para criar um verdadeiro “Estado Nacional Trabalhista”¹⁴⁴, que abarcasse o cidadão/trabalhador brasileiro, sem fazer distinção entre aqueles que trabalhavam no campo ou nas cidades. Esses *homens novos*, reconhecidos pelos serviços que prestavam ao desenvolvimento do país, deixaram de ser vistos enquanto “máquinas de produção”, passando a ser “células vitais” do corpo da pátria brasileira (GOMES, 2005, p. 239).

¹⁴⁴ Ver Ângela de Castro Gomes, 2005, p. 238.

Capítulo 3 - A PROPAGANDA A SERVIÇO DO ESTADO - A INTERVENTORIA PARAIBANA DENTRO DA LÓGICA PROPAGANDISTICA DO ESTADO NOVO (1937-1940)

3.1. A formação da nação e o enquadramento da interventoria paraibana no Estado Novo

Diante do sucesso do golpe e da adesão de quase todos os estados brasileiros, somando-se a Paraíba, eventualmente, ao projeto varguista, a intenção agora era promover uma ideia de *sentimento nacional*, que levasse as pessoas a se identificarem com o novo regime, sem contestar as suas ações. Para pensar essa construção de nacionalismo no Brasil Estado-novista, nos basearemos nos conceitos postulados pelo historiador inglês Benedict Anderson, sendo estes: *comunidades imaginadas* e *capitalismo editorial*.

Para este autor, as nações são *comunidades imaginadas* pelo fato de que se cria uma relação de comunhão entre seus membros. Uma espécie de fraternidade, que só foi possível ser gerada a partir da derrocada dos *Antigos Regimes* e da *Igreja*. Tal movimento que marca a ascensão dos nacionalismos, que surge no século XVIII e ganha força no século seguinte, não substituiu de forma alguma a religião, mas baseava a sua essência nesta última, no que diz respeito a sua incontestabilidade, pois, assim como a ideia de religião era *infalível*, a de nação também o é, uma vez que “*se agora perdemos Deus, temos uma nação*” ¹⁴⁵ (ANDERSON, 2015).

Dessa forma, entendemos que, imbuído de apelo emocional, o nacionalismo se encontrava muito mais próximo da religião do que da ciência. Isso se devia ao fato de que tanto a nação quanto a religião eram sistemas culturais e que, portanto, precisavam de símbolos, de uma linguagem própria e uma população que se identificasse com os ideais propostos.

Todavia, ao contrário do que foi postulado por Eric Hobsbawm em *Nações e Nacionalismos*, nem sempre o sentimento nacional antecedia a nação. No caso do Brasil, o nacionalismo veio bem depois da formação da nação, derivando daí os problemas de insolidariedade, atraso e a inexistência de um povo, de acordo com Oliveira Vianna, ou seja, esse *sentimento nacional* ainda teria que ser gestado, construído e imaginado. E o que tornou essa construção ou *ideia imaginativa* possível, a partir de 1937 foi o que Anderson nomeou

¹⁴⁵ A época dos nacionalismos na Europa correspondia assim ao crepúsculo das interpretações e pensamentos religiosos. Ver ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo; tradução Denise Bottman. – São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

como “*camaradagem horizontal*”, ou seja, o Estado Novo passou a criar um ambiente em que por mais que houvesse diferenças sociais e níveis desiguais de exploração, no fundo se criava também uma espécie de fraternidade, que tornou possível a disposição das pessoas em matar e morrer pelo único amor à pátria. (ANDERSON, 2015, p. 34).

Para a elite intelectual brasileira, o nacionalismo só seria possível dentro de um Estado forte, centralizador e autoritário e por isso, esses letrados vão se empenhar em legitimar o novo regime. O sentimento nacional enquanto uma ideia imaginativa seria o responsável por unir a nação formando assim uma identidade nacional coletiva, a fim de “apagar” os conflitos internos e as diferenças. Convocados a abandonar as suas “*Torres de Marfim*”¹⁴⁶, esses homens investidos de um papel moral para com o Brasil, uma vez que eram dotados de uma consciência privilegiada, em detrimento dos desprovidos de conhecimento – considerados a maior parte da população – realizam uma simbiose entre intelectualidade e política (VELLOSO, 2003, p. 154), passando a colocar todas as expectativas sobre o projeto nacional e a formação da nacionalidade nas mãos de Getúlio Vargas, que desde 1930 agia como *salvador*¹⁴⁷, criando para si uma aura simbólica extremamente forte e que levou ao culto de sua personalidade.

A sua figura era associada ao ideal de nação, e a uma *falsa ideia*¹⁴⁸ de progresso, evolução e desenvolvimento necessários a transformação cultural, social e econômica do país. Tal projeto, delimitado por agentes governamentais que partilhavam dos mesmos costumes, tradições, ideologias e etc. constituíram-se enquanto um projeto com fins políticos. A identidade brasileira moldada sob o aspecto ditatorial escondia as especificidades culturais e as diversas variantes do território sob o apelo de um conjunto homogêneo, unido, que comungasse absolutamente dos mesmos propósitos independente de classe, credo, cor ou religião. A nação

¹⁴⁶ De acordo com Machado de Assis, os intelectuais deviam manter distância do mundo, para só assim poderem refletir sobre a realidade. No Estado Novo, essa intelectualidade passou a ser convocada, pelo próprio Getúlio Vargas para ajudar na missão de construção da nacionalidade, interagindo e se aproximando da sociedade a qual faziam parte. Ver VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política do Estado Novo. In. **O Brasil Republicano (vol. 2)**. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. FERREIRA, JORGE e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). – 2º ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

¹⁴⁷ Sobre o mito do salvador, ver GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. Tradução de Maria Lucia Machado. – São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

¹⁴⁸ Se levarmos em consideração os altos custos para a consolidação dessa modernização, a exemplo da suspensão de direitos, a repressão e o estabelecimento de uma ditadura. Tal processo acaba perdendo em pontos positivos, pois os negativos a nosso ver se sobressaem.

brasileira estava sendo forjada de maneira que se aboliam os individualismos em prol do coletivismo (AMARAL, 2002[1938]).

Motivado por esse ideal é que Getúlio Vargas aboliu os hinos e bandeiras estaduais, cerimonia simbólica, o que foi reproduzido em muitos estados, de forma que se acabasse de vez com os regionalismos. Na Paraíba, o Decreto nº 857¹⁴⁹ abolia qualquer símbolo, arma, hino, escudo que não fizesse menção a nacionalidade que estava sendo construída naquele momento. E nesse processo a imprensa teve um papel de extrema importância.

A enxurrada de notícias favoráveis ao chefe da nação e ao regime, somando-se ao controle dos meios de divulgação e propagação, que correspondiam ao que Benedict Anderson denominava como *capitalismo editorial*, fizeram com que as normas vigentes fossem mais facilmente endossadas pela população, pois os jornais e demais meios de imprensa a serviço do Estado autoritário que havia se montado no Brasil, incentivavam de forma “silenciosa” a adesão ao projeto político Varguista, ao mesmo tempo em que devido a sua abrangência, conseguia alcançar até o público mais “invisível”¹⁵⁰ (ANDERSON, 2015, p. 68).

Se ancorando firmemente ao poder da propaganda política, Getúlio Vargas seguiu o exemplo de grandes outros estadistas da época, a exemplo de Adolf Hitler e Benito Mussolini, se valendo de imagens e símbolos, afim de criar uma identificação do povo com o seu chefe. A criação do Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP –, em 1939 foi indispensável nesse sentido, uma vez que produzia cartazes, cartilhas, espetáculos, filmes curtos, livros, artigos e etc, com o intuito de estabelecer uma homogeneização de pensamento.

A propaganda, além de enaltecer a figura do líder e sua relação direta com as massas, demonstrava a preocupação do governo com a formação de uma identidade nacional coletiva. O sentimento de agregação e pertencimento foi muito valorizado através da associação entre Estado, Pátria, Nação e povo. (CAPELATO, 2003, p. 124).

Através de nossas pesquisas e análises pudemos constatar que Argemiro de Figueiredo dava a propaganda política, o mesmo grau de importância que Getúlio Vargas e por isso mesmo, muito antes da implantação do Estado Novo e da criação do DIP, vinha investido na imprensa.

¹⁴⁹ Decreto de 29 de novembro de 1937, Livro de Leis e Decretos, p. 103. Em seus discursos a partir de então, Argemiro de Figueiredo procurava deixar claro a total integração da Paraíba ao plano nacional, e sua aversão aos sentimentos regionalistas, pois prezava por uma nação unida e forte como diz em discurso publicado pelo jornal *A União*, ao se referir a implantação do Estado Novo: “Precisávamos de uma ação educativa e forte para a formação de uma mentalidade verdadeiramente nacionalista, como base espiritual de uma pátria forte.” (*A UNIÃO*, 13 de novembro de 1937, p. 01).

¹⁵⁰ Entendemos que por “invisíveis” o autor quer se referir àquelas pessoas que se encontravam em áreas mais distantes dos pontos onde se irradiava as decisões políticas da época.

Após o sucesso do golpe, na Paraíba foi criado o Departamento de Estatística e Publicidade (DEP), instituído pelo Decreto nº 877¹⁵¹, que previa a união dos anteriormente existentes: *Departamento Oficial de Propaganda e Publicidade; Diretoria Geral de Estatística e Secção de Estatísticas Educacionais do Departamento de Educação*. A centralização dos departamentos em um único era justificada pelo aludido decreto com vistas de se fazer um corte de despesas, todavia, a junção desses setores passou a obedecer e estar diretamente subordinada ao interventor, que exercia o seu poder sob os meios de comunicação e fiscalização por meio de três diretorias de extrema importância dentro do DEP: *Serviço de Divulgação e Propaganda, Serviço de Rádio Difusão e Serviço de Estatística*.

Esse órgão tornou-se um reproduzidor das ideias da interventoria, baseadas na ideologia do Estado Novo, cabendo-lhe uma função muito semelhante quanto aquele desempenhada pelo DIP. O DEP na Paraíba passou a organizar e publicar anualmente uma espécie de álbuns de comemorações aos aniversários do governo Argemiro de Figueiredo. Essas publicações eram preenchidas de fotos com textos descritivos que diziam respeito as realizações e as obras feitas por todo o Estado, sob a gestão daquele que ficou conhecido como o “*melhor administrador que a Paraíba já teve*”¹⁵².

Essa ideia de “melhor administrador” enquanto uma fabricação, só foi possível graças ao controle que Argemiro de Figueiredo tinha sobre os meios de comunicação, utilizados para propagar apenas a sua imagem positiva diante da sociedade. E a esse respeito, esses álbuns produzidos pelo DEP foram de fundamental importância, pois eram confeccionados “*no intuito de revelar aos brasileiros a nova paisagem social e econômica da Paraíba*”¹⁵³ constituindo assim o capitalismo editorial, consumido pela elite paraibana, e que se fazia repercutir entre os demais setores da sociedade.

As fotos e os textos publicados por esses álbuns buscavam demonstrar um clima de total integração tanto do Estado aos ditames do governo central, quanto a agregação de todo o povo paraibano ao projeto político argemerista, tentando transparecer uma ideia de homogeneização, que escondia os vários interesses em jogo, e as dissensões dentro do próprio bloco de poder que só vão se tornar nítidas no final de 1939 e início de 1940, e que foram as responsáveis pela

¹⁵¹ Decreto Nº 877, de 16 de dezembro de 1937. Livro de Leis e Decretos do Estado da Paraíba, 1937, p.112, 113 e 114.

¹⁵² Ver Martha Santana, 1999, p. 156.

¹⁵³ *Álbum 5 anos de Governo – Reportagem das festas do quinto aniversário do Governo Argemiro de Figueiredo e uma síntese das suas impressionantes realizações sociais e econômicas que renovaram inteiramente a paisagem paraibana, 1940.*

derrocada de Argemiro de Figueiredo¹⁵⁴. Nas fotos, aparecia o clima de conagração total do povo para com o seu chefe¹⁵⁵, e demonstrava-se também a abertura do governo em agregar para perto de si todos aqueles antes preteridos e desvalidos.

Todavia, essa “agregação” ao novo regime não estava ao alcance de todos. Era preciso expurgar aqueles considerados “nocivos a nação”, os subversivos. Homens e mulheres que não se adequavam aos preceitos do Estado Novo eram vistos enquanto uma ameaça a ser superada. Passou a se fazer uma “tipificação” dos inimigos da pátria, dentre os quais figuravam comunistas, estrangeiros, anarquistas – em número diminuto – e posteriormente a 1938, os integralistas que tanto tinham apoiado Getúlio Vargas. Nesse sentido, a propaganda associada a Polícia Política ajudaram no processo de “*domesticação das massas*”, no que se refere a construção de um “*inimigo-objetivo*”, que real ou imaginário, acabava legitimando a repressão (CARNEIRO, 2014, p. 14).

No grupo dos que representavam um perigo a nação, também figuraram os imigrantes, que vinham sendo perseguidos desde a Constituição de 1934, que através do artigo 121, impunha restrições a entrada de imigrantes no país. Durante a vigência do Estado Novo, as restrições foram ainda maiores, pois se buscava “*sanear a sociedade do estrangeiro ‘promotor da desordem social’*”¹⁵⁶. (MATOS, 2014, p. 63).

Os meios de comunicação e a propaganda se encarregavam de noticiar as novas resoluções do governo. A respeito da situação dos imigrantes no Brasil, o órgão oficial da Paraíba, *A União*, publicou com detalhes o Decreto-Lei nº 392 de 27 de abril de 1938, que regulamentava a lei de expulsão dos considerados “nocivos” a Pátria: “*Esse decreto torna possível a expulsão do estrangeiro que por qualquer motivo comprometer a segurança nacional, a estrutura das instituições ou a tranquilidade pública*” (*A UNIÃO*, 29 de abril de 1938, p. 08). Mais de um ano depois, o jornal oficial trazia a publicação do Decreto-Lei Nº 5¹⁵⁷,

¹⁵⁴ Sobre esse respeito não nos deteremos agora. Voltaremos a mencionar este assunto no final dessa dissertação.

¹⁵⁵ Ver anexo, imagem I, p. 162.

¹⁵⁶ Essa visão derivava do fato de muitos imigrantes terem se associado do movimento operário e outras manifestações e movimentos contrários ao governo. Ver MATOS, Maria Izilda Santos de. Entre suspeitos, perseguidos e expulsos: São Paulo 1934-1940. In. **Presos políticos e perseguidos estrangeiros na Era Vargas**. VIANNA, Marly de Almeida Gomes; SILVA, Érica Sarmiento da; GONÇALVES, Leandro Pereira (orgs.). – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2014 e CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O anti-semitismo na Era Vargas. – São Paulo: EDITORA PERSPECTIVA S.A, 2011.

¹⁵⁷ Decreto-Lei Nº 5 de 19 de setembro de 1939, *A União*, p. 04.

em que o interventor Argemiro de Figueiredo estabelecia como função das polícias estaduais, fiscalizar e registrar os estrangeiros e imigrantes dentro do Estado.

Porém, vale salientar que devido a necessidade da mão de obra, por mais que o governo autoritário combatesse e tentasse dificultar ao máximo a entrada de povos de outras nacionalidades no Brasil, as leis deixavam uma brecha para a seleção daqueles considerados “desejáveis”¹⁵⁸, que precisavam se enquadrar a política de nacionalismo existente na época, sendo assim muitas vezes, privados de sua língua nativa, sua cultura e seus costumes, pois:

O Estado Novo que deseja construir a nação pela base, - encara a assimilação do estrangeiro que habita o País, como o problema fundamental do seu povoamento; e ainda, o Estado Novo, que aspira à consolidação do nosso prestígio internacional, - não deseja outra coisa nesse terreno, do que fazer da nossa pátria a esperança do mundo, e a terra de promessa, onde todos os homens de bem, construtivos e fortes, possam viver e engrandecer-se, seja qualquer a sua procedência. (A *UNIÃO*, 29 de abril de 1938, p. 08).

Somando-se a esse grupo de “indesejados” estavam também os judeus, identificados por Oliveira Vianna, enquanto um povo *infusível*, ou seja, que não se misturavam com os de fora da sua tribo, apresentando assim um grau muito elevado de indissolubilidade, que acarretavam na criação de “*quistos raciais*”, que dificultavam o desenvolvimento do *sentimento nacionalista*, além de serem identificados com o comunismo. Baseados em ideias eugênicas, muitos intelectuais da época passaram então a combater a ideia de miscigenação, como forma de “apagar” as diferenças étnicas e culturais existentes no país, ao passo que tentavam criar a imagem de uma nação, coesa, sadia e forte. Em suma, podemos dizer que escondido sob a máscara do nacionalismo foi se criando um sentimento antissemita e expressões de uma mentalidade racista e eugênica¹⁵⁹.

Esse exercício de “apagar” as diferenças procurando estabelecer um padrão homogêneo, era necessário para a construção do nacionalismo, uma vez que de acordo com o pensamento de Benedict Anderson¹⁶⁰, para imaginar-se enquanto nação, era fundamental que se “*oublie bien des choses*”, ou seja, esquecer velhas tradições e costumes e passar a criar novas formas

¹⁵⁸ O Decreto nº 3.010 de 20 de agosto de 1938 assegura que o governo brasileiro tinha autonomia para limitar e suspender a entrada de imigrantes, por razões econômicas ou sociais. Ver Maria Izilda de Matos, 2014.

¹⁵⁹ As teorias eugênicas se espalham pelos vários setores da sociedade e podiam ser notadas na imprensa antes mesmo da implantação do Estado Novo como pode ser notado em propaganda do Sport Club Cabo Branco, publicada no jornal *A União*, de 30 de agosto de 1936, que dizia “A Base Eugênica de uma Raça Forte é o Sport”. (p. 08).

¹⁶⁰ O autor se baseia na obra do filósofo e historiador francês Ernest Renan, que afirmava que a essência de uma nação estava no fato de os indivíduos que a compunham compartilharem muitas coisas entre si e esquecerem-se também de muitas coisas. Ver Benedict Anderson, p. 33.

de uma identificação coletiva, que se adequassem ao sistema político vigente. Por isso, o Estado Novo passou a destruir tudo o que remetia a uma outra forma de pensar, que não aquela desejada.

Não apenas as bandeiras e símbolos regionais foram queimados, bem como livros que remetessem a conteúdos subversivos ou impróprios aos costumes brasileiros. Editoras foram fechadas e destruídas¹⁶¹. O fogo purificava a nação livrando-a dos males que assolavam o país e o tornavam infrutífero, provocando assim uma espécie de “amnesia” coletiva em prol da construção imaginativa e forçadamente partilhada de um sentimento nacional.

Juntamente com esse esquecimento de velhos costumes e tradições, o Estado Novo deu início a formação de uma nova *Cultura Política*, que visava justamente criar novos símbolos e tradições que fossem partilhados pela nação, afim de se estabelecer um projeto de futuro em comum. E nesse sentido, a rememoração de antigas datas como a independência do Brasil, a Batalha de Riachuelo, a lembrança de antigos heróis, tais como Tiradentes, foram revestidos de um sentimento e apelo nacional muito mais forte. Foi se criando assim, grandes festejos cívicos que serviam de espaço para a *teatralização do poder*¹⁶², onde o povo – claro que havia as exceções – era convocado a prestigiar seus líderes e assistir as benéficas que de bom grado eles concediam.

Na história brasileira da Era Vargas, toda festança cívica convergia para a utilização da memória – comemoração em favor do nacionalismo. Do presente para o passado longínquo e do presente que vai se transformando em passado recente, tudo era transformado em *lugar de memória* da “santa nação” celebrada em sua “redenção” pelas bênçãos derramadas pelo Deus do Estado Novo. (AIRES, 2015, p. 28).

E se utilizando dessa lógica foi que a construção da nacionalidade em solo paraibano, fomentada pelo controle que a interventoria exercia sobre os meios de divulgação e comunicação, inicialmente através do Departamento Oficial de Propaganda e Publicidade (que mais tarde passou a se chamar de Departamento de Estatística e Publicidade – como acima foi referido), instituído ainda em 1936 pelo Decreto n° 103¹⁶³, cuidou para que aqui se construísse

¹⁶¹ Mais de 14 mil exemplares de livros considerados “subversivos” foram apreendidos na Editorial Pax, cujo dono por ser judeu, comunista e tradutor de literatura russa, se enquadrava na categoria de perigoso em potencial e indesejado. Ver Maria Luiza Tucci Carneiro, Os arquivos da polícia política brasileira: intolerância, repressão e resistência, 2014.

¹⁶² Ver AIRES, José Luciano de Queiroz. **Cenas de um espetáculo político: poder, memória e comemorações na Paraíba (1935-1945)**. 2. Ed. – João Pessoa: Editora do CCTA, 2015.

¹⁶³ Decreto de 19 de dezembro de 1936, Livro de Leis e Decreto, p. 20.

e se aplicasse uma espécie de *tempo festivo*, ou seja, uma série de datas oficiais que promoviam a interação entre o governante e a população. (GOMES, 2005).

Essas datas funcionavam como uma demonstração de que havia uma coesão e unidade nacional, ao passo que tentavam omitir as diferenças, sendo necessário para tal feito, a apropriação das ferramentas de difusão cultural como por exemplo, a fotografia, o teatro, a música, o cinema e principalmente o rádio (AIRES, 2015, p. 24).

Muitas dessas datas pegadas de empréstimo do período da Primeira República, foram repaginadas – como já dissemos anteriormente – ganhando um sentido novo, mas permanecendo com a função para a qual eram destinadas: legitimar através da fixação na memória, o governo vigente, a partir de uma “tradição inventada”, que almejava a construção de um imaginário nacional partilhado.

Utilizando-se então dessas festas para se autolegitimar, Argemiro de Figueiredo construiu para si um *calendário festivo*, que obedecia às diretrizes e desígnios estado-novistas, ao passo que, de posse dos meios de comunicação, conseguia referendar suas ações, fazendo-se ora de coadjuvante em respeito ao plano nacional, ora de protagonista da política paraibana. Quase todos os dias do calendário eram marcados por datas importantes, todavia, “*Na primeira folhinha do calendário argemirista, o ‘santo do dia’, era ele mesmo.*” (AIRES, 2015, p.53).

Quadro III

Calendário festivo em Argemiro de Figueiredo

Mês	Festa
Janeiro	Aniversário o governo Argemiro de Figueiredo. Aniversário de José Américo de Almeida. Natal de João Pessoa. Dia do Município.
Março	Aniversario natalício de Argemiro de Figueiredo.
Abril	Dia de Tiradentes. Dia da Juventude (Aniversário de Getúlio Vargas)
Maio	Dia do Trabalho. Festa das Arvores e das Aves. Dia da Constituição Estadual. Comemorações do 24 de maio (Riachuelo).
Junho	Batalha de Tuyuti.
Julho	Homenagens a João Pessoa. Centenário de Carlos Gomes.
Agosto	Fundação da Paraíba. Dia do Soldado.

Setembro	Dia da Independência. Dia da Arvore.
Outubro	Dia das Crianças. Semana de Educação. 104 anos da Força Pública. Aniversário da “Revolução” de 1930. Dia do empregado do comércio.
Novembro	Proclamação da República. Dia da Bandeira. Aniversário do Estado Novo. Comemorações pelos que combateram os comunistas em 1935.
Dezembro	Natal dos Pobres. Aniversário de José Batista de Melo. Festa das Crianças.

FONTE: *A União; Revista Manaíra e Revista Ilustração apud* Aires, 2015, p. 26.

Pode se dizer que esses festejos agiam como uma *teatralização do poder*, e que inclusive o vocabulário utilizado nesse momento foi pego de empréstimo ao teatro (AIRES, 2015). O interventor encenava no palco para uma multidão o papel de protagonista da política paraibana, se referindo em tom pedagógico e ao mesmo tempo criando a identificação do povo com ele mesmo. Nessas datas, Argemiro de Figueiredo aproveitava para prestar contas de suas realizações como chefe político legítimo da Paraíba, prometer novas obras e melhoramentos, se aplicando perfeitamente a lógica do: *dar/receber/retribuir*¹⁶⁴, ou seja, uma espécie de relação contratual entre o governante e o seu povo, em que, devido as dádivas concedidas por este primeiro, como forma de gratidão, este último deveria hipotecar toda sua gratidão e lealdade.

De acordo com o *calendário argemirista*, as datas de maior significação eram as do aniversário de governo, onde os órgãos da imprensa alardeavam as congratulações e felicitações por Figueiredo se manter por mais um ano na chefia paraibana; o aniversário do Estado Novo, pois se fazia menção à luta de todos aqueles envolvidos na criação desse novo governo e os melhoramentos advindos desse e por fim as comemorações pelo instituído Dia da Pátria, que acabou se tornado uma semana inteira dedicada a esse fim¹⁶⁵. A ressignificação das datas e a transformação destas em marcos simbólicos era exercer o controle do tempo, se tornou algo muito significativo ao poder (AIRES, 2015, p. 37). Tanto o presidente quanto o interventor tinham suas imagens sacralizadas justamente por conta desses festejos que se tornavam quase, verdadeiros ritos religiosos.

Nesse dia, celebrava-se o poder local, mesmo que articulado com o nacional. O interventor era o grande protagonista do *poder em cena*, discursava,

¹⁶⁴ Sobre essa relação de contrato entre o presidente e o povo é interessante perceber que não restava saída a essa classe trabalhadora a não ser endossar os benefícios impostos pelo presidente e retribuí-los da melhor forma possível. Em todo caso, não havia nenhum prazo que determinasse o tempo de vigor desse contrato, dessa forma, a lealdade exigida pelo chefe da nação como forma de retribuição das dádivas concedidas deveria ser constante. Ver Ângela de Castro Gomes (2005) e anexo desta dissertação, imagem II e III, p. 162 e 163.

¹⁶⁵ Os festejos dessa data se encerravam com o Dia da Bandeira, instituído pelo Decreto 854 de 18 de novembro de 1937, Livro de Leis e Decretos, 1937, p. 92, que determinava este dia enquanto feriado e digno de vivas homenagens ao símbolo maior da nacionalidade brasileira.

gesticulava, era fotografado e filmado. Em meio a estandartes, bandeiras, música e luz, era ele o protagonista cênico representando o grande encontro com a multidão. Dessa forma, também se beneficiava bastante dessa relação Estado Nacional – poder local, configurando uma relação entre pólos ativos e interessados em ambos os lados. (AIRES, 2015, p. 53).

No dia seguinte os festejos viram manchetes nos jornais *A União*, *A Imprensa* e *A Voz da Borborema*, que por serem favoráveis ao interventor, serviam apenas para enaltecer a sua imagem, fazendo com que se criasse uma imagem positiva a seu respeito. Associada a imagem, as matérias exageravam no tom teatral e na espetacularização do *calendário argemirista*, contribuindo assim para a sua efetiva aceitação enquanto governante do destino dos paraibanos e líder incontestado dentro do estado.

3.2. “Um mestre da eloquência” – o discurso e a propaganda através dele

Consciente da importância que a propaganda detém quanto a validade e aprovação de um regime - principalmente aqueles estabelecidos a partir de um golpe – promovendo o controle ideológico e assegurando a disseminação dos preceitos e diretrizes preconizados pelo governo, o interventor paraibano, em total consonância com pressupostos adotados pelo Estado Novo, promoveu um reaparelhamento e modernização dos meios de comunicação da imprensa oficial, dotando-os dos aparelhos mais modernos da época¹⁶⁶, além de beneficiar também outros jornais, que defendiam o seu governo, através de donativos e contratos públicos, a exemplo do jornal Arquidiocesano, *A Imprensa* (SANTANA, 1999, p. 159). Além disso, reconhecia no rádio, uma poderosa ferramenta, para fazer com que seu discurso chegasse aos mais longínquos e remotos cantos do Estado.

Os investimentos para a construção de uma estação de rádio na Paraíba foram uma das maiores preocupações desde o início da gestão argemirista. Em notícia publicada pelo jornal *A União*, no primeiro aniversário de governo, foi anunciada a aquisição de uma potente rádio difusora¹⁶⁷, que seria “*A mais poderosa do norte do país*”, e que tal feito significava muito tanto do ponto de vista cultural quanto civilizatório, o que significava um avanço em direção a modernidade almejada. Nos meses seguintes, o jornal continuou trazendo informações sobre a

¹⁶⁶ “A Imprensa Oficial e A União têm sido distinguidas no govêrno Argemiro de Figueiredo, com importantes melhoramentos, que modernizaram a técnica de composição, impressão e encadernação, à altura das exigências da vida moderna.” (Realizações do Govêrno Argemiro de Figueiredo, 1938.)

¹⁶⁷ De acordo com as pesquisas feitas por José Luciano de Queiroz Aires (2015), a **PRI-4 Rádio Difusora da Paraíba** derivou da antiga **Rádio Clube da Paraíba** – criada pela iniciativa de amigos por volta dos anos 1930 – passando a se chamar de **Rádio Tabajaras da Parahyba** a partir de 15 de abril de 1937 e tendo o seu nome simplificado mais uma vez, pouco tempo depois para **Rádio Tabajara**, estando em pleno funcionamento ainda hoje.

autorização do governo federal para a construção da rádio, as peças que tinham sido compradas e os prédios que seriam construídos para abrir a sede do empreendimento.

Dessa forma, ainda em 1936, Argemiro de Figueiredo enviou circular aos prefeitos dos municípios paraibanos, “sugerindo” que estes adquirissem o mais prontamente possível aparelhos receptores, para que assim suas palavras rompessem as fronteiras físicas e irradiassem aos quatro cantos do Estado, possibilitando até ao mais humilde cidadão o dever de ouvir o seu representante:

Sr. Prefeito:

Devendo se rinaugurada por todo o mês de janeiro próximo a estação radio diffusora da Parahyba e pretendendo o Govêrno manter para fins educativos um serviço constante de informações de todo o interior parahybano, recommendo que deveis adquirir até fins de dezembro para essa Prefeitura um aparelho receptor com sufficiência bastante para accionar um auto falante na praça pública.

É desnecessário accrescentar que dito aparelho deve ser adaptado à corrente elétrica dessa localidade.

Saudações, *Argemiro de Figueiredo*, Governador. (*A UNIÃO*, 11 de novembro de 1936, p. 04).

Dos prefeitos que receberam a circular, os das cidades de Piancó, Patos, Alagoa Grande e Cabaceiras atenderam prontamente a recomendação feita pelo chefe do executivo paraibano. Se esperava então que os demais seguissem o exemplo dos colegas, “*vindo assim ao encontro dos desejos do governador do Estado*” (*A UNIÃO*, 22 de novembro de 1936, p. 01). Dessa maneira, o que no início foi apenas uma “recomendação”, acabou se tornando uma obrigatoriedade. Logo após a inauguração da Rádio Tabajara, o interventor “*assinou decreto, criando nos municípios serviços radiofônicos de retransmissão em praça pública, de suas mensagens, meia hora antes da Voz do Brasil.*”. (SANTANA, 1999, p. 246).

De acordo com o Capítulo IV do Decreto nº 757¹⁶⁸, Art. 24º, a Rádio oficial do Estado deveria retransmitir e divulgar “[...] *tudo quanto diz respeito ao desenvolvimento da cultura do povo paraibano, no sentido de estimular as suas atividades, orientar a sua opinião e valorizar as suas realizações*”. Isso incluía com certeza os pronunciamentos oficiais de Getúlio Vargas, assim como as mensagens diferidas por Argemiro de Figueiredo.

De posse de todo esse aparato burocrático-propagandístico, o interventor fez do seu discurso a maior ferramenta de convencimento, por entender que o campo do político

¹⁶⁸ Decreto N° 757, de 1 de fevereiro de 1937. Livro de Leis e Decretos do Estado da Paraíba, 1937, p. 11.

corresponde – muitas vezes – ao “governo da palavra”¹⁶⁹, valendo salientar que esta “[...] *não é tudo na política, mas a política não pode agir sem a palavra*” (CHARAUDEAU, 2013, p. 21), visto que é graças a interferência dela nos *espaços de persuasão*¹⁷⁰, que a *instância política* acaba convencendo a *instância cidadã*¹⁷¹, de que as medidas tomadas por esta primeira agem em benefício dessa última, e por assim dizer, em favor do bem coletivo. O discurso promove o exercício da política, tornando-a acessível a qualquer pessoa através da linguagem utilizada, que favorece a circulação deste, de forma que é possível afirmar a impossibilidade do fazer político sem o discurso, uma vez que não é possível desvencilhar um do outro.

O discurso político propagando pelo Estado Novo e reproduzido por Argemiro de Figueiredo, se caracterizou pela distinção que era feita, entre os “cidadãos de bem”, defensores da pátria e adeptos ao regime, e aqueles “inimigos da nação”, a exemplo dos comunistas, subversivos, desordeiros e etc a quem já nos referimos neste trabalho. Em suas palavras, o chefe da política paraibana afirmava: “*invoco a cooperação de todos os partidos, de todas as classes e de todos os cidadãos bem-intencionados*” (A UNIÃO, 28 de janeiro de 1936, p. 08), deixando claro quem ficava de fora dessa construção de nacionalidade e de um futuro grandioso para a Paraíba.

O discurso político que procura obter a adesão do público a um projeto ou a uma ação, ou a dissuadi-lo de seguir o projeto adverso, insiste mais particularmente na *desordem social* da qual o cidadão é vítima, na *origem do mal* que se encarna em um adversário ou um inimigo, e na *solução salvadora* encarnada pelo político que sustenta o discurso. (CHARAUDEAU, 2013, p. 91).

A reafirmação constante da existência de um “complô” comunista, que só pôde ser refreado graças à ação efetiva do Chefe da nação, ao proclamar o Estado Novo, servia como pretexto para legitimar as ações autoritárias e antidemocráticas adotadas pelo novo regime, criando no imaginário local a concepção de que aquela havia se tornado a única realidade possível, uma vez que, mesmo restringindo-se as liberdades individuais, o Estado e o país

¹⁶⁹ A esse respeito ver AUGE, Marc. Pour une anthropologie des mondes contemporains, Flammarion, Paris, 1994.

¹⁷⁰ O espaço de persuasão, juntamente com o espaço de discussão e de ação correspondem a lugares de construção de valores, ou seja, criação de ideias. Ver CHARAUDEAU, Patrick. Discurso Político; tradução Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. – 2. ed. 1º reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2013.

¹⁷¹ A instância política representa os que exercem a ação política, enquanto que a instância cidadão é composta por aqueles que escolhem os representantes do poder. Ver CHARAUDEAU, Patrick. Discurso Político; tradução Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. – 2. ed. 1º reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2013.

gozavam da mais completa harmonia coletiva, pois os causadores da desordem tinham sido silenciados.

Em seu discurso, Argemiro de Figueiredo procurava passar aos seus ouvintes a visão mais benevolente possível do Estado Novo, e explicar os motivos pelos quais esse tipo de governo era tão necessário ao Brasil, e a Paraíba. Em total acordo com a ideologia vigente, o interventor afirmava que:

É assim, que interpretamos o Estado Novo como organização democrática e modelar, sem a confusão e o falseamento do liberalismo demagógico. Como organização política sincera em que o homem de govêrno não vive de promessas ao pôvo, mas realiza pelo pôvo e para o pôvo. Como perfeito mecanismo político bem ajustado e sem excrescências anômalas, funcionando ao ritmo das aspirações coletivas. Como sistema político administrativo, obediente a métodos racionais, de equilíbrio entre a Autoridade e a Liberdade. É assim que interpretamos o Estado Novo, forte e indestrutível. Ele cerceou a liberdade, mas a liberdade nociva. Cerceou a liberdade que engana o pôvo e o conduzia a anarquia. Cerceou a liberdade que comprometia o respeito ao Poder e o espírito de unidade nacional. Cerceou a liberdade que ouvia Moscou e buscava arruinar os fundamentos morais e cristãos da família brasileira.... Foi essa liberdade que morreu. (*A UNIÃO*, 07 de setembro de 1938, p. 01)¹⁷².

Foi essa imagem fabricada de um permanente complô, ou conspiração, que através dos meios de comunicação e do próprio discurso, tornou possível a construção da imagem de Argemiro de Figueiredo enquanto um salvador e paladino defensor dos paraibanos, assim como Getúlio Vargas era de todos os brasileiros.

O herói salvador enquanto um mito recorrente na política contemporânea, sempre aparece quando ocorrem as *crises de legitimidade*, uma vez que é “*nesses momentos de desequilíbrio, de incerteza ou de conflito que estão cronologicamente situados os apelos mais veementes à intervenção do herói salvador*” (GIRARDET, 1987, p. 89), de forma que o relato biográfico deste indivíduo e a fabricação da sua imagem, agem no intuito de permitir que seus concidadãos se reconheçam nele.

Amparados pelo conceito de *mito político* proposto por Raoul Girardet, e baseados em nossas análises, acreditamos que dentre os quatro tipos de heróis¹⁷³ possíveis apresentados por este autor, Argemiro de Figueiredo se enquadraria no tipo chamado de *homem providencial*. Esse tipo de herói se caracteriza por ser um legislador, um homem de acordos e que usa da sua

¹⁷² Parte desse discurso foi extraído de uma matéria do jornal *A União*, intitulada “O DISCURSO DE UM HOMEM”, assinada pelo paraibano Demetrio de Toledo.

¹⁷³ Para Girardet os tipos de heróis possíveis são: Cicinnatus, Gravitas, o Homem providencial e o Profeta. Ver *Mitos e mitologias políticas*, 1987.

habilidade para conseguir o que deseja, mas acima de tudo, um indivíduo que fez o que era necessário fazer. Todavia, Figueiredo comportava ainda uma característica de um outro modelo de herói: *o profeta*. Não que ele tivesse o dom da clarividência – característica essa atribuída a Getúlio Vargas pelo Ministro do Trabalho Marcondes Filho¹⁷⁴ -, mas Figueiredo tinha “a força do verbo”, o dom da palavra, o poder da oratória como traço marcante de sua personalidade, o que nos fez enquadrá-lo entre essas duas matrizes de herói salvador.

Entretanto, independentemente de qualquer que seja o tipo de herói, seu mito só se fixaria no imaginário coletivo se tivesse uma “certa forma de realidade histórica”, ou seja, algo precisava condizer com a verdade. Dessa forma, toda essa construção mítica precisava atender aos anseios e as demandas da sociedade vigente. O herói era aquela figura que mudava a lógica do que existia antes e o que passava a existir a partir de então. No caso de Argemiro de Figueiredo e do seu processo de mitificação, suas origens remontam ao próprio discurso de posse, que já discutimos neste trabalho. Neste documento, Figueiredo se comprometia a transformar a Paraíba em um estado moderno e livre das intrigas e divisões que “*esterilizavam a Paraíba*”, se tornando uma espécie de “pai” para os paraibanos, assim como Vargas havia se tornado para os brasileiros.

Pai procurado e redescoberto – tendo tomado lugar, desempenhado o papel de um pai perdido ou repudiado – os sentimentos de respeito e de devotamento que se dirigem ao personagem heroificado vão em primeiro lugar, neste caso, para o Protetor: a ele o encargo de apaziguar, de restaurar a confiança, de restabelecer uma segurança comprometida; a ele também a tarefa de fazer frente as ameaças da desgraça. (GIRARDET, 1987, p. 91).

Argemiro de Figueiredo havia se transformado nesse homem – ou pelo menos a propaganda a seu serviço e o seu discurso o queriam que o fosse -. Ele era o pai herói e salvador por ter tirado a Paraíba da situação de atraso em que vivia, da anarquia gerada pela falta de cooperação e os acirramentos individuais que se sobrepujavam aos coletivos, por ter dado um basta aos subversivos e perturbadores da ordem, e principalmente por ter livrado o Estado da “grande ameaça comunista”. Dessa forma o interventor passou a figurar como exímio administrador – “*o melhor de todos os tempos*” – e o único político paraibano que foi capaz de apaziguar todos os interesses das várias facções oligárquicas, mantendo assim a Paraíba no “rumo certo”.

A Paraíba que há quasi um lustro se vem transformando numa enseada tranquila de paz – já agora pode oferecer ao país esse exemplo honroso de

¹⁷⁴ Ver Ângela de Castro Gomes, *A Invenção do Trabalhismo*, 2005.

educação cívica e espírito público – renuncia completa as paixões partidárias que estiolavam o melhor de nossas energias patrióticas, e união sincera dos seus filhos sob a bandeira única do novo regime e inspiração suprema do chefe insigne que o implantou. (*A UNIÃO*, 25 de julho de 1939, p. 01).

De acordo com o que pudemos analisar, o discurso político argemirista além de endossar e fazer propaganda ao Estado Novo e se enquadrar como um discurso anticomunista e salvacionista, também pode ser visto enquanto o discurso da modernidade, pois suas palavras procuravam sempre enaltecer as grandes realizações de sua gestão, mostrando através da propaganda os vários benefícios e desenvolvimentos trazidos pela Paraíba durante os seus anos de governo. Tais realizações eram demonstradas como feitos prodigiosos, e serviam de orgulho tanto para os paraibanos, quanto para o próprio arquiteto destas ações.

Paraibanos: quasi atingindo o quarto ano de govêrno em cujo êxito tenho empenhado o melhor das minhas energias de moço, eu sinto uma suprema vaidade que me retempera o espírito – vaidade que proclamo porque não fere a ninguém; vaidade nobre porque não tem as tonalidades do egoísmo; vaidade justa porque há uma consciência publica que a anima. A minha vaidade assemelha-se a vaidade do camponês, recolhendo os frutos do trabalho, arrolando o farto patrimônio conquistado pelo seu labor, e vendo, no passado, a realçar sua vitória, o esforço gasto no arrôjo e tenacidade com que soube lutar. A minha vaidade está na consciência do bem que já promovi; no acervo das realizações do meu govêrno; no resultado dos empreendimentos que vão melhorando as condições físicas, morais e intelectuais do povo. Ela está na certeza tranquilizadora de que tenho sido útil a coletividade que dirijo. Como vêdes senhores, a minha vaidade tem o mais nobre dos abrigos. Ela reside na própria felicidade do povo paraibano. (*A UNIÃO*, 20 de novembro de 1938, p. 01).

Esse discurso de modernidade não era novo na Paraíba. Desde as primeiras décadas do século XX, a capital passava por processos de urbanização, tais como alargamento de ruas, instalação de luz elétrica e etc. a fim de tornar o espaço público em questão, um lugar de convivência, destinado a atender – principalmente – a elite rural que cada vez mais se deslocava para o espaço urbano (CHAGAS, 2004). Entretanto, esse tipo de modernização que ocorreu nos inícios do século, pode ser enquadrado enquanto subdesenvolvimento, “isto é, uma modernização sem desenvolvimento, posto não terem ocorrido mudanças substanciais nas relações sociais e de produção, nem as camadas pobres terem sido beneficiadas.” (CHAGAS, 2004, p. 11 e 12).

Em nossa visão, essas mudanças substanciais só podem ser verificadas a partir de 1937, quando Argemiro de Figueiredo, enquanto interventor paraibano, identificado sob todos os aspectos com a política ideológica do Estado Novo, expande a modernização da capital para as demais cidades do interior do estado, visando assim criar um novo estilo de vida e de

organização social, que levaria ao progresso. Essa ideia de modernização e progresso foi muito explorada em seus discursos, que procuram demonstrar sempre, as aquisições de “novos maquinários”, a modernização e dinamização da produção agrícola, os novos prédios que eram construídos do interior ao litoral e os melhoramentos feitos nos setores da saúde e educação. A Paraíba passou a figurar enquanto um símbolo de modernidade para os outros estados¹⁷⁵.

A mim, como a todos os bons paraibanos, orgulha e comove ouvir lá fora o grandioso conceito com que nos definem. “Estado em Ordem”, “Estado Modelo”, foi o que ouvi no seio do oficialismo e do povo como prêmio mais significativo ao sacrifício do nosso trabalho incessante, do nosso poder de organização, do nosso espírito de lealdade, da nossa coragem cívica e do amor profundo que devotamos ao Brasil. (A *UNIÃO*, 23 de novembro de 1938, p. 01).

Os elogios a administração paraibana eram publicados não somente na imprensa local, mas também nas dos outros estados¹⁷⁶. A Paraíba através de Argemiro de Figueiredo, consolidava a imagem de um lugar em pleno desenvolvimento e progresso, que só teria sido alcançada graças ao estilo visionário, realizador e construtor do interventor paraibano.

Na Paraíba, tudo o que representa progresso intelectual e material é obra do Govêrno: transporte, iluminação, serviço telefônico, estação de rádio, uma editora para divulgar as obras de intelectuais paraibanos, o jornal de maior tiragem no Estado e de larga divulgação no Nordeste, tudo isso, afora melhoramentos à alçada administrativa. (A *UNIÃO*, 29 de junho de 1939, p. 01)¹⁷⁷.

Durante os anos de 1935 a 1940, a Paraíba deu um salto muito grande na perspectiva econômica. Muitas obras foram implantadas. Todavia, é preciso fazer o exercício de pensar a respeito dessa modernização e desse discurso de progresso. Para Walter Benjamin, *as Flores do mal*¹⁷⁸, retratadas em Baudelaire, seriam esta modernidade que dentre outras coisas, acabou transformando o homem em comprador, mas ao mesmo tempo em mercadoria, permitindo

¹⁷⁵ Ver anexo, imagem V, p. 164.

¹⁷⁶ O jornal *A República*, órgão oficial do Estado do Rio Grande do Norte, considerava a administração argemirista como pioneira e dinamizadora (A *UNIÃO*, 14 de março de 1936, p. 01), enquanto que o jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, publicou uma reportagem cujo o título era “UM ESTADO QUE MARCHA A PASSOS LARGOS” (A *UNIÃO*, 08 de março de 1938, p. 01). Já em 1939, um outro jornal do Rio de Janeiro, intitulado *Meio Dia*, trazia matéria também publicada pela *União*, a respeito do estilo modesto e simples do interventor Argemiro de Figueiredo, mas que levou ao progresso intelectual e material da Paraíba (A *UNIÃO*, 29 de junho de 1939, p. 01).

¹⁷⁷ Essa notícia, intitulada “UM GOVERNO QUE TRABALHA PELO PROGRESSO DO SEU ESTADO – A ação administrativa do Interventor Argemiro de Figueiredo e a obra fecunda que vem realizando na Paraíba” foi publicada no editorial *MEIO DIA*, do Rio de Janeiro, em 28 de junho de 1939, sendo republicada no dia seguinte pelo órgão oficial do Estado, jornal *A União*.

¹⁷⁸ Poema de Baudelaire. Ver Martha D’Angelo, 2006. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000100016 acesso em: 26/06/2017.

assim a perda do senso de humanidade provocando-se o esvaziamento das experiências e dos sentimentos.

A perda da experiência pelo bombardeio da informação, pela mecanização e divisão do trabalho industrial se traduz em automatização. Transformado em autômato, o operário lida melhor com a máquina. Os mesmos gestos mecânicos são encontrados entre os transeuntes das ruas e as multidões que circulam nas grandes cidades. As condições de vida nas sociedades modernas obrigam os indivíduos a concentrarem suas energias protegendo-se dos choques, onipresentes na realidade. Absortos na vivência do presente, eles vão perdendo a memória, se isolando, adquirindo assim uma nova sensibilidade. Essa nova sensibilidade surge da necessidade de sobreviver ao impacto produzido pelos choques; em dos traços essenciais é não possibilitar mais as sinestesias e metáforas quem aludem à harmonia do homem com a natureza. O reconhecimento do perfume de uma flor, por exemplo, torna-se impossível. (D'ANGELO, 2006, p. 248).

Foi justamente esse esvaziamento das experiências e da sinestesia que tornou possível a fantasmagoria¹⁷⁹, ou seja, a ausência da percepção de tempo e espaço. Distraídos por suas ideias “fabricadas” e *fantasmagóricas* do que acreditam ser a realidade, os homens se entregam assim a sua alienação, tornando-se suscetíveis as manipulações do capital (BENJAMIN, 1991, p. 36). E diante da perda da *aura* das coisas, não só das obras de arte, como já advertia Benjamin, se cria uma nova: a da mercadoria. Sendo assim, entendemos que a modernidade capitalista, trouxe consigo a necessidade de se ter sempre o novo, tornando a cidade e os demais lugares um espaço de consumo.

Essa busca pelo moderno, novo e evoluído era algo herdado desde o governo de João Pessoa e que seus “herdeiros políticos” deram continuidade, procurando estabelecer assim, um elo de ligação com o mártir paraibano. Argemiro de Figueiredo foi um desses políticos que procurou dar seguimento as obras iniciadas ainda em 1928, sendo assim

[...] Na fala do interventor, podemos observar o quanto ele ensaia o discurso do “progresso” da Paraíba, exemplo esse que precisava ser divulgado para outros estados, atribuindo um significado positivo de revolução iniciada por João Pessoa e continuada pelo próprio Argemiro. A apropriação da memória

¹⁷⁹ A fantasmagoria seria uma imagem projetada do que não corresponde ao real, mas que na sociedade moderna capitalista é consumida como tal, promovendo assim a alienação. Tal conceito cunhado por Walter Benjamin, aparece como uma extensão mais abrangente dos conceitos de feiticismo e reificação criados, por Karl Marx e Georg Luckács, respectivamente. Ver Lincoln Nascimento Cunha Júnior e Carla Milani Damião, O conceito de fantasmagoria na teoria da modernidade de Walter Benjamin, em <http://www.sbpnet.org.br/livro/62ra/resumos/resumos/6033.htm> acesso em 07/08/2017 e Francisco Rogelio dos Santos, Fantasmagoria: a chave para compreensão da modernidade em Walter Benjamin, em http://www.gewebe.com.br/pdf/cad17/texto_05.pdf acesso em 07/08/2017.

mitificada de João Pessoa era um elemento significativo no discurso dos governantes subsequentes, estabelecendo uma linha de continuidade histórica baseada na ideia “evolucionista”. Era uma espécie de “revolução evolucionista”. Nessa linha do tempo, Argemiro de Figueiredo queria mostrar que seu governo avançava ao inaugurar uma rádio, signo do “progresso” e da modernização cantado aos quatros cantos do chamado mundo civilizado. (AIRES, 2015, p. 144).

A propaganda ajudou a vender a ideia dos benefícios concedidos - desde que o indivíduo se sujeitasse a tutela do estado, em prol de um ideal comum - e o discurso empolgante do governante reforçava essa imagem. Assim, pode se dizer que a simpatia e a identificação com os governos discricionários europeus serviram de inspiração para o discurso *argemirista*, que transitava entre o “bem falar”, o “falar forte” e o “falar tranquilo”¹⁸⁰.

Ao que nos parece, o discurso político se transfigurava de acordo com as necessidades do momento. Ora o interventor se apresentava como um grande líder que impunha força ao falar – o que geralmente ocorria nos períodos de comemorações, ou datas marcantes do *calendário festivo*:

Prosseguiremos na obra de soerguimento econômico da Parahyba e a ella continuarei a dedicar grande parte das minhas actividades administrativas, na certeza de que estamos a prestar o maior serviço público, construindo o lastro real de nossa deslumbrante grandeza futura. (FIGUEIREDO, 05 de junho de 1936, p. 01).

Ora se apresentava com a elegância oratória que lhe era peculiar – como de seus mais variados discursos publicados pelo jornal *A União*, a exemplo do que segue:

Como democrata, gosto de sentir e ouvir o pensamento e a voz das massas, observar as suas tendências e attender as suas esperanças. Sinto prazer em acatar as liberdades públicas e o direito de crítica; em respeitar os que não me apoiam e os que me combatem; em receber como amigo o adversário de ontem que foi nobre na luta e mais nobre na aproximação, libertando-se das oposições system áticas que a razão repelle e só o ódio justifica. (FIGUEIREDO, 03 de junho de 1936, p. 01).

E finalmente com um tom acolhedor e pacífico – quando se dirigia, nos pronunciamentos transmitidos ao vivo pela Rádio Tabajara, aos seus *leais companheiros de luta*, afim de “prestar contas” das suas ações a frente do estado:

¹⁸⁰ Cada orador possui um jeito próprio de ser, uma linguagem específica e uma vocalidade – maneiras de falar - que podem oscilar de acordo com as circunstâncias, o público, a disposição do locutor e etc. sendo possíveis destacar quatro tipos de vocalidade, das quais os políticos fazem uso. São estas: o bem falar, que expressa um “elevado capital cultural”; o falar forte que impõe um tom enérgico e uma maior encenação com as palavras; o falar tranquilo que ajuda a construir a figura paternal do soberano e o falar regional considerado como um tipo de discurso expressivo e autêntico. Ver Patrick Charaudeau, 2013.

Parahybanos:

Na passagem do primeiro aniversário de minha posse no govêrno do Estado, senti um dever a cumprir, que não está inscripto nas leis, mas é um imperativo de nossa formação democrática – falar ao povo, prestando-lhe contas nessa primeira etapa, que hoje se vence, de minha actuação administrativa. (FIGUEIREDO, 26 de janeiro de 1936).

Esse tipo de discurso político era algo em voga naquele momento, pois foi muito utilizado também pelos governos discricionários europeus, como forma de convencer as massas a aderirem ao seu projeto ideológico. Entretanto, cabe nos salientar o tipo de modernização implementada na Paraíba, por Argemiro de Figueiredo “*seu governo[...] - empreendia eficiente projeto de modernização conservadora e autoritário-corporativo.*” (MELLO, 2003, p. 25).

Podemos dizer assim, que o estilo discursivo do interventor paraibano, assim como algumas de suas características administrativas sofreram influências Nazi/Fascistas. Figueiredo, bem como outros intelectuais e políticos brasileiros, se enquadravam naquele grupo que reconhecia nesses tipos de regime e suas variações como sendo o ideal, como pode ser demonstrado através de suas próprias palavras:

Ahi está o exemplo de outras nações. Vistes como Mussolini salvou do chão o seu grande povo; como Hitler reorganizou e restabeleceu a unidade da grande Pátria alemã; como Salazar soergueu do abysmo a gloriosa nação portuguesa. Por que não vereis agora, quando o exigia imperiosamente a realidade brasileira, o Brasil liberto de todas as desordens – a desordem econômica e a financeira, a desordem social e a desordem política – liberto por esse homem providencial e predestinado que é o Sr. Getúlio Vargas? (FIGUEIREDO, *A União*, 21 de novembro de 1937, p. 01).

A identificação com os pressupostos Nazi/Fascistas não foi um fenômeno restrito a Paraíba. Pelo contrário, tais influências e tendências a regimes autoritários podiam ser encontradas por todo lugar nessa época, uma vez que estes se mostravam como o caminho mais eficaz para eliminar qualquer ameaça a ordem vigente. De fato, “*Eram raros os intelectuais, como Ascendino Leite e Oswaldo Trigueiro de Albuquerque e Mello, contrários a Alemanha nazista*” (MELLO, 2003, p.31).

Além dessa ideologia ser bastante difundida naquele momento, acreditamos que a penetração de tais ideias em solo brasileiro e posteriormente paraibano foi possível graças a relativa proximidade econômica e cultural com países que tinham esses tipos de regime¹⁸¹.

¹⁸¹ Em 08 de junho de 1936 um acordo econômico entre Brasil e Alemanha tinha sido firmado. Através dele uma lista de mercadorias que deveriam ser trocadas entre os dois países foi divulgada. Dentre os produtos constava o

Era a fase dos governos fortes, dois dos quais exerciam elevado poder de exemplo no Brasil: o alemão, em virtude dos crescentes interesses comerciais e de cooperação entre os dois países e o português pelos estreitos e antigos laços históricos e culturais luso-brasileiros. (SYLVESTRE, 1993, p. 235).

De acordo com os jornais da época, os alemães se constituíam como grandes compradores do algodão da Paraíba, o que acabou ocasionando a visita de representantes do *Terceiro Reich* ao Estado¹⁸². De acordo com matéria publicada pelo jornal *A Voz da Borborema*, A MISSÃO COMMERCIAL ALEMÃ, como foi intitulada a notícia, tinha “*a incumbência de estudar os problemas das trocas comerciais entre os dois países, sobretudo aquelas que se ligam a importação de matérias primas, entre as quaes avulta o algodão.*” (*A VOZ DA BORBOREMA*, 27 de novembro de 1937, p. 03).

Outros dois acontecimentos demonstram essa relativa proximidade. Em 1937, Argemiro de Figueiredo mandou que fossem instalados ladrilhos que nas cores verde e vermelha, que tinham a imagem de uma suástica invertida, a imagem do Nazismo. Tais peças foram colocados no corredor dos fundos do Palácio da Redenção¹⁸³.

A forma como esses ladrilhos chegaram a sede do governo paraibano ainda hoje é motivo de discussões e polêmicas. Várias hipóteses surgiram ao longo dos anos, uma delas é a de que tais peças tenham sido compradas de forma aleatória, sem que o interventor tivesse participado dessa escolha, uma vez que o Palácio passava por reformas e a compra dos materiais necessários ficava a cargo dos engenheiros envolvidos na obra¹⁸⁴. Já outra interpretação é a de que Argemiro de Figueiredo tenha recebido os ladrilhos como um presente, todavia o indivíduo que ofereceu significativo presente ao interventor paraibano permanece obscuro.

Entretanto, de acordo com o historiador José Octávio de Arruda Mello (2006), o responsável pela colocação da cerâmica no Palácio foi o artista italiano Giuseppe Gióia, que

algodão paraibano. O interesse da Paraíba em trocar mercadorias com a pátria nazista, se dava pelo fato de esta ser considerada pelo governo paraibano, como o “*grande país da Europa Central*”. (*A UNIÃO*, 09 de junho de 1936). A partir de então, é possível perceber uma presença maior de alemães a serviço do Reich no Estado. Em novembro, parte da marinha de guerra alemã abordo do Navio-Escola Schleswig-Holstein, esteve em visita a Paraíba, sendo homenageada pelo Comandante do 22º Batalhão de Cavalaria, Thomé Rodrigues. *A União*, 29 de novembro de 1936, p. 01.

¹⁸² A Missão Comercial Alemã era composta por empresários alemães dentro os quais figuravam os senhores doutores, H. E. Pabst (Presidente da missão), E. J. Madinger e H. Thermann, na categoria de representantes do Governo Nazista Alemão. Ver *A Voz da Borborema*, 1937, p. 03.

¹⁸³ Esse piso foi retirado na década de 1990, no governo de Antônio Mariz. De acordo com a assessoria do Palácio da Redenção, até o governo de José Targino Maranhão, parte dos azulejos foram preservados e emoldurados ficando assim em exposição no Palácio. Após a troca de governo, o referido artefato teria sido removido e não mais visto desde a gestão do atual governador Ricardo Coutinho.

¹⁸⁴ Ver José Octávio de Arruda Mello, 2006, p. 122.

chegou ao Estado ainda nos anos 1920 e tornou-se um dos mais fervorosos militantes fascistas na Paraíba¹⁸⁵.

Além disso, o mesmo jornal acima citado também noticiou a visita do senhor Ettore Mitini, Consul Imperial italiano, que visitou os Estados da Paraíba e Pernambuco. O teor de sua visita em solo paraibano consistiu em trazer uma foto de Benito Mussolini, autografada pelo próprio *Duce*, como presente ao Pároco de Campina Grande, Padre Manoel Costa¹⁸⁶.

Entretanto, não vamos nos deter ainda mais a respeito desse assunto. Por hora, nos basta saber que a interventoria paraibana, durante a fase argemirista, demonstrou uma relativa afinidade para com os regimes autoritários europeus, absorvendo assim um pouco de seu estilo e característica, principalmente no que diz respeito ao discurso. Sendo assim, do ponto de vista estético, o discurso político argemirista aparecia como um dos mais firmes e coerentes da época, pegando de empréstimo desses governos discricionários as características de apelo às massas e a teatralização dramática.

Formado pela Faculdade de Direito do Recife, Argemiro de Figueiredo era um grande orador, um mestre na arte de compor discursos. Na política, apresentou-se como um ator de teatro de pantomina sem economizar no exagero do gesto para agir sobre os sentidos do “espectador”. Ademais, havia uma cotidiana fábrica de cenários, feitos e refeitos a cada espetáculo político. Erguiam-se palcos, iluminavam-se ruas e praças, uniformizavam-se de acordo com a data comemorada, cantavam hinos, davam saudações e vivas. Tudo isso acompanhado de acessórios teatrais, trajes, pálios, standartes, bandeiras, formando um espetáculo fausto e suntuoso. (AIRES, 2015, p. 64).

Já na opinião do político e escritor Joacil de Brito Pereira, que conviveu de forma direta com Figueiredo, tanto no meio jurídico – pois ambos chegaram a advogar juntos – quanto na enseada política dos comícios e pleitos eleitorais, o que marcava, notadamente a pulsão oratória do interventor, nada mais era que a sua polidez e elegância ao falar:

Argemiro era, porém, um orador mais para o estilo britânico e clássico, das frases bem feitas, da palavra oportuna. A sua gesticulação não exagerava. Nós que o conhecemos como eu, o Miranda Freire, que fez política com ele, Clóvis Bezerra, Humberto Nóbrega, José Cavalcanti, aqui presentes e tantos que aqui não estão, podemos atestar como era elegante a sua postura na tribuna, a sua

¹⁸⁵ As ideias sobre as influências Nazi/Fascistas na Paraíba ainda são alvos de publicações na história presente do Estado. Em matéria intitulada “Vestígios do Nazismo da PB ainda persistem”, o *Jornal da Paraíba* reascendeu o debate a respeito do piso de suástica nazista implantado no Palácio da Redenção. “O terraço dos fundos do prédio abrigou durante quase 60 anos um piso de ladrilhos com, nada mais nada menos, suásticas idênticas as utilizadas por Hitler, na representação do Terceiro Reich nazista. O piso foi instalado durante o governo de Argemiro de Figueiredo (1935-1940). De acordo com o historiador José Octávio de Arruda Melo, o responsável foi o engenheiro italiano Giovani Gióia, contratado para reformar o Palácio” (*JORNAL DA PARAÍBA*, 26 de abril de 2015, p. 05).

¹⁸⁶ *Jornal A Voz da Borborema*, 24 de setembro de 1938.

voz cristalina, a dicção bonita. Costumava conservar uma das mãos à cinta do lado esquerdo, com o paletó aberto e só gesticulava com a mão direita, às vezes o dedo erguido, mas aquele dedo jamais subiu tanto que ultrapassasse a altura do nariz. Isso era natural nele, era elegante e polido, inclusive no rebate, nas respostas que dava ao adversário¹⁸⁷. (PEREIRA, 1986, p. 18).

Dada a proximidade que tinha com Argemiro de Figueiredo, a imagem projetada por Joacil de Brito Pereira, a respeito do interventor, nos permite questionar até que ponto a visível admiração que este último relatou ter em relação ao primeiro, comprometeu a sua análise, com relação ao discurso político *argemirista*. Nossas dúvidas residem no fato de a memória ser muitas vezes um terreno incerto, sujeito a deturpações e esquecimentos, de maneira que “[...] os testemunhos divergem segundo as simpatias e a memória de cada um” (LE GOFF, 1990, p. 113). Outro fator que deve ser levado em consideração é a vontade que esses atores políticos nutriam de se constituírem enquanto uma *effigie*, deixando traços na história de forma indelével, construindo para si uma imagem de benfeitor/salvador na tentativa de imprimir essa “realidade” no imaginário social da época. (CHARAUDEAU, 2013, p.85). A reivindicação dramática feita pelo discurso político exige a “fabricação” dessas imagens de si, tanto por uma questão de legitimação de seu poder, quanto para se deixar ficar imbricado nos lugares de memória¹⁸⁸.

A capacidade oratória de Argemiro de Figueiredo é absolutamente reconhecida por todos os seus contemporâneos, sendo quase uma unanimidade no campo do discurso. Sua disposição e inclinação para um “mestre da eloquência”, já se fazia notar, mesmo antes do início de sua trajetória política¹⁸⁹, mas a partir do momento em que enveredou por esse caminho, a sua participação efetiva desde 1930 nos rumos do estado, os cargos de confiança – que lhe valeram grande prestígio - que ocupou, contribuíram para o aperfeiçoamento e uma maior apropriação das palavras, utilizando-as para construir, inclusive, a imagem de belo expoente da palavra e tribuno excepcional (SYLVESTRE, 1993, p. 317), de forma que, juntamente com o interventor “*Nascera o líder, o orador das multidões, dotado de certo carisma, que é aquele conjunto de qualidades excepcionais inerentes ao comando das massas.*” (PEREIRA, 1977, p. 14).

¹⁸⁷ Postura muito dispare da adotada por José Américo de Almeida. Conhecido por seu gênio forte, este político paraibano, apesar de ser um excelente orador, era mais afoito as frases de efeito e ao sarcasmo “*atirava as palavras como se fossem lavas saídas de um vulcão que se derramasse de cima da montanha e levasse tudo de vencida, queimando numa torrente de fogo. Atirava-se contra o adversário, para arrasá-lo com seu o estilo demolidor.*” (PEREIRA, 1986, p. 18).

¹⁸⁸ A esse respeito ver NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In. **Projeto história**. São Paulo, n° 10, 1993.

¹⁸⁹ De acordo com Joacil Pereira de Brito (1977), Argemiro de Figueiredo quando estudou na Faculdade de Direito do Recife já demonstrava bastante destreza com as palavras, o que fez com que se tornasse o orador de sua turma.

Embora muito do conteúdo de suas palavras associadas a propaganda política de seu governo demonstrasse um total homogêneo, sabemos que houvera resistências a tal projeto político, como já demonstramos no capítulo anterior. Todavia, através do domínio que tinha sobre as palavras, o interventor conseguia fazer crer que não existiam desvios dentro da Paraíba, uma vez que graças ao seu poder conciliatório tinha conseguido por fim a todas as disputas infrutíferas, fazendo do Estado um corpo, onde seus membros trabalhavam em prol do interesse comum.

De fato, durante algum tempo, o projeto argemirista foi hegemônico, de forma que compreendemos assim que, de longe, Argemiro de Figueiredo foi *o mais político de todos os políticos*, de sua época, e um *gênio* na arte do fazer político (COUTINHO, 1988, p. 83).

3.3. A Educação enquanto mecanismo da propaganda *argemirista* – o que se aprendia na escola?

A escola durante o Estado Novo funcionou como um espaço de veiculação da ideologia vigente, assim como todo o aparato propagandístico que tinha sido montado com tal finalidade. A própria educação fazia parte dessa grande máquina estatal de propaganda, criada pelo DIP e imitada pelo DEP paraibano.

Toda essa mega-estrutura foi necessária para conferir credibilidade a um governo originado de um golpe que mergulhou o país em um dos períodos de maior autoritarismo e suspensão dos direitos individuais do cidadão. Para a criação da legitimidade de que precisavam e de uma aura mítica em torno do chefe da nação, era preciso formular um conjunto de tradições políticas e costumes nacionais que servissem a identificação do povo brasileiro, gerando representações e práticas que interferissem diretamente em seu cotidiano, constituindo “*uma cultura política para uma nação considerada em estágio infantil, incapaz de auto-governo*” (MOTTA, 2009, p.15 e 16).¹⁹⁰

Essa construção passa a ser realizada dentro das escolas e dos espaços de conhecimento a serviço do Estado. A cultura levada bastante a sério, passou a ter papel de destaque, pois agia enquanto um suporte político para que as bases de harmonia, unidade e homogeneização de

¹⁹⁰ De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta, Oliveira Vianna foi o pioneiro no uso do termo Cultura política, em Instituições Políticas Brasileiras, embora não tenha apresentado de forma precisa. Entretanto, para Motta, o sentido defendido por Vianna para esse termo, era bem parecido com o que foi adotado pela Ciência Política. Ver Rodrigo Patto Sá Motta, Ruptura e continuidade na ditadura brasileira: a influência da cultura política 2013.

pensamento estivessem nos rumos que o Estado Novo exigia. Dessa forma, o governo passou a intervir diretamente na produção artística e intelectual, que ficavam sob a vigilância permanente do Ministro da Educação, Gustavo Capanema e do Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP.

A política cultural do varguismo foi coerente com a concepção de Estado que orientou a atuação do governante. Em nome de valores políticos, ideológicos, religiosos e morais, os representantes do regime justificaram a proibição ou valorização de produtos culturais. O poder político definiu, em última instância, o que deveria ser produzido e incentivou certas obras em detrimento de outras. A defesa da intervenção estatal na cultura, entendida como fator de unidade nacional e harmonia social, caracterizou esse período. A cultura foi entendida como suporte da política e nessa perspectiva, cultura, política e propaganda se mesclaram. (CAPELATO, 2003, p. 125).

Durante esse período, a cultura e a arte passaram a ter uma função de utilidade pública, pois deveriam agir para abranger e propagar a ideologia política do novo regime. Anteriormente preteridas, e vistas com maus olhos, a arte e cultura brasileiras foram convocadas a participar do projeto político em vigor e os seus produtores tiveram que operar como socializadores e unificadores da nação. O Estado Novo, para reforçar o seu poder através dos meios de produção cultural e artístico, procurou resgatar a confiança na arte nacional, atribuindo um novo sentido e valor, que servia de forma pedagógica para *ensinar* os seus preceitos doutrinários.

Verifica-se portanto um movimento de nacionalização, de amparo, de estímulo ao tocante à produção intelectual e artística no Brasil sob a égide do Estado Novo.

Deve-se esse fato principalmente ao especial carinho do presidente Getúlio Vargas pela inteligência nacional. S. Excia. mistura-se com os artistas. Anima-os, escuta-os, aplaude-os, discute com eles, manifesta as suas preferencias por esse ou por aquele livro, por essa ou por aquela composição.

Essa benevolência acolhedora do presidente Getúlio Vargas para com os escritores e artistas nacionais cerca-o de uma popularidade que raia pela idolatria nos meios intelectuais e artísticos da capital do País. (*A UNIÃO*, 20 de maio de 1939, p. 01).

De posse do apoio dos intelectuais e artistas brasileiros, Vargas juntamente com os ideólogos do Estado Novo deram continuidade à política de legitimação do regime, se baseando no cinema, no teatro e na música¹⁹¹. O presidente enxergava a grande potencialidade propagandística dessas três áreas da arte, especialmente o cinema, que acreditava ser uma

¹⁹¹ Vale ressaltar que por esse período os sambas que elogiavam a figura do malandro, a vida fácil e coisas nesse sentido foram proibidos. Coube ao músico Heitor Villa-Lobos, repaginar a cara da nova música brasileira. Ver CAPELATO, Maria Helena Rolim. O Estado Novo: O que trouxe de novo? In. **O Brasil Republicano (vol. 2)**. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. FERREIRA, JORGE e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). – 2º ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ferramenta extremamente importante para a explicação pedagógica e didática do regime as massas, promovendo o seu convencimento. Foi por isso que mesmo antes do Estado Novo, em 1932, por decreto¹⁹², o governo criara a obrigatoriedade da exibição de filmes nacionais.

Na Paraíba, não foi diferente. O cinema, seguindo os preceitos do que ditava as diretrizes nacionais, foi amplamente utilizado para fins educativos, com o sentido de formar o sentimento nacional e patriótico nos alunos. A iniciativa do governo paraibano em oficializar uma prática que já existia em outros Estados da federação, a exemplo de Minas Gerais, São Paulo, Distrito Federal, Espírito Santo, Rio Grande do Norte e outros¹⁹³, foi saudada como preponderante para a educação:

O governador Argemiro de Figueiredo systematizando esses serviços para todo o ensino público e complementando-os com o rádio, deu um grande passo em benefício da educação popular no Estado. (A *UNIÃO*, 07 de julho de 1935, p. 01).

O cinema foi um artifício do qual Argemiro de Figueiredo se utilizou para “catequizar” os paraibanos na doutrina do seu projeto político e da ideologia Estado-novista, pois conseguiu fazer com que a sétima arte estivesse ao alcance de todos, mesmo daqueles que se encontravam excluídos da sociedade, como anunciava a matéria vinculada pela *União*, a respeito da comemoração do primeiro aniversário de Governo de Argemiro de Figueiredo: “O governo fará também uma exibição cinematographica na Cadeia Pública, distribuindo-se nessa ocasião cigarros e lembranças da data.” (A *UNIÃO*, 25 de janeiro de 1936, p. 03).

Em datas específicas como estas, as exibições de filmes ao ar livre, tinham a intenção de fornecer uma espécie de diversão que fosse acessível a todos e que ao mesmo tempo contribuísse para o convencimento das massas. Dessa forma, os trabalhadores conseguiam esquecer a dura vida que levavam em dias comuns, quando em meio a sala de cinema ansiavam pelo descanso e entretenimento que eram ofertados pelo governo (AIRES, 2015, p. 183).

Entretanto, os filmes não se restringiram as salas de cinema que haviam na cidade, e as exibições ao ar livre, eles acabaram sendo levados também para dentro das salas de aula. As escolas onde ocorriam as exibições das programações filmicas mensais e previamente escolhidas pelo governo e publicadas pelo jornal oficial eram: Grupo Escolar Thomaz Mindello,

¹⁹² Decreto Nº 21.240 de 04 de abril de 1932. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21240-4-abril-1932-515832-publicacaooriginal-81522-pe.html> acesso em 09/07/2017.

¹⁹³ A *União*, 04 de junho de 1935, p. 08.

Epitácio Pessoa, Coronel Antônio Pessoa, Isabel Maria das Neves, Pedro II e Duarte da Silveira¹⁹⁴. Todos situados na capital.

Instituído desde julho de 1935, o cinema educativo variava o tema dos filmes exibidos, todavia, a maior parte dos selecionados eram a respeito de conhecimentos históricos e geográficos, comédias, noções de primeiros socorros, ciências e etc. havia toda uma preocupação no tipo de película que seria passada aos pequenos, pois se receava que determinados tipos de filmes fossem por demais inconvenientes, o que poderia provocar graves consequências a *fragilidade dos meninos* (AIRES, 2015, p. 185). É por isso que os professores eram encarregados de assistir previamente as películas como forma de se inteirar melhor do assunto¹⁹⁵.

Somando-se aos conhecimentos diversificados, era papel da escola e dos professores fazerem uma ativa propaganda negativa a respeito dos credos extremistas, principalmente o comunismo. A obrigatoriedade de tal conduta foi reforçada pelo Decreto-Lei Nº 162, de 1º de outubro de 1937, que

Restabelece a obrigatoriedade nas escolas do Estado, da propaganda contra os credos extremistas.

A Assembleia Legislativa do Estado, decretou e eu sancionei a seguinte Lei:
Art. 1º - Fica obrigatória nos estabelecimentos escolares do Estado da Paraíba, públicos ou particulares subvencionados pelo Governo a doutrinação democrática, visando a defesa das instituições políticas do País.

Art. 2º - Os professores deverão todas as quinzenas, reservar 15 minutos de aula para essa doutrinação, mostrando aos alunos os males dos regimes extremistas, quer da esquerda, quer da direita.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

Argemiro de Figueiredo.

Salviano Leite Rolim. (LIVRO DE LEIS E DECRETOS DE 1937).

Para criar o sentimento anticomunistas nas crianças, preces de teor propagandístico foram formuladas e ensinadas dentro dos espaços escolares. Tidas como *Preces de Civismo*, esses pequenos escritos figuram como pérolas da propaganda ideológica desenvolvida pelo Estado, utilizando-se sempre da religiosidade e do medo/aversão que grande parte dos brasileiros tinham ao comunismo.

Senhor, escuta minha prece de civismo
Será possível que o comunismo
Com seu astuto artil

¹⁹⁴ Ver José Luciano Aires, 2015, p. 184.

¹⁹⁵ A *União*, 07 de agosto de 1935.

Se encaminhe também pelo Brasil?
 Ele merece esse horror tão profundo?
 Esta senha maldita
 Que atormenta a Rússia e a Espanha
 E apavora o mundo
 Brasil querido, minha terra natal
 Livrai-nos Jesus de todo o mal
 Lembrai-nos que ele nasceu
 Terra de Santa Cruz, e sempre te pertenceu.
 Um Brasil sem Jesus é um Brasil pequenino
 Falta-lhe a seiva da graça e o bafejo divino
 Onde a alma da raça se expande
 E faz Brasil ser grande, muito grande.
 Um Brasil sem Jesus
 Todos os dias de sacrários vazios e lamparinas sem luz
 Como é triste, Senhor,
 Um Brasil sem Jesus.
 Jesus, escuta minha prece de civismo
 Afasta o comunismo,
 Pois em segredo te digo:
 - Acho minha Pátria grande e bela,
 Mas nela só ficarei se for contigo¹⁹⁶.

Na circular N° 10, publicada pelo jornal *A União*, em 22 de outubro de 1937 – poucos dias antes da implantação do Estado Novo – o diretor do Departamento de Educação do Estado, o Monsenhor Pedro Anísio, discorreu a respeito do que deveria ser a escola, uma vez que esta tinha “*o insubstituível papel de preservar das infiltrações marxistas e correntes deletérias as almas juvenis, infundindo-lhes o sã patriotismo, a bravura cívica e o genuíno espírito de brasilidade.*” (*A UNIÃO*, 22 de outubro de 1937, p. 01). Sob esse aspecto, papel primordial para que a escola alcançasse a função para que servia, foi desempenhado pelo professor. De acordo com esta mesma circular, da qual foram impressas várias cópias¹⁹⁷ dirigidas para os profissionais das escolas primárias, secundárias e superiores, no tocante ao professor caberia:

- 1- Todos os professores deverão iniciar as aulas com uma sucinta, mas substancial preleção contra o comunismo, tendo por fim criar no seio dos alunos uma mentalidade nacionalista sadia.
- 2- Deverão ser apreendidos todos os livros de carácter didático, técnico, político, social ou literário, que directa ou indirectamente visem a disseminação dos erros marxistas ou, de qualquer maneira, possam contribuir para amortecer os sentimentos de patriotismo.

¹⁹⁶ Essa prece foi extraída do trabalho de conclusão “O Integralismo e a Política brasileira dos anos 30”, 1987. De acordo com o autor, o Prof. Doutor Ângelo Emílio da Silva Pessoa, o texto foi lembrado a partir da memória de sua mãe, Dona Maria Violeta da Silva, que estudou no Colégio Interno Nossa Senhora da Luz, em Guarabira. Tal colégio católico tinha por diretor o Monsenhor Emiliano Colaço de Christo, tio de Dona Maria, o que demonstra o compartilhamento da mesma ideologia entre a Igreja e o Estado paraibano.

¹⁹⁷ Ofício de 25 de outubro de 1937, encaminhado por Mons. Pedro Anísio ao Diretor da Escola Secundaria do Instituto de Educação, juntamente com cópias da circular N° 10. Arquivo Público do Estado da Paraíba – João Pessoa. Arquivo do governador/interventor Argemiro de Figueiredo, Caixa 027.

3- Sendo a principal missão da escola educar, formar o caracter, preparar a consciência cívica da juventude nacional, não se deve limitar o professor a fria exposição de números e coisas, mas transformar as suas aulas em foco de civismo, valendo-se para esse fim, de todos os valores epticos e espirituales, estimulando os discípulos a amar a Família, a Pátria, a Deus e a guardar as nossas tradições. (*A UNIÃO*, 22 de outubro de 1937, p. 01).

O documento ainda falava da importância das disciplinas de História e Geografia para a formação dos educandos enquanto agentes do civismo e do patriotismo. Para tal, tais disciplinas e seus professores deveriam se preocupar em passar os efeitos heroicos dos antepassados que horaram o Brasil e o Estado da Paraíba, tornando-se símbolos de valores éticos e exemplos a serem seguidos. Como podemos ver, muitos desses profissionais da educação tiveram a sua função reduzida, deixando de ser formadores de opinião e consciência crítica, para se tornarem apenas agentes à serviço da propaganda estado-novista e da interventoria *argemirista*.

Já no Estado Novo, as escolas passaram a preconizar a obediência cega ao regime como forma de demonstração de amor ao país e de imposição a coletividade, uma vez que não importava mais o individual. Tal obediência não se restringia apenas aos alunos, mas também deveria ser seguida pelos professores.

É preciso imprimir por toda parte um ritmo seguro ao ensino, dando-lhe forma e feição objectivas. Já devemos rumar para os campos das realizações sem as peias do empirismo que tem coarctado a marcha ascendente do ensino público. Acima de tudo precisamos criar o habito de obedecer. A desobediência aos superiores hierarchicos tão commum em antigos hábitos brasileiros não se coaduna com os princípios rígidos da Constituição de 10 de novembro de 1937. O professor digno do seu ministério deve ser obediente, cordato e enérgico. A disciplina obriga a ordem e gera a boa organização da escola. Em consequência crea a sociedade nos moldes mais perfeitos. Obedecer é recalcar as tendências egoísticas, é disciplinar-se. (*A UNIÃO*, 30 de janeiro de 1938, p. 03).

Outra característica importante da escola dentro da lógica do Estado Novo era a questão eugênica, pega de empréstimo dos regimes Nazi/Fascistas da Europa. O novo regime passou a priorizar também a disciplina de Educação Física¹⁹⁸, sendo que esta proporcionaria “*Aos alunos o desenvolvimento harmonioso do corpo e do espírito, concorrendo assim para formar o*

¹⁹⁸ É importante salientar que essa disciplina, mesmo tendo sido utilizada durante o Estado Novo para esse fim, não se destina apenas a esse propósito.

homem de ação, física e moralmente sadio, alegre e resoluto, cômico de seu valor e de suas responsabilidades. ” (HORTA¹⁹⁹, 1994 p.66).

Foi pensando nisso que Argemiro de Figueiredo sancionou o decreto de 11 de fevereiro de 1938, que tornava obrigatória a disciplina de educação física nas escolas, afim de completar os princípios racionais de eugenia (A *UNIÃO*, 10 de novembro de 1938, p. 03), enquadrando a educação paraibana sob todas as diretrizes do que era preconizado pelo governo central.

A didática pedagógica desenvolvida pelo Argemirismo se completava com o rádio. Desde os primeiros meses de seu governo, Argemiro de Figueiredo cuidou para que fosse criada uma rádio estatal. A Rádio Tabajara, *“com sua função verdadeiramente educativa...será o veículo imediato de aproximação entre todos os paraibanos e um poderoso refletor de todas as nossas atividades ante os brasileiros dos outros Estados da Federação. ”*²⁰⁰

Mesmo sem a Radio Tabajara, que só foi inaugurada dois anos depois, ainda em 1935, foi implantada na Paraíba o programa de palestras educativas que eram transmitidas diariamente, das 15:12 às 16 horas, para todas as instituições escolares da capital. Essa iniciativa tinha apenas como objetivo, inculcar na mentalidade dos jovens alunos os preceitos cívicos e patrióticos de respeito e lealdade e obediência sem tibiezas, tanto ao chefe da nação, quanto ao chefe local, vistos como heróis por específicas razões: Vargas *concedeu benefícios* aos trabalhadores e os reuniu como filhos, Figueiredo seguiu seu exemplo e trouxe a *modernidade* à Paraíba.

Sendo assim, a função educativa do rádio se oficializou com o Estado Novo. Através de ofício enviado pelo Secretário da Educação José Batista de Mello²⁰¹ ao diretor da Escola Secundária do Instituto de Educação, enviou 10 exemplares das palestras de educativas, proferidas pelo microfone da Rádio Tabajara (AIRES, 2015, p. 148):

Sr. Director da Escola Secundária do Instituto de Educação,
Tenho a honra de remetter a V. S. dez (10) exemplares do “Boletim de Educação” que encerra as palestras educativas lidas ao microfone da PRI- 4,

¹⁹⁹ Ver HORTA, José Silvério Baía. O hino, o sermão e a ordem do dia; regime autoritário e a educação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

²⁰⁰ Álbum Realizações do Governo Argemiro de Figueiredo, 1938. Seção: Órgãos de Publicidade.

²⁰¹ Foi diretor do Departamento de Educação na Paraíba, até janeiro de 1936, quando foi afastado, passando a ocupar um cargo técnico no Departamento de Estatística, por ordem de Argemiro de Figueiredo, que nomeou para o seu lugar, o Monsenhor Pedro Anísio. Ver KULESZA, Wojciech Andrzej. Ensaios da escola nova na Paraíba (1930-1942). In: **VI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: Invenção, Tradição e Escrita da História da Educação no Brasil**, 2011 – Vitória – ES.

RADIO TABAJARA DA PARAHYBA, durante os meses de Fevereiro e Março do corrente anno.
Saudações

José Batista de Mello²⁰².

A vontade de um projeto de educação popular, como vinha sendo noticiada a reforma educacional no plano nacional, foi freada com a implantação da ditadura. Na Paraíba, tal projeto simplesmente não era possível devido à falta de interesse das elites oligárquicas atreladas ao Estado, sendo assim, mais uma vez

Com o apoio decisivo da Igreja, Argemiro silencia no Estado os setores nos quais seriam capazes de repercutir os anseios de renovação da educação propalados no sudeste do país, anseios estes que seriam totalmente desfeitos pelo golpe de novembro. (KULESZA, 2011, p. 07).

Ao invés de uma educação popular ocorreu uma educação dualística, onde se separava os futuros dominantes x dominados. O Lyceu Paraibano, que desde 21 de janeiro de 1939 ocupava as dependências da extinta Escola Secundária, que ficava no Instituto de Educação – uma das grandes obras do governo Argemiro de Figueiredo – era reservado aos filhos da elite local, de forma que esse espaço escolar se constituía como “escola propedêutica da elite” (KULESZA, 2011, p. 08). Por outro lado, o ensino técnico e profissional era destinado aos filhos oriundos das camadas mais baixas (GEORGE, 2008, p. 07), o que Argemiro de Figueiredo, mesmo na sua posse em 25 de janeiro, já justificava em razão de se assegurar o equilíbrio social

Impõe-se todavia que addcionemos ao ensino puramente livresco o ensino technico, profissional e rural, de vantagens tão prodigiosas para o bem privado e sobretudo para o bem publico, pela maior segurança que offerece ao equilibrio da ordem social. FIGUEIREDO, 1935 apud SYLVESTRE, 1993, p. 183).

A fim de sanar o problema do êxodo rural e a qualificação da mão-de-obra no interior do Estado, a interventoria deu início a construção de Escolas Rurais, que passariam a qualificar o trabalhador do campo, gerando renda para o estado, e promovendo a fixação destes no campo, como já mencionamos no capítulo anterior, pois se fazia “*necessário enraizar a idéia de ser brasileiro, mesmo nos mais longínquos recantos do território nacional*”. (PINHEIRO, 2006, p. 141).

²⁰² Ofício de 30 de julho de 1937. Arquivo Público do Estado da Paraíba – João Pessoa. Arquivo do governador/interventor Argemiro de Figueiredo, Caixa 027.

As instituições particulares, os Grupos Escolares, as Instituições Auxiliares²⁰³, e as Escolas Rurais criadas pelo governo, também serviram para reforçar a legitimidade do governo paraibano, sendo propagadores da ideologia vigente. Como alguns exemplos podemos citar o Colégio Pio X, Colégio da Sagrada Família, Colégio Nossa Senhora das Neves, Seminário Arquidiocesano, Instituto Comercial e o Colégio Imaculada Conceição, visto que já tinham sido cooptados pelo governo e que aparecem nos álbuns produzidos pelo Departamento de Estatística e Publicidade, recebendo donativos vultuosos²⁰⁴, servindo assim de complemento as outras instituições e a imprensa, onde a ação interventorial era mais enfática. Isso se explica pelo fato de a fronteira entre o público e o privado, quando referida ao Estado da Classe Dominante, ser muito tênue, obedecendo assim as suas aspirações, unindo-se sempre lhes convem (ALTHUSSER, 1970, p 45).

Podemos perceber através de nossas análises que essas instituições obedeciam a mesma lógica, que consistia em “educar” o povo de acordo com os preceitos de civismo, patriotismo e lealdade para com os seus representantes. As datas comemorativas elaboradas previamente pelo *calendário festivo* tinham por finalidade tornar-se exaltações ao nacionalismo, a pátria e ao governo, promovendo o sentimento de unidade, como podemos constatar em matéria publicada pelo jornal *A União*, intitulada “COMPARECIMENTO OBRIGÁTORIO”.

Ocorre no dia 19, sexta-feira próxima, a Festa da Bandeira que, este anno, será celebrada com desusada pompa em todo território nacional como uma demonstração viva de sadio patriotismo.

Neste sentido, a Directoria do Departamento de Educação reitera as determinações, anteriormente dadas a todos os directores de estabelecimentos públicos, particulares, primários e secundários para que, na manhã do grande dia, compareçam com todos os seus alumnos, pelas oito horas, à Praça João Pessoa, onde se effectuará a concentração das escolas desta capital.

É de esperar de todos os senhores paes de família que saibam cumprir o sagrado dever do patriotismo. Assim, acudindo pressurosos ao apello das altas altoridades do Paiz, não se recusem a enviar os seus filhos ao Altar da Pátria, para prestar o juramento à Bandeira. (*A UNIÃO*, 17 de novembro de 1937, p. 03).

²⁰³ Tinham como finalidade “amparar” e “melhorar” a orientação e educação das crianças de escola pública (MELLO, p. 122). Essas instituições consistiam em caixas escolares, clubes de leitura, cooperativas e etc. que já haviam sido implantadas desde a interventoria anterior (Gratuliano Brito), mas que se desenvolveram bastante no Governo Argemiro de Figueiredo, alcançando maior funcionalidade com o governo posterior (Rui Carneiro), que investiu no teatro como parte dessas instituições. Ver SILVA, Evelynne Nathaly Cavalcanti de Araújo. Implementação e expansão de instituições auxiliares do ensino nos grupos escolares paraibanos durante o Estado Novo (1937-1945). In: **VII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil**, 2013, Cuiabá.

²⁰⁴ *A Voz da Borborema*, 25 de janeiro de 1938.

Todo esse aparelhamento montado em torno das instituições educacionais convergiam para edificação do mito que se formou a respeito de Argemiro de Figueiredo, enquanto benfeitor e “melhor administrador” que a Paraíba já teve. O que se esperava diante de toda essa logística empregada pela propaganda, fosse pelos jornais, pela rádio ou nas escolas, era a massiva adesão da população ao projeto desencadeado pela interventoria paraibana. Sob essa lógica se assegurava “*a sujeição à ideologia dominante ou o manejo da «prática» desta.*” (ALTHUSSER, 1970, p. 22).

3.4. Do assistencialismo as grandes obras – “o melhor governo de todos os tempos!”

Notadamente como afirma Luciano Aires, o Governo de Argemiro de Figueiredo se baseou em “*obras de pedra e cal*” (AIRES, 2015, p. 55)²⁰⁵. Entretanto, esse conjunto de obras tinha como finalidade demonstrar a suposta preocupação do interventor com os paraibanos, criando assim uma *aura de benfeitor*, que contribuía para o não questionamento – pelo menos por parte de uma maioria – das velhas práticas autoritárias que persistiam, camufladas e encobertas pela postura generosa e conciliadora do homem *moderno* e *precavido* que comandava os seus destinos.

Dentro da lógica contratual Estado-novista, o governante outorgava as dádivas e a população aceitava-as, hipotecando em troca o seu silêncio, lealdade e obediência. Parecia um bom acordo, em teoria, isso porque

Fazer essas escolhas significava aceitar o que parecia ser um mal menor, ou desviar o olhar de alguns excessos que, a curto prazo, não pareciam tão nocivos, e que, isoladamente podiam ser vistos até mesmo como aceitáveis. (PAXTON, 2007, p. 34 e 35).

Assim, Figueiredo apressou-se em colocar em ação obras que sem resolver realmente o problema social da Paraíba, camuflava-o implementando algumas mudanças que melhoravam um pouco a situação das classes menos abastadas. As áreas que sofreram de pronto relativo melhoramento foram as da instrução e saúde públicas, que se tornaram – segundo os porta-vozes da interventoria - um dos mais belos capítulos da redenção moral, econômica e social do Estado²⁰⁶.

²⁰⁵ Ver anexo, imagem III, p. 163.

²⁰⁶ Álbum *Realizações do Govêrno Argemiro de Figueiredo*, 1938, p. III.

De fato, a instrução pública dos paraibanos foi algo a que Figueiredo já demonstrava preocupação desde 1935, quando afirmava que muito já se havia feito a esse respeito, mas que de todo modo *“a necessidade de sua maior difusão é imperiosa e constante devido ao aumento progressivo da população.”* (FIGUEIREDO, 1935 apud SYLVESTRE, 1993, p. 183).

A preocupação em capacitar os paraibanos, tornando-os mão-de-obra qualificada e preparada para se enquadrar na nova divisão do trabalho que se estabeleceu no país, existiu realmente. Todavia, o grande esforço e as despesas com o setor educacional não se justificam apenas por esse motivo, mas também pelo fato de Argemiro de Figueiredo, mesmo antes do Estado Novo, desejar *“um aparelhamento perfeito da ordem pública, dentro dos moldes rigorosos da disciplina e da fidelidade, inspirando confiança a todos.”* (FIGUEIREDO, 1935 apud SYLVESTRE, 1993, p. 185). O que só seria possível através da esteira da educação.

Com apenas três anos de governo, Figueiredo já contava com a construção do Instituto de Educação – um projeto ambicioso e complexo que comportava o Edifício Central (Escola Secundária e Escola de Professores) e Jardim de Infância, Escola de Aplicação, Escola de Puericultura, Estádio e outras edificações menores -, reforma e ampliação do Grupo Escolar Epitácio Pessoa, que agora dispunha de uma área de 1121 metros quadrados, e que contava com Jardim de Infância, cinema educativo, biblioteca e mais quatro salas de aula, a construção de 18 novos Grupos Escolares espalhados pelo interior do Estado e a se somar a isso, a conclusão da Escola de Agronomia do Nordeste, que localizada no município de Areia e instalada ainda na interventoria anterior – a de Gratuliano Brito – foi concluída sob o governo de Argemiro de Figueiredo, protagonizando várias páginas do álbum *5 anos de Governo*. O Departamento de Estatística e Publicidade fez questão de salientar que esta escola se constituía enquanto *“uma das mais eficientes do país”* (p. 81), sendo necessário gastos excessivos para mantê-la, o que não constituía como um empecilho a interventoria, frente aos benefícios que ela poderia trazer tanto para a Paraíba, quanto para o nordeste.

As tabelas a seguir mostram respectivamente, os Grupos Escolares construídos durante o governo de Argemiro de Figueiredo:

Quadro IV

Grupos Escolares construídos entre 1936 e 1937

Cidade/Distrito	Nome da Escola	Número de salas de aula
Alagoa Grande	Apolonio Zenaide	06 salas de aula

Pilar	José Maria	04 salas de aula
Sapé	Gentil Lins	04 salas de aula
Mamanguape	Prof. Luiz Aprigio	04 salas de aula
Campina Grande	Prof. Clementino Procópio	04 salas de aula
Queimadas	José Tavares	02 salas de aula
Piancó	Ademar Leite	04 salas de aula
Galante	Monsenhor Sales	02 salas de aula
Misericórdia	D. Vital	04 salas de aula
Conceição	José Leite	04 salas de aula
Moreno	Celso Cirne	04 salas de aula

Fonte: Álbum Realizações do Governo Argemiro de Figueiredo, 1938. Tabela elaborada pela autora.

Quadro V

Grupos Escolares ainda em construção no ano de 1938

Cidade/ Distrito	Número de salas de aula
Picuí	04 salas de aula
Serraria	04 salas de aula
Santa Rita	06 salas de aula
Cabaceiras	02 salas de aula
Taperoá	04 salas de aula

Fonte: Álbum Realizações do Governo Argemiro de Figueiredo, 1938. Tabela elaborada pela autora.

Sem dúvida, o período que vai de 1935 a 1940 foi o período em que mais se construiu Grupos Escolares em uma só gestão, uma vez que entre os anos de 1928 a 1930, o Estado só contava com 12 instituições dessa (SANTOS NETO, 2007, p. 66). Em 1934, já se somavam 34 Grupos Escolares, sendo que esse número pulou para 42 no ano de 1939. Em seu governo, Argemiro de Figueiredo, ergueu 18 Grupos Escolares pelo interior do Estado, os quais, “subordinados as mais modernas prescrições pedagógicas, deram uma feição nova e impressionante no que diz respeito ao campo educacional”²⁰⁷. Dessa maneira,

Todos os grupos escolares vêm tendo completo acabamento e as suas instalações de água, esgoto e luz obedecem as indicações modernas, tudo se

²⁰⁷ Álbum Realizações do Governo Argemiro de Figueiredo, 1938, p. III.

tendo previsto no sentido de assegurar aos educandos, mesmo no mais remoto sertão, a maior soma possível de conforto, no propósito de levar aos mais afastados recantos do Estado realizações que por si mesmas contribuirão notavelmente na formação das novas gerações, pois o edifício da escola irá exercer também sua função educativa dando, não só aos alunos como a população das localidades beneficiadas, modernas noções de bem estar e higiene. É parte integrante no plano dos prédios construídos e em construção, gabinetes médicos e odontológicos, salas para diretoria e professores, pavilhão de recreio e etc. (ÁLBUM REALIZAÇÕES DO GOVÊRO ARGEMIRO DE FIGUEIREDO, 1938).

De acordo com publicação do jornal *A União*, vários Grupos Escolares já existentes passaram por reformas e melhoramentos da sua estrutura física, sendo alguns deles: Grupo Escolar Santo Antônio, Grupo Escolar Antônio Pessoa, Grupo Escolar Tomaz Mindello, Grupo Escolar de Araruna, Grupo Escolar de Antenor Navarro, Grupo Escolar de Patos, Grupo Escolar de Santa Luzia, Grupo Escolar Sólon de Lucena, Grupo Escolar de Cajazeiras, Grupo Escolar de Areia, Grupo Escolar de Bananeiras e Grupo Escolar de Itabaiana²⁰⁸. Isso demonstra os vultuosos gastos da interventoria paraibana com a instrução pública, o que pode ser comprovado pelo Decreto N° 1274²⁰⁹, de 26 de janeiro de 1939, que abria crédito de 200:000\$000 (duzentos contos de reis), para as despesas com melhoramentos das escolas já existentes, construção de novas, compra de materiais escolares e etc.

Outra obra que beneficiava diretamente a categoria de estudantes na capital foi a inauguração – por conta do segundo ano do governo Argemiro de Figueiredo – da Casa do Estudante, anunciada em pronunciamento oficial²¹⁰ transmitido pela *Rádio Tabajara* e posteriormente publicado pelo DEP, sendo não só esta obra inaugurada e divulgada naquele dia. De acordo com o Decreto N° 782, de 12 de março de 1937, a Casa ficaria sob dependência da Secretária do Interior e fiscalização da diretoria do Lyceu Parahybano, de forma que

Art. 1° - instalada à rua Feliciano Coêlho desta capital, tem por fim amparar os estudantes, principalmente do interior que por falta de recursos se acham impossibilitados de frequentar os estabelecimentos de ensino da capital do Estado. (*A UNIÃO*, 13 de março de 1937, p. 04).

Já em Campina Grande, ao que consta na matéria do jornal *A Voz da Borborema*, Argemiro de Figueiredo, preocupado com a causa da instrução na sua cidade, teria investido na criação de um Museu Escolar. A iniciativa que partiu de uma professora da cidade, contribuiu

²⁰⁸ *A União* de 25 de janeiro de 1939, p. 01 e 02.

²⁰⁹ Tal decreto foi publicado pelo órgão oficial do Estado em 27 de janeiro de 1939, p. 04. Ver Implementação e expansão de instituições auxiliares do ensino nos grupos escolares paraibanos durante o Estado Novo, 2013.

²¹⁰ Discurso transmitido pela Rádio oficial do Estado, às 20 horas do dia 25 de janeiro de 1937.

para afirmação do governante paraibano como homem preocupado com a educação, visto que a intenção do museu, de acordo com as palavras da professora, era dispor do material didático necessário afim de que os seus colegas de profissão fizessem bom uso destes²¹¹.

Destarte, verificamos que Argemiro de Figueiredo foi um dos governantes mais preocupados com a educação na Paraíba. Tanto no que se refere a estrutura física das instituições de ensino, quanto a ideologia por estes vinculada, que deveria seguir à risca o enquadramento do Estado Novo, e o *projeto Argemirista*, como foi exposto até aqui.

No tocante ao assistencialismo, pode-se dizer que o ensaio de tal prática se iniciou em seu governo, tendo alcançado seu ponto máximo com o interventor seguinte, Ruy Carneiro²¹². No tocante a Argemiro de Figueiredo, uma série de obras de cunho assistencialista foi levada a cabo durante os anos em que esteve à frente da Paraíba. Dentre elas, as mais importantes figuram como sendo a construção do Abrigo de Menores Jesus de Nazaré e a Cozinha Dietética, aos quais já nos reportamos anteriormente e que juntamente com outros serviços conseguiram oferecer uma melhor qualidade de vida a uma parcela pequena da população mais carente.

No dia 13 de junho de 1937, a Cozinha Dietética foi inaugurada e sob o título “UM GOVERNO QUE CUMPRE O SEU PROGRAMMA DE ASSISTENCIA SOCIAL”, publicada pelo jornal *A União* no dia seguinte, se explicava a importância que tal instituição teria no que dizia respeito as crianças paraibanas:

A Cozinha Dietetica é uma realização de grande alcance, sem a qual os serviços de assistência a infância abandonada perdem quasi que totalmente a sua eficiencia. Do seu funcionamento normal advirá, em tempo que não está longe, a queda sensível no alto índice de mortalidade infantil de nossa capital. (A UNIÃO, 13 de junho de 1937, p. 01).

Embora a Cozinha tenha ajudado a combater a mortalidade infantil, seu alcance não era tão abrangente quanto o que noticiava o jornal oficial do Estado, visto que apenas 60 litros de leite²¹³ eram distribuídos diariamente para as filhas pobres da capital. Para ajudar a suprir essas necessidades foi que o interventor investiu também na criação de um serviço de pré-natal e

²¹¹ De acordo com o jornal, a professora Appolonia Amorim, influenciada pelo conhecimento adquirido no sul do país, e com a garantia do apoio do governo, tomou a iniciativa de fundar o referido museu. *A Voz da Borborema*, 11 de agosto de 1937.

²¹² A esse respeito ver SILVA, Jean Patrício da. **A construção de uma nova ordem**: análise da interventoria de Rui Carneiro no estado da Paraíba (1940-1945). – João Pessoa, 2013.

²¹³ *A União*, 13 de junho de 1937, p. 05.

higiene infantil que ficavam em uma Policlínica auxiliada pelo Poder Público²¹⁴, além do Abrigo de Menores.

O Abrigo, como o próprio nome sugere, tinha por finalidade o amparo científico, moral e intelectual de todas as crianças de 0 a 10 anos que fossem, realmente abandonadas de forma física ou moral, pelos seus genitores ou parentes que não tivessem a mínima condição de lhes fornecer subsídios para uma vida e uma educação saudável nos moldes que o governo ansiava²¹⁵.

E para completar esse “assistencialismo” à infância e à juventude, faltava ainda resolver os problemas com os “menores infratores”. Durante o período que esteve à frente da interventoria, Argemiro de Figueiredo cuidou para que estes fossem encaminhados a instituições correcionais²¹⁶, a fim de que pudessem ter acesso a um ensino de qualidade, para que uma vez recuperados, viessem a si reintegrar ao convívio social, dotados de capacidades técnicas, que os possibilitasse trabalhar, conscientes e agradecidos ao *Estado tutelar*, que lhe concedeu a benefício de se tornar um cidadão ciente de seus direitos e deveres²¹⁷.

Dentre as principais escolas desse gênero no Estado, figurava a Escola Correcional Presidente João Pessoa, destinada aos maiores de 10 e menores de 21 anos, quando delinquentes, para os “reeducar”. Na verdade, essas instituições agiam na tentativa de “*limpar a cidade de ‘menores abandonados e delinquentes’*” (PINHEIRO, 2006, p. 135), para omitir qualquer ameaça de ação contrária a ideologia implantada, criando uma ideia de projeto homogêneo, coeso e harmônico, que viesse desde a base, ou seja, da infância e que contava com a participação de todos em prol de um ideal comum que era a construção da nacionalidade.

Todavia, o que essas instituições realmente priorizavam antes de mais nada era a questão eugênica, encabeçada pelo Estado Novo e que se refletia em vários Estados da Federação, como na Paraíba também. Em matéria sobre *As Realizações do Governo Argemiro de Figueiredo*, a explicação para todo esse cuidado e zelo com a infância se justifica pelo desenvolvimento de um povo forte e sadio.

O problema de proteção à infância abandonada sempre foi e será um dos fatores primordiais para a eugenia e desenvolvimento da raça. Não se pode

²¹⁴ Álbum *Realizações do Governo Argemiro de Figueiredo*, 1938

²¹⁵ Álbum *Realizações do Governo Argemiro de Figueiredo*, 1938

²¹⁶ Sobre a construção do Instituto de Menores, ver *A União*, 16 de março de 1937

²¹⁷ Dentre essas instituições para menores, a que teve maior destaque foi o Escola Correcional Presidente João Pessoa, em Pindobal, localizada no município de Mamanguape. Ver *Edifícios Escolares do Estado da Paraíba*, 1936.

conceber um povo forte e sadio, quando parte de sua infância vive ao desamparo, sem ter quem lhe guie os primeiros passos na existência. (ÁLBUM REALIZAÇÕES DO GOVÊRNO ARGEMIRO DE FIGUEIREDO, 1938).

Os adultos também foram contemplados com as obras assistenciais da interventoria. Dentre estas, consta a construção de um leprosário, a ampliação e duplicação do *Hospital Colonia Juliano Moreira*, e a criação do novo *Pavilhão Clifford*, dotado das mais modernas instalações e materiais adequados aos novos tratamentos psiquiátricos, a construção do Hospital Regional de Cajazeiras, que atenderia os sertanejos mais necessitados e a criação de um Dispensário Anti-venéreo na capital, que baseado no modelo espanhol, aparecia como grande inovação no tratamento e apoio aos operários que contassem doenças como a sífilis.

Um serviço que o Govêrno Argemiro de Figueiredo criou na capital, de acordo com as modernas práticas de higiene, é talvez um dos únicos do Brasil: trata-se do Dispensário Noturno Anti-venereo, que funciona na capital com regularidade e eficiência, atendendo principalmente operários. Ninguém há de contestar que esse dispensário, tão comum nos centros de avançada civilização, da Europa e da América, exerce um notável papel educativo na mentalidade popular. (ÁLBUM REALIZAÇÕES DO GOVÊRNO ARGEMIRO DE FIGUEIREDO, 1938, p. III).

De acordo com a própria interventoria, todas essas obras só foram possíveis graças à boa situação econômica de que vinha gozando o Estado da Paraíba desde 1935²¹⁸. Desde a criação da Secretaria de Agricultura, Comércio, Viação e Obras Públicas, através do Decreto N° 635, os diversos setores sociais e financeiros do Estado vinham recebendo maior atenção e um eficiente controle por parte de Argemiro de Figueiredo, a fim de enquadrar a Paraíba nos anseios do seu projeto político.

Tido como a maior de suas realizações, o desenvolvimento da policultura e a mecanização da lavoura demonstraram um enorme êxito, permitindo ao Estado, baseado em suas condições climáticas de acordo com cada região, se dedicar a determinado cultivo, sendo o proprietário de terra favorecido com os fomentos agrícolas, além de criar cooperativas, caixas agrícolas e campos de demonstração desde a zona da mata até o sertão paraibano.

O panorama de atrazo que era comum em nossos campos vai rapidamente desaparecendo. A enxada rotineira, a semente sem valor, as safras ridículas, a monocultura, a desconfiança dos mercados compradores, tudo isso vai desaparecendo para dar lugar a um novo ambiente de trabalhos eficientes e produtivos, ambiente de bem estar e de melhor conforto aos que trabalham na terra. (ÁLBUM 5 ANOS DE GOVERNO, 1940, p. 58).

²¹⁸ Álbum *Realizações do Govêrno Argemiro de Figueiredo*, 1938.

De acordo com a propaganda estatal, a Paraíba dividida em 12 inspetorias chefiadas diretamente por agrônomos contratados pelo chefe do executivo paraibano, conseguiu se livrar da monocultura que durante anos haviam levado somente a *atraso e pauperismo*. Diante da nova obra de soerguimento agrícola, a Paraíba despontava como exemplo a ser seguido:

A impressão que tenho da Paraíba é que é um Estado bem administrado, onde se cuida com carinho dos problemas econômicos, onde se faz principalmente a política rural, considerando que as fontes de produção repousam na agricultura. Neste particular, a Paraíba é um Estado que representa um avanço em relação aos outros Estados do Norte, uma vez que seus problemas estão todos já esclarecidos e encaminhados a uma solução definitiva. Deve-se isto ao fato de haver sido a Paraíba quem, em primeiro lugar, deu uma magnífica acolhida aos técnicos em agricultura racional. Quero acentuar a fama que corre em todo o Brasil de que aqui, o agrônomo tem justo conceito de que deve ser merecedor, sentindo-se ele a vontade para desenvolver as suas atividades sem o penoso constrangimento das restrições burocráticas ou da incompreensão da sua finalidade. (ENTREVISTA DO DR. NEWTON BELÊZA ALTO FUNCIONARIO DO MINISTERIO DA AGRICULTURA, apud A UNIÃO, 10 de março de 1938, p. 01)²¹⁹.

Através desse contingente de obras que funcionavam como propaganda política, Argemiro de Figueiredo conseguiu passar para história como o melhor administrador de todos os tempos, o que à época, ao que parece, se resumia às grandes e suntuosas obras de pedra e cal, como bem adverte Luciano Aires. Juntamente com essas edificações e iniciativas podemos somar também o Saneamento básico da cidade de Campina Grande, a reforma do Parque Sólon de Lucena, o alargamento de ruas e iluminação pública da capital. Enfim, uma série de criações que revestidas de modernidade e progresso buscavam esconder velhas e carcomidas práticas de clientelismo e mandonismo.

²¹⁹ De acordo com o resto da notícia publicada, o referido alto funcionário estava em missão técnica no Estado da Paraíba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A *Revolução de 1930* que pleiteava uma profunda transformação no cenário político e social do Brasil, com ideias de *Republicanizar a República*, provou-se um movimento originado do seio das elites dissidentes que já não compactuavam mais com os vícios da *Velha República*, mas que também não desejavam realmente modificar as bases estruturantes do jogo político.

Como pudemos observar, tal *Revolução* não conseguiu eliminar de fato o poder das elites oligárquicas, uma vez que durante toda a década de 30 e 40 práticas do coronelismo continuaram a ser utilizadas, variando apenas o grau de independência que essas elites locais tinham em relação a um governo local e outro.

Entretanto, é necessário ressaltar que transformações importantes se seguiram no pós-30, como o novo tipo de Estado que surge, baseado em uma centralização do poder, na racionalidade e no conceito de modernidade diferem por completo dos primeiros anos da República brasileira. As ações do novo regime convergiam no sentido de limitar cada vez mais a autonomia das elites locais, submetendo-as ao Governo Central. E para tal o papel dos interventores – homens de confiança – nomeados por Getúlio Vargas era de extrema importância.

Nesse sentido, dois dos três primeiros interventores paraibanos: José Américo de Almeida, e Gratuliano Brito, seguindo a orientação que vinha de cima, agiram no intuito de tentar conciliar os interesses dessas frações oligárquicas com o projeto político nacional. De 1930 a 1934 pudemos perceber que as elites paraibanas embora não tivessem sido alijadas completamente do poder, ainda tinham bastante influência em seus redutos locais.

A partir do Governo de Argemiro de Figueiredo, vemos que mesmo os oligarcas mais conservadores, considerados ultrapassados pela *Revolução de 30*, voltam a ocupar os seus antigos lugares, passando a gozar dos benefícios que suas posições ofereciam. Figueiredo associando-se a Igreja Católica, conseguiu apaziguar os ânimos de inimigos de outrora e de companheiros de sempre, unindo todos embaixo da *asa* protetora do Estado. Dessa forma, o novo governador foi se consolidando como líder hegemônico dentro da Paraíba, principalmente após o afastamento de José Américo de Almeida, ocasionado justamente pela postura de conciliação e conagração que vinha sendo adotada.

Sendo assim, entendemos que Argemiro de Figueiredo foi um homem que refletiu em suas ações o tempo em que vivia. De tendência democrática no início de sua carreira política, o que lhe valeu um breve rompimento com o seio familiar, transitou rapidamente para o autoritarismo conservador, que se travestia de democracia, se adaptando assim ao jogo político e as suas façanhas.

Integrando parte de um grande grupo de intelectuais e políticos que enxergavam o autoritarismo como terceira via as alternativas possíveis (liberalismo e socialismo), Figueiredo como um verdadeiro *camaleão político*, moldou-se as exigências e urgências do meio. Dessa maneira, de defensor da democracia passou a levantar a bandeira da ditadura Estado-novista.

Antes mesmo do Estado Novo, a sua administração já despontava como uma das mais repressoras do período, devido a fiscalização e coação feita a classe trabalhadora, a perseguição aos que eram considerados *subversivos*, e as prisões dos paraibanos que se identificavam com a doutrina comunista. Como interventor federal, Argemiro de Figueiredo procurou deixar claro que o seu Estado compactuava e se integrava completamente a ditadura que se instalou no país. E atendendo a orientação do próprio chefe da nação, procurou estabelecer uma boa relação com todas as oligarquias paraibanas, trazendo para junto de si os antigos caciques da República Velha, os quais recebiam de volta os seus domínios. Dessa forma, o interventor, dividindo o Estado em satrapias, entregava-as aos seus mais próximos e “caros amigos”, aqueles que tinham prestígio e alto poder aquisitivo (COUTINHO, 1988, p. 83).

Todavia, esse clima amistoso permitiu a “volta” desenfreada das “*mesmas taras*”, de outrora, visto que a partir de 1934 o ideal de combater as oligarquias já perdia força (SOUSA NETO, 2016, p. 211). Nesse aspecto, como filho e herdeiro das velhas práticas tradicionais da política paraibana, Argemiro de Figueiredo interpretou com maestria o papel de grande coronel paraibano e líder da política local.

A interventoria paraibana com Figueiredo levou a frente um projeto político que se mostrou eficiente até meados de 1939, quando fagulhas e intrigas “sanadas” até então começaram a reaparecer. Entretanto, a pergunta que devemos nos fazer é: se Argemiro de Figueiredo se mostrou tão eficaz ao projeto do Estado Novo, porque acabou sendo substituído em 1940? Essa pergunta foge aos limites traçados por este trabalho, mas esperamos que futuras pesquisas venham a sanar essa questão.

Entretanto, a análise do governo e da inteventoria argemirista associada aos conceitos de *hegemonia* e *contra-hegemonia* de Antônio Gramsci nos permite pensar que mesmo dentro do bloco dominante existem contradições e diferenças, que promovem a sua desagregação e fragilidade, permitindo assim um movimento *contra-hegemônico* feitos por aqueles que estão fora do poder, mas que anseiam por este. Sendo assim, se torna possível o bloco dominante ser alijado do poder e substituído.

Analisando a trajetória do indivíduo Argemiro de Figueiredo, percebemos que seus contemporâneos o enxergam como: o Administrador, o Intelectual, o Orador, e o Político.

Como administrador foi um grande visionário, fazendo de suas obras palcos de festa e propaganda de si mesmo e concedendo benefícios ao modo do Estado Novo. Por outro lado, governou o Estado com mãos de ferro, inibindo a oposição e perseguindo quem destoasse do ideal de futuro traçado, a fim de que a Paraíba se enquadrasse nos parâmetros de *ordem* e *progresso* característicos de uma modernização conservadora (MELLO, 2003).

Como intelectual se fixou na memória de seus pares como uma das mentes mais proeminentes de sua geração, sendo saudado e lembrado até hoje pelos seus admiradores. Entusiasta dos governos discricionários europeus, Figueiredo identificado com tais postulados, assim como a Igreja Católica, não fez nenhuma oposição ao crescimento do Movimento Integralista dentro da Paraíba.

Como orador conquistou e empolgou as multidões que se aglomeravam em frente do rádio ou do Palácio da Redenção – em dias festivos - para ouvir-lhes chamar “*meus leais companheiros de luta*”, inaugurando assim um estilo de oratória próprio, marcado pela elegância, e sobriedade das palavras (PEREIRA, 1986).

Como político Argemiro de Figueiredo soube costurar acordos, apaziguar as inimizades, convergir os interesses, remediando as discórdias, e se manter na chefia do executivo estadual ao longo de cinco anos ininterruptos, criando uma imagem que foi se consolidando ao longo dos anos, e que o transformou em um dos mitos políticos da Paraíba.

REFERENCIAS

* FONTES

Manuscritas

Carta de José Américo de Almeida à Gratuliano da Costa Brito em 05 de setembro de 1932.
Disponível na Fundação Casa de José Américo.

Impressas

Jornal *A Batalha* (1935-1937). Biblioteca Atila Almeida (UEPB – Campus I Campina Grande) e Fundação Casa de José Américo.

Jornal *A Imprensa* (1935-1937). Biblioteca Maurílio de Almeida (Acervo particular)

Jornal *A União*. João Pessoa (1935-1940). Fundação Casa de José Américo.

Jornal *A Voz da Borborema* (1935-1939). Biblioteca Atila Almeida (UEPB – Campus I Campina Grande).

Documentos Oficiais:

- Álbuns:

Edifícios Escolares do Estado da Paraíba (1936). Disponível na Biblioteca Atila Almeida (UEPB – Campus I Campina Grande)

Realizações do Governo Argemiro de Figueiredo (1938). Disponível no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP.

5 anos de Governo – Reportagens das festas do quinto aniversário do Governo Argemiro de Figueiredo e uma síntese das suas impressionantes realizações sociais e econômicas que renovaram inteiramente a paisagem paraibana - (1940). Disponível na Fundação Casa de José Américo.

- Discursos publicados pelo DEP:

DISCURSO À PARAHYBA proferido pelo Exmo. Sr. Dr. Argemiro de Figueiredo no dia do 1º aniversário de seu governo. João Pessoa, 26 de janeiro de 1936.

Discurso Proferido ao microfone da PRI-4, Rádio Diffusora da Parahyba, por sua Excellencia, o sr. Governador Argemiro de Figueiredo, às 20 horas do dia 25 de janeiro findo, data da passagem do segundo aniversário de sua administração. João Pessoa – Parahyba – 1937.

- Mensagens à Assembleia Legislativa:

MENSAGEM apresentada a Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba na abertura da sessão ordinária de 1935 pelo Governador Argemiro de Figueiredo.

MENSAGEM apresentada a Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba na abertura da sessão ordinária de 1936 pelo Governador Argemiro de Figueiredo.

MENSAGEM apresentada pelo Governador Argemiro de Figueiredo à Assembleia Legislativa da Parahyba a 1º de setembro de 1937. João Pessoa – Parahyba – 1937.

- Leis e Decretos:

ATOS DO PODER EXECUTIVO. Estado da Paraíba. Leis e Decretos de 1936.

ATOS DO PODER EXECUTIVO. Estado da Paraíba. Leis e Decretos de 1937.

ATOS DO PODER EXECUTIVO. Estado da Paraíba. Leis e Decretos de 1937.

* BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Luciano Arrone de. **Um olhar regional sobre o Estado Novo**. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007 – (coleção Nova et Vetera; 12).

AIRES, José Luciano de Queiroz. **Cenas de um espetáculo político**: poder, memória e comemorações na Paraíba (1935-1945). 2. Ed. – João Pessoa: Editora do CCTA, 2015.

_____. **A fabricação do mito João Pessoa**: batalhas de memórias na Paraíba (1930-1945). Campina Grande: EDUFCG, 20013.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Editorial Presença: Lisboa, 1970.

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. **O conceito de hegemonia**: de Gramsci a Laclau e Mouffe. – Lua Nova, São Paulo, 80: 71-96, 2010.

AMARAL, Azevedo. **O Estado autoritário e a realidade nacional**. Ebook Brasil, [1938], 2002.

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo; tradução Denise Bottman. – São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Naughton Rocha França de. **Argemiro de Figueiredo** (um esboço de sua vida). Série Histórica. Campina Grande: Editora A União, 2000.

AUGE, Marc. Pour une anthropologie des mondes contemporains, Flammarion, Paris, 1994.

BARBOSA, Jivago Correia. **Política e assistencialismo na Paraíba**: o governo de José Américo de Almeida (1951-1956). – João Pessoa, 2012.

BARBOSA, João Batista. **Santa Cruz e o Jornal do Povo**: uma contribuição à história das lutas sociais na Paraíba. João Pessoa: Gráfica Santa Marta, 1985.

BARROS, José d'Assunção. História social e retorno do político. In. **Campos da Política** – discursos e práticas. SCRURSTER, Karl; SILVA, Giselda Brito; MATOS, Júlia Silveira. (orgs.). São Paulo: LP-Books, 2012.

BEIRED, José Luís Bendicho. **Sob o signo da nova ordem**: Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina. São Paulo: Loyola/História Social USP, 1999.

BENJAMIN, Walter. **Paris, a capital do século XIX**, 1982.

_____. O Narrador. In: Obras escolhidas: **Magia e Técnicas Arte e Política**. São Paulo: Ed Brasiliense. 1998.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In. **Para uma história cultural**. RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François (orgs.). Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

BORGES, Vavy Pacheco. História e política: laços permanentes. In. **Política e cultura**. REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA – Ogão da Associação Nacional dos Professores Universitários de História – São Paulo. ANPUH/Marco Zero, Vol. 12, nº 23/24, setembro 91/agosto 92.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In. **Usos e abusos da história oral**. AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes, Coordenadoras – 8. ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. **A economia das trocas simbólicas.** / Introdução, organização e seleção Sergio Micelli, - São Paulo: Perspectiva, 2007. – (coleção estudos 20/ dirigida por J. Guinsburg).

CÂMARA, Epaminondas. **Datas Campinenses.** Campina Grande: Ed Caravela, 1988.

CAMARGO, Aspásia. **O Nordeste e a política:** diálogo com José Américo de Almeida. Aspásia Camargo e Eduardo Raposo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena.** São Paulo: Unesp, 2º edição, 2009.

_____. O Estado Novo: O que trouxe de novo? In. **O Brasil Republicano (vol. 2).** O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. FERREIRA, JORGE e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). – 2º ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Estado Novo: novas histórias. In. **Historiografia brasileira em perspectivas.** FREITAS, Marcus César (org). 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

CARDOSO, Adalberto. **Estado Novo e corporativismo.** – Locus: revista de história, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 109-118, 2007.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Os arquivos da polícia política brasileira: intolerância, repressão e resistência. In. **Presos políticos e perseguidos estrangeiros na Era Vargas.** VIANNA, Marly de Almeida Gomes; SILVA, Érica Sarmiento da; GONÇALVES, Leandro Pereira (orgs.). – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2014.

_____. O anti-semitismo na Era Vargas. – São Paulo: EDITORA PERSPECTIVA S.A, 2011.

CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino. **A ameaça vermelha:** o imaginário anticomunista na Paraíba (1917-1937) /. – Recife: O autor, 2013.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. **As singularidades da modernização na cidade da Parahyba nas décadas de 1910 a 1930.** - Recife, 2004.

CHARAUDEAU, Patrick. Discurso Político; tradução Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. – 2. ed. 1º reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2013.

CODATO, Adriano. A transformação do universo das elites no Brasil pós-30: uma crítica sociológica. In: **História social das elites/** organizador Flavio M. Heinz. São Leopoldo: Oikos, 2011.

COUTINHO, Marcos Odilon Ribeiro. **Poder, alegria dos homens.** Gráfica “A Imprensa” – João Pessoa – PB, 1988.

CUNHA, Lincoln Nascimento Júnior; DAMIÃO, Carla Milani. **O conceito de fantasmagoria na teoria da modernidade de Walter Benjamin.** Disponível em <http://www.sbpcnet.org.br/livro/62ra/resumos/resumos/6033.htm>

D’ANGELO, Martha. **A modernidade pelo olhar de Walter Benjamin.** Estudos Avançados 20, (56), 2006.

DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder – relações de classe. In. **História geral da civilização brasileira vol. 10 tomo III:** O Brasil Republicano – Sociedade e Política (1930-1964). Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1991.

FAUSTO, Bóris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

_____. A Revolução de 1930. In **Brasil em perspectiva**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In. **O populismo e sua história: debate e crítica**. FERREIRA, Jorge, organização. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes e PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In. **O Brasil Republicano (vol. 1)**. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. FERREIRA, JORGE e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). – 2º ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FILHO MEDEIROS, João. **82 horas de subversão** (Intentona Comunista de 1935 no Rio Grande do Norte). Natal, 1980.

GARCIA, Nelson Jahr. **Propaganda: Ideologia e Manipulação**. Versão eBook Digital RocketEdition, 1999.

GENTILE, Fábio. O Estado corporativo fascista e sua apropriação na Era Vargas. In. **Ditaduras: a desmesura do poder**. AVELINO, Nildo; FERNANDES, Telma; MONTÓI, Ana (orgs.). – São Paulo: Intermeios; Brasília: Capes, 2015. (Coleção Contrassensos).

GEORGE, Michael. A educação e o Estado Novo: a ratificação da ordem dominante e a construção do imaginário político brasileiro. Revela. In: **Revista eletrônica acadêmica da FALS**, ano I – nº 02 de março de 2008.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. Tradução de Maria Lucia Machado. – São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3º ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. Oliveira Vianna: o Brasil do insolidarismo ao corporativismo. In. **Os intelectuais do antiliberalismo: alternativas à modernidade capitalista**. LIMONCIC, Flávio e MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes, organizadores. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In. **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. SOIHET, Raquel; BICALHO, Maria Fernanda B. e GOUVÊA, Maria de Fátima S. (orgs.). – Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

_____. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In. **Repensando o Estado Novo**. PANDOLFI, Dulce (org). – Rio de Janeiro, FGV, 1999.

_____. A Construção do homem novo. In. Estado Novo: Ideologia e Poder. OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela de Castro. – Rio de Janeiro: ZAHAR Ed., 1982.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**, volume 3/ edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luís Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. – 4º ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **Cadernos do cárcere**, volume 5. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e Vida das Oligarquias-paraibanas: Paraíba (1889-1945)**. João Pessoa: Ed. Universitária. UFPB, 1994.

HEEN, Leonardo Guedes; NUNES, Pâmela Pozzer Centeno. A educação escolar durante o período do Estado Novo. In: **Revista Latino-Americana de História**. Vol. 02, nº 6 – agosto de 2013 – Edição Especial by PPGH-UNISINOS.

HEINZ, Flávio M. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. **História social das elites**. São Leopoldo: Oikos, 2011.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**; tradução Marcus Santarrita. – São Paulo: Companhia das Letras, [1995], 2010.

_____. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade** – 6º ed.; tradução de Maria Celia Paoli e Anna Quirino. – São Paulo: Paz e Terra, 2013.

HORTA, José Silvério Baía Horta. **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)**. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

IGLÉSIAS, Francisco. **Trajetória Política do Brasil: 1500-1964**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

JULLIARD, JACQUES. A política. In: **História: novas abordagens**. LEE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (orgs.); tradução de Henrique Mesquita. Rio de Janeiro. F. Alves, 1976.

KULESZA, Wojciech Andrzej. Ensaio da escola nova na Paraíba (1930-1942). In: **VI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: Invenção, Tradição e Escrita da História da Educação no Brasil, 2011 – Vitória – ES**.

LAMOUNIER, Bolívar. **Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação**. In: FAUSTO, Boris (Org.), **História Geral da Civilização Brasileira**, T.3, Vol. 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7ª Edição. - São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão [et.al] – Campinas, Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios).

_____. “A Política: será ainda a ossatura da História?” In: **O Maravilhoso e o Cotidiano no Ocidente Medieval** (1972). Lisboa: Edições 70, 1975.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: **Usos e abusos da história oral**. AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes, Coordenadoras – 8. ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LEVILLAIN, Phillippe. Os protagonistas da biografia. In: **Por uma história política**. RÉMOND, René (org.); Tradução Dora Rocha. – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Ediotra FGV, 2003.

LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. Fotografias – usos sociais e historiográficos. In: **O historiador e suas fontes**. PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania de, (orgs.). – São Paulo: Editora Contexto, 2009.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In. **Fontes históricas**. PINSKY, Carla Bassanezi (org). 2. ed., 1º reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008.

LUNA, Maria de Lemos. **José Américo de Almeida**. Paraíba: Nomes do Século. Série Histórica, nº 17. João Pessoa: A União, 2000.

MAIO, Marcos Chor e CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil. In. **O Brasil Republicano (vol. 2)**. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. FERREIRA, JORGE e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). – 2º ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MARTINS, Luciano. A revolução de trinta e seu significado político. In. **A Revolução de 30: Seminário Internacional**. Brasília: UNB, 1980.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Entre suspeitos, perseguidos e expulsos: São Paulo 1934-1940. In. **Presos políticos e perseguidos estrangeiros na Era Vargas**. VIANNA, Marly de Almeida Gomes; SILVA, Érica Sarmiento da; GONÇALVES, Leandro Pereira (orgs.). – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2014.

MEDEIROS FILHO, João. **82 horas de subversão** (Intentona Comunista de 1935 no Rio Grande do Norte. – Natal, 1980.

MELLO, José Baptista de. **Evolução do Ensino na Paraíba**. Imprensa oficial – João Pessoa, 1956.

MELLO, José Octávio de Arruda. **Os italianos na Paraíba** – da Capital ao Interior. João Pessoa: Editora A União, 2006.

_____. **Nos Tempos de Felix Araujo** - Estado Novo, Guerra Mundial e Redemocratização - 1937/47. João Pessoa: SEC-PB/IPHAEP, 2003.

_____. **Trajetória política e eleições em Argemiro de Figueiredo**. João Pessoa, 2001.

_____. **A revolução estatizada**: um estudo sobre a formação do centralismo em 30. 2. ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 1992.

_____. Conservantismo social, afirmação política e pulsão oratória em Argemiro de Figueiredo. In. **Argemiro de Figueiredo** (um esboço de sua vida). Série Histórica. Campina Grande: Editora A União, 2000.

MONTOIA, Ana. Ditaduras: a expressão demoníaca do poder. In. **Ditaduras**: a desmesura do poder. AVELINO, Nildo; FERNANDES, Telma; MONTOIA, Ana (orgs.). – São Paulo: Intermeios; Brasília: Capes, 2015. (Coleção Contrassensos).

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). – São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

_____. Ruptura e continuidade na ditadura brasileira: a influência da cultura política. In. **Autoritarismo e cultura política**. ABREU, Luciano de Aronne de e MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). – Porto Alegre: FGV: Edipucrs, 2013.

_____. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In. **Culturas políticas na história**: novos estudos. MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). – Belo Horizonte, MG: Argumentvm, 2009.

NETO, Lira. **Getúlio: Do Governo Provisório à Ditadura do Estado Novo (1930-1945)**. – 1º ed – São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In. **Projeto história**. São Paulo, nº 10, 1993.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia poder**. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982.

_____. **Elite intelectual e debate político nos anos 30: uma biografia comentada da revolução de 1930**. OLIVEIRA, Lúcia Lippi (coord.); GOMES, Eduardo Rodrigues; WHATELY, Maria Celina. – Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Brasília/ INL, 1980.

_____. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Vianna. **Instituições Políticas Brasileiras**, [1949]. – Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999.

_____. **Populações Meridionais do Brasil**, [1920]. – Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2005.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In. **O Brasil Republicano (vol. 2)**. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. FERREIRA, JORGE e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). – 2º ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PAXTON. Robert O. **A anatomia do Fascismo**. Tradução de Patrícia Zimbres e Paula Zimbres – São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. [Entre le peuple et la nation: les intellectuels et la politique au Brésil]. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, Joacil de Brito. **Argemiro de Figueiredo - A Oratória do seu Tempo**. 1986, A União Editora/SEC, João Pessoa.

_____. Um mestre da eloquência. In. **Argemiro de Figueiredo - Discursos Parlamentares**. João Pessoa, A União, 1977.

PINHEIRO, Antônio Carlos F.. A Era das Escolas Rurais primárias na Paraíba - 1930- 1964. In. **Pesquisa e Historiografia da Educacional Brasileira** (vol. 1). SCACUGLIA, Afonso Celso; MACHADO, Charliton José dos Santos. (Org.). 1º ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

PORTELLI, Huges. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

PROTA, Leonardo. Estado Novo no Brasil e em Portugal – características distintas no processo de constituição. In. **Revista de Estudos Filosóficos** nº 3. São João del Rei – MG/UFSJ, 2009.

<http://www.ufsj.edu.br/porta2repositorio/File/revistaestudosfilosoficos/art13-rev3.pdf>

RÉMOND, René. Uma história presente. Os protagonistas da biografia. In. **Por uma história política**. RÉMOND, René (org.); Tradução Dora Rocha. – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Ediotra FGV, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. – Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SANTANA, Martha M. F. de C. e Moraes. **Poder e Intervenção Estatal: Paraíba (1930- 1940)**. João Pessoa: Ed. Universitária. UFPB, 1999.

SANTOS, Francisco Rogelio. **Fantasmagoria: a chave para a compreensão da modernidade em Walter Benjamin**. Disponível em http://www.gewebe.com.br/pdf/cad17/texto_05.pdf

SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Os domínios do estado: a interventoria de Anthenor Navarro (1930-1932)**. – João Pessoa, 2007.

SILVA, Bárbara Bezerra Siqueira. **O poder político de José Américo de Almeida: a construção do americanismo (1928-1935)** / Bárbara Bezerra Siqueira Silva.- João Pessoa, 2015.

SILVA, Daviana Granjeiro da. **A construção da pátria amada: educação, patriotismo e nacionalismo na Paraíba durante a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945)**. – João Pessoa, 2016.

SILVA, Evelynne Nathaly Cavalcanti de Araújo. Implementação e expansão de instituições auxiliares do ensino nos grupos escolares paraibanos durante o Estado Novo (1937-1945). In: **VII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil**, 2013, Cuiabá.

SILVA, Ricardo. **A ideologia do Estado autoritário no Brasil**. – Chapecó: Argos, 2004

SILVA, Jean Patrício da. **A construção de uma nova ordem: análise da interventoria de Rui Carneiro no estado da Paraíba (1940-1945)**. – João Pessoa, 2013.

SILVA, Waldir Porfírio. **Bandeiras Vermelhas: a presença dos comunistas na Paraíba (1900 a 1960)**. – João Pessoa: Textoarte, 2003.

_____. Argemiro de Figueiredo: um parlamentar, da Revolução de 1930 ao Senado da República. In. **História e debate na Assembléia da Paraíba**. João Pessoa, 2002.

SOUSA NETO, Bento Correia de. **O governo interventorial e relações de poder na Paraíba pós 1930: a administração de Gratuliano Brito (1932-1934)**. – João Pessoa, 2016.

SOUZA, Renato Elias Pires de. **A cultura política integralista em cena na Paraíba (1933-1938)**. – Campina Grande, 2015.

SYLVESTRE, Josué. **Da Revolução de 30 à Queda do Estado Novo**. Campina Grande: Editora Senado Federal, 1993.

TEJO, William. **Argemiro: Confidências de um líder**. Campina Grande: Gráfica Marcone, 2001.

TIBURI, Márcia. **Como conversar com um fascista: reflexões sobre o cotidiano autoritário brasileiro – 7º Ed.** – Rio de Janeiro: Record, 2016.

TORRES, Alberto. **O Problema Nacional Brasileiro**. Ebook Brasil, 3º edição. [1982], 2002.

TRINDADE, Hégio. **Integralismo (o fascismo brasileiro na década de 30)**. São Paulo, Difel; Porto Alegre, UFRS, 1974.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política do Estado Novo. In. **O Brasil Republicano (vol. 2)**. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu

do Estado Novo. FERREIRA, JORGE e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). – 2º ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

VIANNA, Marly de Almeida G. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. **O Brasil Republicano (vol. 2)**. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. FERREIRA, JORGE e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). – 2º ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ANEXOS

ANEXO – IMAGENS



Imagem I - Demonstrações de apoio ao governo argemirista (Jornal *A União*, 06 de abril de 1937).



Imagem II – Comemorações do 2º aniversário do Governo Argemiro de Figueiredo e inauguração de algumas obras (Jornal A União, 27 de janeiro de 1937).



Imagem III - Festas cívicas em comemoração ao primeiro aniversário do Estado Novo na Paraíba (Jornal A União, 12 de novembro de 1938).

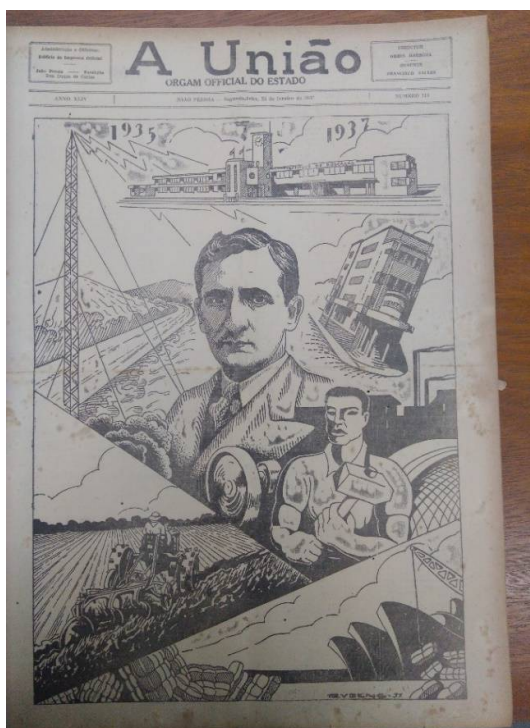


Imagem IV – edição especial da União, sobre o aniversário de governo e as obras que estavam sendo realizadas na Paraíba (Jornal A União, 25 de janeiro de 1937).

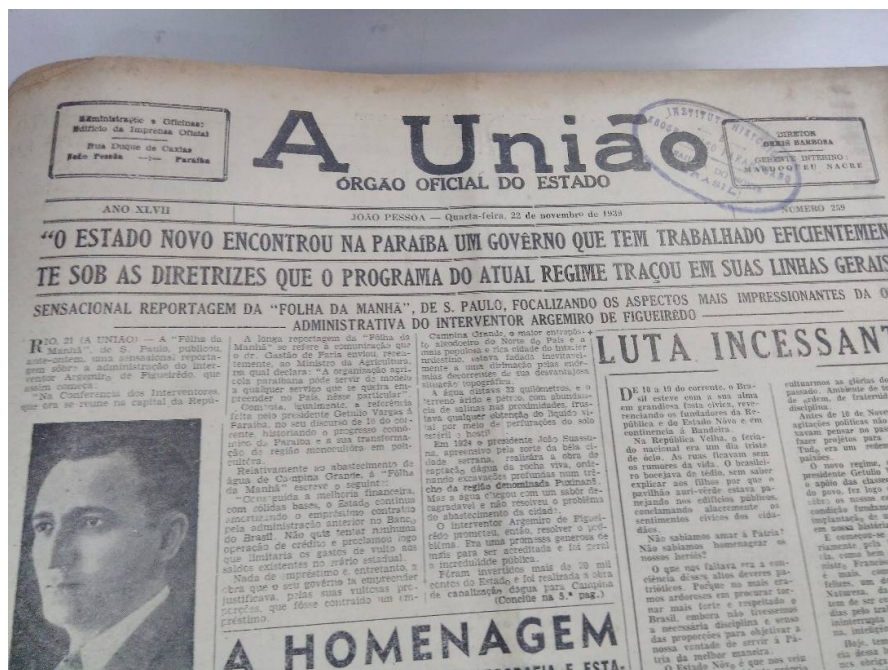


Imagem V – Elogios da imprensa paulista a administração argemirista (Jornal União, 22 de novembro de 1939).



Imagem VI – comemorações do quinto aniversário de governo (Jornal A União, 27 de janeiro de 1940).